

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

ISABEL CRISTINA DE PAULA

Produção acadêmica sobre casas abrigo: análise de  
teses e dissertações da BDTD/IBICT

São Carlos - SP

2025

ISABEL CRISTINA DE PAULA

Produção acadêmica sobre casas abrigo: análise de  
teses e dissertações da BDTD/IBICT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade, da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Mestre em Administração e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin

São Carlos - SP

2025

de Paula, Isabel Cristina

Produção acadêmica sobre casas abrigo: análise de teses e dissertações da BDTD/IBICT / Isabel Cristina de Paula - - 2025.

151f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Camila Carneiro Dias Rigolin

Banca Examinadora: Ednéia Silva Santos Rocha, Andrea

Eloisa Bueno Pimentel

Bibliografia

1. Mulheres. 2. Casa abrigo. 3. Violência contra a mulher. I. de Paula, Isabel Cristina. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Administração e

## Relatório de Defesa de Dissertação

Candidata: Isabel Cristina de Paula

Aos 16/05/2025, às 08:00, realizou-se na Universidade Federal de São Carlos, nas formas e termos do Regimento Interno

do Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade, a defesa de dissertação de mestrado sob o título: Análise de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT) sobre casas abrigo para mulheres vítima de violência, apresentada pela candidata Isabel Cristina de Paula. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora reuniu-se em sessão reservada para o julgamento, tendo os membros chegado ao seguinte resultado:

### Participantes da Banca

Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin

Profa. Dra. Andrea Eloisa Bueno Pimentel

Prof. Dr. Ednéia Silva Santos Rocha

### Função

Presidente  
UFSCar

Titular  
UFSCa

Titular  
USP

### Instituição

### Resultado

aprovada

aprovada

aprovada

### Resultado Final

aprovada

### Parecer da Comissão Julgadora\*:

A banca sugeriu correções visando a melhoria do trabalho para a entrega da versão final.

Encerrada a sessão reservada, o presidente informou ao público presente o resultado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, Wagner de Souza Leite Molina, representante do Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade, lavrei o presente relatório, assinado por mim e pelos membros da banca examinadora.

Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin Molina

Documento assinado digitalmente



ANDREA ELOISA BUENO PIMENTEL

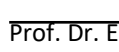
Data: 19/05/2025 09:23:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Andrea Eloisa Bueno Pimentel

Representante do PPG: Wagner de Souza Leite

Documento assinado digitalmente



EDNEIA SILVA SANTOS ROCHA

Data: 22/05/2025 20:57:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ednéia Silva Santos Rocha

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Camila Carneiro Dias Rigolin, Andrea Eloisa Bueno Pimentel, Ednéia Silva Santos Rocha e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca

Documento assinado digitalmente



CAMILA CARNEIRO DIAS RIGOLIN

Data: 23/05/2025 13:23:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin

( ) Não houve alteração no título (X) Houve alteração no título. O novo título passa a ser:

Produção acadêmica sobre casas abrigo: análise de teses e dissertações da BDTD/IBICT

Este trabalho é dedicado à Elizangela  
Aparecida de Paula, minha amada irmã (*in  
memoriam*)

## **AGRADECIMENTO**

Gostaria de nesse momento agradecer a minha orientadora Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin por me ajudar a concretizar um dos maiores sonhos da minha vida, segurando minha mão e não me abandonando mesmo eu tendo dado vários motivos.

Agradeço meus pais Vera Lúcia Batista de Paula e João de Paula por serem minha companhia nesse mundo.

Ao Thiago França por me dar o empurrão que eu precisava para iniciar meu sonho, e ser sempre minha luz guia.

Júlia e Estela (quando estava desistindo do feminismo, vocês me mostraram o que é o feminismo) por serem minhas mãos nesse processo, me apoiando e me ajudando tanto na formatação do trabalho, quando no apoio emocional.

A Paula, Amanda, Heloise e Karen minhas amigas que com sua ternura e apoio deixaram meus momentos de angústia mais leves.

Ao Coletivo Terezas de Matão, que sempre me lembravam da importância deste trabalho.

As Promotoras Legais Populares (PLP) de Araraquara em especial a Rita que me inspiram.

Por fim, a minha turma do Programa de Pós- Graduação em Administração e Sociedade, por serem as pessoas mais incríveis que já conheci, nossos cafés, almoços e parceria ficarão guardados em minha memória para sempre.

Eu queria que tivessem uma resposta para a pergunta “O que é o feminismo?” que não fosse ligada nem a medo nem a fantasia. Bell Hooks.

## RESUMO

Nos últimos anos, não se observam reduções significativas na violência contra a mulher, apesar da existência de diversos mecanismos legais e institucionais no Brasil voltados para sua proteção e assistência. Políticas públicas, legislações específicas e a construção de equipamentos públicos têm sido implementados com o objetivo de prevenir e mitigar a violência de gênero. Dentre esses mecanismos, as casas-abrigo, regulamentadas por leis e diretrizes nacionais, constituem espaços de acolhimento destinados a mulheres e seus filhos que se encontram sob risco iminente de morte. O presente trabalho tem como objetivo analisar teses e dissertações disponíveis na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) por ser uma base de dados gratuita, ligada ao governo Federal, com o intuito de compreender como a produção científica tem abordado a temática das casas-abrigo. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura narrativa sobre casas-abrigo e violência contra a mulher. A coleta de dados não seguiu um recorte temporal pré-determinado, resultando na seleção de uma tese e 14 dissertações. A metodologia empregada incluiu a aplicação de parâmetros bibliométricos e análise de conteúdo sobre os trabalhos coletados. Os resultados da pesquisa indicam uma maior concentração de trabalhos no estado de São Paulo, bem como um predomínio de pesquisas conduzidas por mulheres. Observou-se, ainda, um número reduzido de teses e dissertações completas sobre o tema, verificou-se que os estudos analisados têm como foco principal a mulher e estão fundamentados nas legislações vigentes relacionadas à proteção e assistência às vítimas de violência e a fragilidade dos serviços, como falta de financiamento e equipe técnica especializada.

**Palavras-chave:** Mulheres; Violência Doméstica; Política de Proteção; Casa Abrigo.; bibliometria; BDTD/IBICT.

## ABSTRACT

In recent years, there have been no significant reductions in violence against women, despite the existence of several legal and institutional mechanisms in Brazil aimed at their protection and assistance. Public policies, specific legislation and the construction of public facilities have been implemented with the aim of preventing and mitigating gender-based violence. Among these mechanisms, shelters, regulated by national laws and guidelines, are welcome spaces for women and their children who are at imminent risk of death. This study aims to analyze theses and dissertations available in the Database of Theses and Dissertations (BDTD) for being a free database, linked to the Federal government, of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT), to understand how scientific production has addressed the issue of shelters. To this end, a narrative literature review on shelters and violence against women was conducted. Data collection did not follow a pre-determined time frame, resulting in the selection of one thesis and 14 dissertations. The methodology employed included the application of bibliometric parameters and content analysis on the collected works. The results of the research indicate a greater concentration of works in the state of São Paulo, as well as a predominance of research conducted by women. There was also a noted limited number of complete theses and dissertations on the subject; it was observed that the analyzed studies mainly focus on women and are based on current legislation related to the protection and assistance of victims of violence and the fragility of services, such as lack of funding and specialized technical staff.

**Keywords:** Women; Domestic Violence; Protection Policy; Shelter Home; bibliometrics; BDTD/IBICT.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Etapas da pesquisa	51
Figura 2 - Nuvem de palavras utilizando as palavras-chave das dissertações	64
Figura 3 - Fluxo de encaminhamento ao mercado de trabalho	144
Gráfico 1 - Série temporal das dissertações sobre casas abrigo disponíveis na BDTD/IBICT	54
Gráfico 2 - Número de dissertações sobre Casas Abrigo disponíveis na BDTD/IBICT distribuídas por Unidades da Federação do Brasil	56
Quadro 1 - Os tipos de violência e as naturezas da violência	21
Quadro 2 - Linhas de trabalho do Plano Nacional de Políticas para Mulheres	39
Quadro 3 - Subcampos dos estudos métricos e suas funções	47
Quadro 4 - As leis da bibliometria e suas especificidades	49
Quadro 5 - Apresentação das categorias de análise	67
Quadro 6 - Abordagem, tipo de pesquisa, método de pesquisa e análise de dados das 14 dissertações coletadas	93
Quadro 7 - Categorias de análise da tese	97
Quadro 8 - Metodologia encontrada na tese	97

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de dissertações sobre casas abrigo disponíveis na BDTD/IBICT distribuídas por programas de Pós-Graduação no Brasil	58
Tabela 2- Financiadores das pesquisas das dissertações	60
Tabela 3 - Gênero presumido dos autores, orientadores e coorientadores das dissertações sobre casas abrigo disponíveis na BDTD/IBICT	63
Tabela 4 - Tabela das dissertações e área de avaliação das dissertações	68
Tabela 5 - Natureza da violência abordada nas dissertações	91
Tabela 6 - Número de trabalhos antes e depois da Lei Maria da Penha e Diretrizes	92
Tabela 7 - Temáticas desenvolvidas nas dissertações	96

## LISTA DE SIGLAS

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

IBCTI - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia da Informação

AMS - Assembleia Mundial da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

CEDAW - Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

OEA - Organização dos Estados Americanos

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

LMP - Lei Maria da Penha

DDM - Delegacias de Atendimento à mulher

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

COMVIDA - Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

CRM - Centros de Referência da Mulher

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

GEPSI - Grupo de Pesquisa Sociológica e Informação

NEMESS - Núcleo de estudo e pesquisa sobre ensino e questões metodológicas

GESDH - Grupo de Estudo subjetividade e desenvolvimento humano

T&D – Teses e Dissertações.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
1.1	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	17
1.1.1	<b>Objetivo geral</b>	<b>17</b>
1.1.2	<b>Objetivos específicos</b>	<b>18</b>
1.2	ESTRUTURA DO TRABALHO	18
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E CASA ABRIGO</b>	<b>20</b>
2.1	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POSSÍVEIS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	22
2.1.1	<b>Movimentos Feministas rumo a construção de Direitos Humanos</b>	<b>23</b>
2.1.2	<b>Convenções internacionais como referência para a legislação brasileira</b>	<b>28</b>
2.1.3	<b>Principais legislações brasileiras de defesa da mulher</b>	<b>29</b>
2.1.4	<b>Alguns dados da violência contra a mulher no Brasil</b>	<b>32</b>
2.2	CASAS ABRIGO: SURGIMENTO E ORIGENS NO CONTEXTO INTERNACIONAL	34
2.2.1	<b>Casas abrigo pelo mundo</b>	<b>35</b>
2.2.2	<b>Casas abrigo no Brasil</b>	<b>36</b>
2.2.3	<b>Principais legislações sobre casa abrigo no Brasil</b>	<b>37</b>
2.2.4	<b>Desafios e importância de uma casa abrigo</b>	<b>41</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>43</b>
3.1	ABORDAGEM DE PESQUISA	43
3.2	REVISÃO DE LITERATURA NARRATIVA	44
3.3	ANÁLISE DE CONTEÚDO	45
3.4	ESTUDOS MÉTRICOS E SUA RELEVÂNCIA	45
3.4.1	<b>A bibliometria</b>	<b>47</b>
3.5	PERCURSO METODOLÓGICO	50
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>53</b>
4.1	ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA	53
4.1.1	<b>Análise bibliométrica das dissertações</b>	<b>53</b>
4.1.2	<b>Grupos de pesquisa dos autores e orientadores das dissertações.</b>	<b>60</b>
4.1.3	<b>Natureza das instituições das dissertações</b>	<b>61</b>

<b>4.1.4</b>	<b>Análise da tese de doutorado</b>	<b>64</b>
4.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS DISSERTAÇÕES E TESE	65
<b>4.2.1</b>	<b>Serviço Social</b>	<b>68</b>
4.2.1.1	Natureza da violência das dissertações analisadas	69
4.2.1.2	Lei Maria da Penha e Diretrizes Nacionais de Abrigamento das dissertações analisadas	69
4.2.1.3	Metodologia das dissertações analisadas	70
4.2.1.4	Temática principal das dissertações analisadas	70
<b>4.2.2</b>	<b>Psicologia</b>	<b>71</b>
4.2.2.1	Natureza da violência das dissertações analisadas	72
4.2.2.2	Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento das dissertações analisadas	73
4.2.2.3	Metodologia das dissertações analisadas	73
4.2.2.4	Temática principal das dissertações analisadas	74
<b>4.2.3</b>	<b>Saúde</b>	<b>74</b>
4.2.3.1	Natureza da violência das dissertações analisadas	75
4.2.3.2	Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento das dissertações analisadas	76
4.2.3.3	Metodologia das dissertações analisadas	77
4.2.3.4	Temática principal das dissertações analisadas	78
<b>4.2.4</b>	<b>Ciências Sociais</b>	<b>78</b>
4.2.4.1	Natureza da violência das dissertações analisadas	79
4.2.4.2	Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento das dissertações analisadas	80
4.2.4.3	Metodologia das dissertações analisadas	81
4.2.4.4	Temática principal das dissertações analisadas	81
4.2.5	Direitos humanos e desenvolvimento humano: áreas Interdisciplinares	82
4.2.5.1	Natureza da violência das dissertações analisadas	83
4.2.5.2	Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento da dissertação analisada	83
4.2.5.3	Metodologia da dissertação analisada	84
4.2.5.4	Temática principal das dissertações analisadas	84
<b>4.2.6</b>	<b>Ciência da Informação</b>	<b>85</b>
4.2.6.1	Natureza da violência da dissertação analisada	85

4.2.6.2	Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento da dissertação analisada	86
4.2.6.3	Metodologia da dissertação analisada	86
4.2.6.4	Temática principal da dissertação analisada	86
4.3	<b>CATEGORIAS ANALISADAS DA TESE</b>	<b>87</b>
4.3.1	<b>Natureza da violência</b>	<b>88</b>
4.3.2	<b>Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento da tese analisada</b>	<b>88</b>
4.3.3	<b>Metodologia da tese analisada</b>	<b>89</b>
4.3.4	<b>Temática principal da tese analisada</b>	<b>89</b>
4.4	<b>ANÁLISE DE CONTEÚDO GERAL DAS DISSERTAÇÕES ANALISADAS</b>	<b>90</b>
4.4.1	<b>Análise de conteúdo geral da tese</b>	<b>96</b>
4.4.2	<b>Análise das dissertações e teses</b>	<b>98</b>
4.4.3	<b>Saúde</b>	<b>101</b>
4.4.4	<b>Psicologia</b>	<b>101</b>
4.4.5	<b>Ciências Sociais</b>	<b>102</b>
4.4.6	<b>Áreas interdisciplinares (Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano)</b>	<b>102</b>
4.4.7	<b>Ciência da Informação</b>	<b>102</b>
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE A</b>	<b>125</b>
	<b>APÊNDICE B</b>	<b>130</b>
	<b>APÊNDICE C</b>	<b>131</b>
	<b>APÊNDICE D</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE E</b>	<b>134</b>
	<b>ANEXO A – INSTRUMENTAL INTENÇÃO DE CARREIRA</b>	<b>147</b>
	<b>ANEXO B - INSTRUMENTAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</b>	<b>148</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando fomos morar juntos, eu pulei de alegria, tudo era perfeito, nós engravidamos e ele era tudo o que sempre quis. Tudo mudou com o passar do tempo, ficamos juntos por seis anos, as coisas foram piorando e somente aí me dei conta do animal-monstro que eu botei na minha vida. Não encontrei nada com ele a não ser patadas, dores e violência. Sabe o carinho? Eram murros, tapas e gritos na minha cara. O amor era uma farsa! A casa era uma farsa! Eu vivia numa prisão e ninguém acreditava em mim. Fiz muitas coisas que não me orgulho, fiz coisas ruins principalmente para hoje conseguir estar viva e falar tudo isso (Custódio; Tavares, 2022, p. 5).

No Brasil, a violência contra a mulher, permanece níveis alarmantes sem sinais de redução significativa as, a dominação vivida pela mulher faz com que se submeta a várias situações todas centradas em “desigualdades de Gênero que relacionam-se amplamente com o sistema de exploração e dominação. Elas se servem do trabalho feminino tanto reprodutivo quanto produtivo, gerando a subordinação da mulher” (Almeida, 2020, p. 49).

Em uma sociedade patriarcal, é comum ver as mulheres sendo vítimas de violência, pensando que o

Estado patriarcal produz políticas de dominação, subordinação e exploração das mulheres, afetando toda a sociedade. O Estado brasileiro foi conivente com a cultura do estupro, com a objetificação dos corpos, a escravização das mulheres no trabalho doméstico, a restrição de direitos, a legitimidade da desigualdade de gênero pela omissão e ausência de responsabilidades com políticas de equidade de gênero (Brambilla, 2021, p. 33).

Um exemplo disso é a pesquisa de Oliveira e Scorsolini-Comin (2012), que buscou entender como era o olhar dos homens que foram acusados de agressão as suas parceiras, na conclusão do estudo vemos que na ótica deles, não eram responsáveis pelas agressões, a maioria culpou a bebida ou a mulher pela responsabilidade dos fatos, criticando inclusive a lei e as delegacias por não os ouvirem “corretamente” (Oliveira; Scorsolini-Comin, 2012).

Ocorre que a situação do patriarcado está enraizada na sociedade “entre os aspectos culturais e sociais que mais influenciam o estudo da violência doméstica, destacam-se a privacidade da família, as atitudes sociais, o sexismo e desigualdades estruturais e, por fim, as crenças culturais tradicionais” (Pinto, 2009, p.15).

Portanto é necessário reconhecer um dos elementos fundantes da violência de gênero, que é o patriarcado para além da produção de conhecimento, como no

momento de construir estratégias de mitigação desta violência, esse contexto social seja considerado, uma vez que é dele que surge questões relevantes que impedem a mulher de sair da situação que se encontra, uma vez que

A mulher agredida é dependente emocional e financeira de seu parceiro, encontra barreiras mediante a denúncia de agressão, afinal a mesma ficará sem o seu “provedor”, portanto após a prisão, a mulher encontra-se desamparada e sozinha, sem nenhuma garantia, como casas de abrigo e inserção nos programas de habitação e mercado de trabalho, para que ela tenha condições de sustentar seu lar e conseguir se desvincular definitivamente de seu relacionamento, se tornando uma pessoa autônoma e com dependência financeira, melhorando seu padrão de vida sem depender de seu marido (Araújo *et al.*, 2021, p. 7).

As consequências para as mulheres que sofrem violência são desastrosas. Segundo Delmoro e Vilela (2022), as violências causam transtornos depressivos, distúrbios de ansiedade, estresse pós-traumático, tentativas de suicídio, riscos de contraís infecções sexualmente transmissíveis (IST), problemas relacionais, problemas laborais, problemas físicos, e até a morte.

A morte como uma das consequências da violência é reconhecida, a partir da lei nº 13.104/2015, como feminicídio.

Um crime de feminicídio deve ser entendido como uma manifestação de violência extrema que termina na morte de uma ou várias mulheres e constitui uma violação aos seus direitos humanos. Os feminicídios são resultado de múltiplas, crescentes e contínuas manifestações de violência (Caicedo-Roa; Bandeira; Cordeiro, 2022, p. 2).

Diante de todas as afirmações “isso significa que não restam dúvidas da necessidade do combate irrestrito à dilatação progressiva, desenfreada e ininterrupta desse tipo de recrudescimento no país” (Custódio; Tavares, 2022, p. 1).

Essas discussões devem incluir na agenda questões à frente de políticas que proporcionam somente bem-estar para as mulheres, devendo criar estratégias e mecanismos de superação da desigualdade de gênero. Medtler e Cúnico (2020) refletem sobre pontos importantes para se observar sobre ações e mecanismos efetivos para a redução do quadro, como: o entendimento da violência, a proteção da mulher, a prevenção, e articulação de suporte para a vítima.

A partir das legislações vigentes, se faz necessário formular, monitorar e criar políticas públicas de atendimento para mulheres vítimas de violência, no caso deste trabalho, entendemos que “ressalta-se que as políticas públicas sociais são medidas

destinadas a atender demandas específicas da população, muitas vezes particularmente grupos discriminados e vitimados por algum mecanismo de exclusão” (Vigano; Laffin, 2019, p. 18).

No Brasil, a redemocratização de 1988 trouxe “a Constituição Federal de 1988 que definiu a assistência como política de proteção social de responsabilidade do Estado e de caráter universal, superando os antigos paradigmas de caridade e filantropia que marcavam as iniciativas de organismos privados” (Mendes, 2021, p. 88).

Diante disto outras legislações principalmente de suporte as mulheres foram criadas como a Lei nº 11.340/2006 chamada de Lei Maria da Penha (LMP).

A Lei Maria da Penha, estabelece medidas integradas de prevenção, por reconhecer que a violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema complexo e multifacetado, que não pode ser resolvido apenas por meio de medidas punitivas. A lei entende que é necessário adotar uma abordagem mais ampla, que considere não apenas a punição dos agressores, mas também a prevenção da violência e a proteção das vítimas (Santos; Cordeiro, 2023, p.1842).

A partir da LMP, políticas de atendimento de mulheres vítimas de violência foram construídas no Brasil,

As políticas públicas são entendidas como procedimentos dos governos para atender diversas demandas das populações que estão articuladas aos embates e disputas políticas. De forma geral, são classificadas como iniciativas de governo, e as motivações para sua existência podem ser das mais variadas (Magalhães, 2019, p. 47).

Um dos equipamentos públicos de proteção e atendimento a vítima de violência com perigo iminente de morte previstos na LMP e com diretrizes são as casas abrigo, com o objetivo de acolher mulheres e seus filhos.

As casas-abrigo, as casas-de-passagem e outras propostas destinadas ao cuidado integral de mulheres e dependentes em contexto de risco e violência, para concretizarem o direito humano ao cuidado, devem corresponder aos paradigmas normativos vigentes para os direitos humanos das mulheres (Mendes, 2021, p. 123).

Respaldadas pelas Diretrizes Nacionais de abrigamento para mulheres em situação de violência, criada em 2011 é um

[...] espaço onde as mulheres se sentem protegidas diante da situação extrema de violência que vivenciaram, além de ser um local que oferece apoio emocional e ajuda na busca por trabalho e geração de renda, em alguns casos. Conforme exposto, os estudos evidenciaram que a casa-abrigo, dentro de suas condições é um local que atua no empoderamento das mulheres e desenvolvimento da sua autonomia (Krenkel; Moré, 2017, p. 780).

Diante de todas as questões pontuadas, e entendendo a necessidade de se fazer algo para que o cenário mude, a proposta deste trabalho é analisar qual a natureza da produção científica sobre as casas abrigo como políticas de proteção a mulheres vítimas de violência, através da análise de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT). Dantes (2001) coloca a ciência como um processo de construção social, carregando para a ciência aspectos não científicos.

Reconhecendo que o Estado Nacional e a ciência passaram por transformações ao longo dos anos, andando na mesma perspectiva do desenvolvimento social e tecnológico, contribuindo para ações que promovam a qualidade da sociedade (Lima *et al* 2022). “Sem a ciência, seremos incapazes de enfrentar os tempos de mudanças radicais que temos pela frente” (Lima *et al.*, 2022, p. 227).

O estudo da produção científica sobre casas abrigo no Brasil contribui para o conhecimento do estado atual do tema, para identificar lacunas na literatura e para a fundamentação de novas pesquisas. A análise dos trabalhos acadêmicos já publicados permite indicar os principais desafios enfrentados pelas instituições, as políticas públicas existentes e os impactos sociais do acolhimento oferecido. A investigação da produção científica não apenas fortalece a base teórica da pesquisa, mas também pode auxiliar na realização de propostas para a melhoria das casas abrigo e das políticas de proteção a grupos vulneráveis.

## 1.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

### 1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral foi analisar pesquisas de conhecimento acadêmico institucionalizado sobre “casa abrigo para mulheres vítimas de violência”, a partir do

estudo de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação de instituições brasileiras. Para tal, este objetivo é dividido nos seguintes objetivos específicos, listados a seguir:

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- a) Sistematizar os parâmetros bibliométricos das teses e dissertações: série temporal; gênero dos autores e orientadores; instituições e programas de pós-graduação; área de conhecimento;
- b) Construir a análise de conteúdo a partir das áreas de avaliação identificadas nos dados coletados;
- c) Observar a natureza de violência de gênero abordada nas teses e dissertações;
- d) Entender quantos são anteriores e quantos são posteriores à promulgação da LMP e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento;
- e) Verificar a metodologia utilizada nas teses e dissertações;
- f) Identificar o foco do estudo ou temática principal das teses e dissertações como, políticas públicas, legislação, intervenções e programas de apoio, cuidados com a saúde física e mental e população-alvo.

## **1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO**

A estrutura deste trabalho está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo conta com a introdução, objetivos gerais e específicos e a estrutura do trabalho, têm como finalidade desenvolver e justificar a pesquisa. O segundo capítulo é a revisão de literatura, abordando temas como a violência contra a mulher, o movimento feminista, as principais legislações de proteção aos direitos das mulheres e seu processo de implementação, além do surgimento e desenvolvimento das casas abrigo no Brasil e no mundo.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada, detalhando o tipo de pesquisa que é a descritivo-exploratória, que se fundamenta na revisão narrativa da literatura, no uso da bibliometria e na análise de conteúdo para o tratamento dos dados. No quarto capítulo, são analisados os dados coletados, com a discussão dos resultados bibliométricos e da análise de conteúdo, alinhados aos objetivos gerais e

específicos do estudo. Por fim, o quinto capítulo é dedicado às considerações finais, nas quais são sintetizadas as principais reflexões e contribuições do trabalho.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E CASA ABRIGO**

Compreender a violência como uma das principais forças impulsionadoras para a criação de legislações, programas e projetos de proteção às mulheres é essencial para o debate sobre o tema. Tal compreensão é necessária para se abordar esse universo complexo que vitimiza milhares de mulheres.

Nesse sentido, o fenômeno da violência, que ocorre tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, conforme observado por Sacramento e Rezende (2006), emerge das relações sociais ou de questões individuais. Reconhecida como um problema social e de saúde pública, a violência tem despertado o interesse de diversos estudiosos, que se dedicam à análise do tema.

Há, ainda, teorias que associam a prática da violência às relações de poder. Passos (2010), ao analisar as ideias de Foucault, discute como a violência se manifesta na medida em que uma pessoa elimina a liberdade da outra, reduzindo-a por meio de uma sensação de controle e dominação.

Silva e Lima (2023), com base nas teorias de Bourdieu, argumentam que existem instrumentos políticos que asseguram a dominação de uma classe sobre outra. Esses mecanismos estruturais contribuem para que as classes subordinadas internalizem e aceitem seu papel de subordinação, perpetuando as desigualdades e, por consequência, os atos de violência associados a essas relações de poder




Como afirmam Dahlberg e Krug (2022): “Da mesma forma que seus impactos, algumas causas da violência são facilmente constatadas. Outras estão profundamente enraizadas no tecido social, cultural e econômico da vida humana” (p. 1164). Os autores relatam que, em 1996, a Assembleia Mundial da Saúde (AMS) reconheceu a violência como um problema de saúde pública e convocou a Organização Mundial da Saúde (OMS) para caracterizar e definir conceitos que ilustrassem suas manifestações.

Nesse contexto, a OMS estabeleceu alguns conceitos fundamentais, elucidados por Dahlberg e Krug (2002), o primeiro ponto destacado é que a violência deve ser entendida como um ato intencional, embora os autores reconheçam que nem todos os atos causadores de danos sejam necessariamente intencionais. Essa complexidade na definição do conceito de intencionalidade inclui, por exemplo, situações em que atos violentos não são reconhecidos como tal devido a questões

culturais. Salientando que a violência é um ato que atinge a saúde e bem-estar de uma pessoa e uma comunidade.

O Quadro 1 apresenta de forma ilustrativa o desenho das tipologias e das naturezas dessas tipologias respectivamente, para entender o conceito e a definição da violência. Sendo assim, na primeira coluna encontra-se a tipologia da violência, e embaixo na segunda coluna as naturezas, a seta indica as naturezas de acordo com a tipologia. Demonstrando, portanto, que segundo Dahlberg e Krug (2002) a OMS diferencia a tipologia e a natureza dessa violência, considerando que a natureza está diretamente ligada ao tipo de violência praticado.

Quadro 1 - Os tipos de violência e as naturezas da violência

<i>Tipologia da Violência: Definição dos Tipos de violência.</i>		
<b>Autodirigida</b> Quando há ações voltadas para si. 	<b>Interpessoal</b> Quando há ações voltadas para outra pessoa ou comunidade. 	<b>Coletiva</b> Quando há ações Sociais, Econômicas e Políticas. 
<i>Natureza da violência: São encontradas dentro da tipologia.</i>		
Física	Sexual	Física
Privação e abandono	Física	Privação e abandono
Psicológica	Privação e abandono	Psicológica
	Psicológica	Sexual

Fonte: adaptado de Dahlberg e Krug (2002)

Sobre a violência interpessoal Sacramento e Resende (2006), constitui um ato criminoso que pode incluir homicídios ou maus-tratos, afetando tanto a saúde física quanto a saúde mental das vítimas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2015) aponta que a violência interpessoal gera consequências negativas significativas para suas vítimas, incluindo problemas de saúde mental, como depressão, o uso excessivo de drogas e álcool, e comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas, que podem aumentar a incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

Além disso, a OMS (2015) ressalta que, embora existam dados alarmantes sobre mortes de jovens relacionados à violência interpessoal, mulheres, crianças e idosos também figuram como grupos extremamente vulneráveis a esse tipo de violência. Essas populações são frequentemente afetadas por violências de natureza física, psicológica e sexual.

## 2.1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POSSÍVEIS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Ao aprofundar as reflexões sobre os conceitos-chave utilizados para identificar os motivos pelos quais uma mulher necessita de abrigo, é fundamental considerar a violência interpessoal. Esse tipo de violência está diretamente associado a características que demandam atenção e cuidado específicos para as vítimas, abrangendo tanto os aspectos físicos quanto os psicológicos do impacto sofrido.

A violência contra a mulher é uma violência interpessoal, cometida pelo companheiro da mulher ou outra pessoa da família, e ela tem inúmeras naturezas, como reforça, “muitas vezes a violência pode ocorrer nos relacionamentos amorosos. Especialmente a violência cometida por pessoas íntimas que envolve, também, filhos, pais, sogros e outros parentes ou pessoas que vivam na mesma casa” (Sacramento; Rezende, 2006, p. 97).

Franchi, Garcia e Caldeira (2022) explicitam algumas violências contra a mulher como as físicas que causam lesões corporais, as psicológicas, que são as ameaças, humilhação, xingamentos, privação ou usurpação financeira, violência moral, que está relacionado a injúrias e difamações, e a sexual, que é o ato forçado de práticas e situações sem consentimento.

Minayo e Souza (1999) destacam a importância de considerar as condições macrossociais vigentes, bem como os fatores culturais que influenciam os comportamentos violentos na sociedade. A análise e a ponderação desses fatores podem contribuir para a formulação de estratégias eficazes de prevenção e para a redução dos índices de violência.

Considerando, a violência, seus tipos e naturezas e principalmente as relações de poder que são estabelecidas no ato da ação, se faz necessário considerar, a violência contra a mulher uma violência baseada no gênero e suas relações.

O conceito relações de gênero é utilizado por várias correntes de pensamento, principalmente de intelectuais feministas, marxistas, pós estruturalistas, de distintas formas, mas todas com a orientação metodológica de rejeição ao determinismo biológico como justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres (Côrtes, 2008, p. 23).

Sacramento e Resende (2006), indicam que o termo violência contra a mulher foi construído pelo movimento feminista, dito isto ele será encontrado durante todo o trabalho.

Quando se entende relação de poder dentro da violência contra a mulher, é importante frisar uma sociedade que reconhece e legitima o patriarcado, como definido.

O histórico do patriarcado e a dominação masculina existem há um tempo considerável, compreendendo que as atitudes do homem com relação à mulher e o seu comportamento são reflexos de seu passado e de como nossos antecessores impuseram um suposto padrão (Araújo, 2022, p. 1865).

A partir da discussão de patriarcado, tem-se, portanto, a ideia segundo Cortês, (2008), a legitimidade dos homens para controlar e determinar ações sociais. É sob este contexto que está inserido a violência contra a mulher, diante dos desdobramentos e impactos da violência contra as mulheres emerge a necessidade de desenvolver ações preventivas e de atendimento às pessoas que vivem ou ainda se encontram em situações de violência. As questões analisadas incorrem na posição de entender a real necessidade de trabalhar não somente para a prevenção da violência doméstica, mas para cuidar das mulheres que sofrem de forma contínua ou não, deste mal.

### **2.1.1 Movimentos Feministas rumo a construção de Direitos Humanos**

O movimento feminista atua no combate à violência de gênero e, conseqüentemente, à violência contra a mulher. Por meio de suas ações e articulações, têm sido alcançados avanços significativos na defesa e proteção dos direitos das mulheres, promovendo mudanças sociais e legislativas que visam garantir maior segurança e igualdade de gênero.

Os movimentos feministas, discutiram questões de gênero a partir de pautas econômicas, sociais e políticas, e colaborou junto “aos demais movimentos sociais urbanos, naquilo que tange aos temas específicos das mulheres, somaram as forças para conquistar a inclusão da temática de gênero na agenda pública e estatal” (Matos, 2010, p. 84).

A trajetória dos movimentos feministas é conhecida e denominada de ondas, pela ciência e por pessoas admiradoras da causa, pois “elas representam uma espécie de linha do tempo, apresentando os avanços e as principais pautas de cada época” (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021, p. 59).

As ondas são denominadas de formas numéricas, como primeira, segunda, terceira e quarta onda, embora se observem que ainda há questionamentos quanto a quarta onda existir. Autores como Silva, Carmo e Ramos (2021) e Zirbel (2021), defendem posições diferentes, o primeiro avalia e pontua o processo de uma quarta onda, enquanto a segunda defende a existência de somente três ondas.

A noção de direitos humanos, iniciou na idade moderna tendo o seu marco na Revolução Francesa que construiu a “Declaração do Homem e do Cidadão, elaborada em 1789 em meio a Revolução Francesa, foi considerada a precursora da noção de dignidade humana, embora apresentando equívocos teoricamente já superados, mas que ainda retrata problemas cotidianos atuais” (Collacite, 2020, p. 22).

Em relação “As mulheres, ao constatarem que as conquistas políticas não se estendiam ao seu sexo, organizaram-se para reivindicar seus ideais não contemplados” (Pinafi, 2007, p. 3).

No que diz respeito a Segunda Guerra Mundial, que aconteceu ente 1939-1945, Collacite (2020) escreve que a segunda guerra mundial a partir de um desejo imperialista de poder, principalmente econômico, carrega em seu bojo ações que hoje consideram-se racistas, homofóbicas, anticomunistas e xenofóbicas, trazendo então atos cruéis com o ser humano.

“Os horrores deste evento não se restringiram ao continente europeu, mas, tal qual uma onda de destruição, se irradiaram pelo mundo” (Barros, 2019, p. 24).

Um ponto a ser considerado e ajuda a responder os motivos pelos quais iniciou-se ações em direitos humanos, segundo estudos, foi o contexto e os motivos em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial, uma delas é a ideia de nacionalismo, visto em

A guerra seria resultado de uma conjunção de fatores: a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, que mergulharia o mundo capitalista em uma grande depressão. Tudo isto justificaria a exacerbação dos nacionalismos, das medidas protetivas e da necessidade de governos fortes, autoritários e capazes de superar em eficiência os instáveis sistemas parlamentares. Em se tratando de termos ideológicos, haveria a partir de então uma valorização da força, da vontade e da ação. O que acabaria por despertar ressentimentos e ativar a luta pelo poder (Barros, 2019, p. 52).

Portanto, é na Segunda Guerra Mundial que a noção de Direitos Humanos passou a ser formalizada e documentada. Como explica Valdivia (2016), documentos como a Carta de São Francisco, de 1945, promoveram esforços e diálogos entre países polarizados. A partir dessas discussões, ocorreu a construção e oficialização da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

É na necessidade de pensar direitos humanos que surgem também a necessidade discutir a condição da mulher, partindo disso os movimentos feministas passam a tomar forma a partir da perspectiva de equidade de direitos.

As ondas definem esse movimento, temos em Pinafi (2007) discute a primeira onda a partir dos movimentos democráticos da modernidade, as lutas burguesas que aconteciam, principalmente na Revolução Francesa que tinha como objetivo a possibilidade de uma sociedade igualitária e com liberdade. Neste momento as mulheres participam ativamente do processo de revolução, mas ao final não são consideradas como sujeitos de direitos.

Nesse sentido, Silva, Carmo e Ramos (2021) defendem que, durante a primeira onda do movimento feminista, havia um desejo entre as mulheres de participar da vida política, com a possibilidade de votar e de serem tratadas como cidadãs plenas. Esse movimento era, em grande parte, conduzido por mulheres da classe média, enquanto as mulheres trabalhadoras, inseridas no contexto do processo de industrialização e ocupando postos nas indústrias, lutavam por melhores condições de trabalho e por salários equiparados. Além disso, somavam-se a outros movimentos que apresentavam pautas diversas.

Há também inúmeros levantes feministas, principalmente dos partidos comunistas europeus e russo que travam o recorte classista e a necessidade de um rompimento brusco com a estrutura econômica capitalista e suas multifacetadas explorações, como é o caso de Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo, oriundas da vertente marxista e Emma Goldman do anarquismo (Bittencourt, 2015, p. 200).

As contribuições de Zirbel (2021), ajudam a pensar a segunda onda, a autora aponta que esse momento acontece no período das guerras mundiais, que colocaram a mulher em posições de trabalho outrora depositadas ao homem visto a necessidade por eles estarem ocupando espaços no combate, isso fez com que elas entendessem que seu papel e suas funções podem ser iguais aos dos homens. Zirbel (2021) relata que, além de ainda lutarem por direitos civis nesse momento as mulheres também

começam a contestar o seu papel, sua sexualidade e sua função social e a construção desse papel pela ótica do dominador, que é do masculino, citando escritoras, como Simone de Beauvoir e Betty Friedan, nesse momento, segundo a autora as mulheres já estavam vivenciando um processo de alfabetização mais avançado.

Na terceira e quarta onda, autores como Bittencourt (2015) e Silva, Carmo e Ramos (2021) pontua tratar-se de períodos da liberdade de corpos, as relações de gênero começam a ser galgadas e problematizadas, a união de movimentos homossexuais, o reconhecimento da transexualidade indicam essa fase, além do reconhecimento da luta das mulheres negras, mulheres em situações de vulnerabilidade e pouco acesso a serviços.

A quarta onda, continuando com as reflexões de Silva, Carmo e Ramos (2021), um movimento ligado às de redes sociais, colaborando para a disseminação de informações sobre a causa feminista, e unindo vários feminismos que tem pautas diferentes, para explicitar isso temos.

Feministas, latinas, negras, revolucionárias, proletárias, lésbicas, pró-sexo, anti-pornografia (dentre outras) fomentaram o debate feminista por todo o século XX, evidenciando a grande quantidade do feminismo (de indivíduos, grupos, pautas estratégicas) (Zirbel, 2021, p. 22).

As ondas como uma metáfora são bem desenhadas:

Talvez os movimentos feministas sejam mesmo como ondas do mar, embora uma forte estrutura insista em puxar os avanços já conquistados, eles seguem com suas pautas progressistas, algumas vezes como tsunamis e outras vezes em formato de pequenas marolas (Ribeiro *et al.*, 2021, p. 59).

A importância do movimento feminista é reconhecer todas as lutas travadas, no entanto há de ser necessário tecer críticas que podem colaborar com a análise na perspectiva de desconstruir conceitos que geram pensamentos homogêneos.

Numa visão crítica de assentir sobre as ondas, nos escritos de Ribeiro *et al.* (2021) acentuam a necessidade de reconhecer a realidade de outros países para não ficar preso a ideia do movimento feminista a partir da Europa ou Estados Unidos.

Ribeiro *et al.* (2021) colocam a necessidade de reconhecer que muitas lutas antes das ondas foram travadas por mulheres, em outros tempos, portanto pensar em uma luta linear desconsidera fatos importantes das lutas históricas.

Bittencourt (2015) considera que não se pode explicar as ondas feministas como movimentos heterogêneos, pois além de existir diversos movimentos feministas, a autora reconhece a necessidade da luta coletiva, a importância da organização, mas também faz críticas a anuência eurocentrista e estadunidense, concordando com outros autores supracitados, pensando na importância de validar a luta das mulheres africanas, latinas e asiáticas que passaram pela colonização, vivenciando situações de violência, dominação e exploração.

Já Zirbel (2021) contribui somando forças junto a outros autores estudados de que é necessário considerar o processo de outros feminismos, e descreve a ideia de que não se pode pensar que com o fim de uma onda se finda as problemáticas e se instala as soluções e a resoluções das demandas apresentadas pelas mulheres.

Partindo de todo o histórico e ressaltando que há formas mais plurais de se pensar os movimentos feministas, não deixando de reconhecer as ondas, como processo histórico e desenho dessa luta, os movimentos sociais feministas são uma ação necessária para uma sociabilidade mais igualitária.

E na esteira dos movimentos feministas, somado a outros movimentos sociais que defendiam suas pautas, nasce parceiras importantes como a Organização das Nações Unidas (ONU), “como um mecanismo importante para estabelecer garantias vitais para as mulheres, contribuindo para a escrita de materiais, pactos e declarações, priorizando as mulheres” (Vigano; Latin, 2019, p. 10).

Ao pensar nos movimentos feministas e na Segunda-Guerra Mundial, Collacite (2020) destaca que essa abordagem define os entendimentos sobre os direitos humanos no âmbito das questões sociais, econômicas e políticas. Ao longo desse processo, emerge a ideia de reconhecimento da paz, solidariedade, preservação cultural, e o respeito às diversidades de gênero e etnia.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, temos no Artigo 1º que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (Unicef, 2025, art. 1).

O desenvolvimento dos direitos das mulheres na ONU pode ser visualizado em quatro fases: o primeiro período de 1945 a 1962 voltava-se para a equidade nas relações entre homens e mulheres, a segunda fase de 1963 a 1975 focada na proteção dos direitos conquistados, a terceira fase coincide com a década das mulheres (1975-1986) e a quarta fase de 1986 até o presente momento (Tomazoni; Gomes, 2015, p. 47).

Em relação a década das mulheres, é considerado 1975 pois foi o ano internacional das mulheres no Brasil, época da ditadura militar que finda em 1985, durante todos esses anos as mulheres lutaram por seus direitos, contribuindo inclusive com a Constituição Federal.

### **2.1.2 Convenções internacionais como referência para a legislação brasileira**

Ao longo da história nacional e internacional, especialmente a partir da década de 1980, foram elaboradas ações legislativas voltadas à proteção da mulher, no âmbito internacional, este trabalho buscou o foco em duas legislações internacionais que são A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), conforme Pandijarjian (2006) foi aprovada pela ONU e entrou em vigor em 1981 no âmbito internacional. A convenção definiu o conceito de discriminação contra a mulher e propôs ações, sobretudo de caráter legislativo, voltadas à sua eliminação. Com base nessas diretrizes, os Estados signatários aderem às legislações recomendadas e produzem relatórios periódicos a serem apresentados à CEDAW, com o objetivo de analisar a situação da violência e discriminação. O Brasil aderiu à CEDAW em 1984, inicialmente com ressalvas, especialmente no que se referia à igualdade de tratamento entre homens e mulheres. No entanto, essas ressalvas foram retiradas em 1994.

A convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, criticamente podemos ver em “[...] era dotada de caráter recomendatório e não coercitivo, o que limitava seus efeitos práticos, ainda assim o documento representou um avanço no movimento internacional de afirmação dos direitos das mulheres” (Tomazoni; Gomes, 2015, p. 50).

Pandijarjian (2006) fala sobre o Relatório Brasileiro entregue à CEDAW em 2003, que mostrou dados alarmantes sobre a violência contra a mulher, fazendo com o que o comitê fizesse apontamentos e sugestões para a resolução do problema.

O Conselho Nacional de Justiça (2019) elaborou um documento de recomendações com base na CEDAW. O documento aborda, ainda, os objetivos da

referida convenção, de 1979, enfatizando a nocividade da discriminação contra as mulheres e o direito delas de não serem submetidas a tal prática, independentemente de seu estado civil.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), segundo Pandijarjian (2006) aprovou, em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará. Esse tratado interamericano introduziu termos como gênero e violência doméstica e familiar em aparatos legais, tornando as legislações mais específicas no enfrentamento da violência contra a mulher. O Brasil incorporou a convenção em 1995, que passou a servir como uma referência central para a construção de políticas públicas e marcos jurídicos voltados à eliminação da violência contra a mulher.

Villa (2020) em seu artigo contribui para a definição a Convenção de Belém do Pará, a partir da definição de cobertura protetiva para as mulheres, definindo normas para se entender sobre a violência e estratégias de combates.

Portando considera-se fundamental a Convenção de Belém do Pará pois:

A Convenção de Belém do Pará estabelece que se torna necessária a criação de políticas públicas para a superação e o enfrentamento da violência contra a mulher, mas além disso a presença de atores que executem tais políticas respeitando as diretrizes que embasam as políticas e as leis criadas para combater a violência (Leandro, 2014, p. 24).

Moreno (2017) ressalta que foram através dos documentos da CEDAW e da Convenção de Belém do Pará entre outros documentos internacionais, a partir de suas recomendações que o Brasil iniciou um processo de adequação e olhar para as mulheres, criando, inclusive, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

### **2.1.3 Principais legislações brasileiras de defesa da mulher**

As legislações brasileiras que têm como referência o direito das mulheres foi aos poucos tendo mudanças, históricas e sociais, durante este processo cabe ressaltar algumas legislações que asseguram a proteção da mulher.

Desde a colonização que tinha o cristianismo, religião que reproduz em seus dogmas a subordinação feminina, como método de submissão e exploração até a política adotada pelos governantes de um Império debilitado, e posteriormente de militares e populistas que disputavam poderes que iam para além da governança do Estado, o lugar das mulheres na sociedade brasileira permaneceu sob a tutela do poder pátrio e da subalternidade em relação ao gênero (Cabestré, 2023, p. 28).

Neste contexto histórico, Viganò e Lafin (2019, p. 6) apontam que “a violência era compreendida como uma espécie de educação, para disciplinar as mulheres que desrespeitassem os seus homens, sejam eles maridos, pais ou outros”.

Como exemplo, Cabestré (2023) destaca que o Código Penal de 1890, a Constituição Federal Brasileira de 1946 e o Estatuto da Mulher de 1962 refletem, respectivamente, a ideia de que a mulher possuía uma responsabilidade sexual para com seu marido, isentando-o de responsabilidade em casos de atos sem o consentimento da mulher. Com o passar do tempo, avanços legislativos ocorreram, e, em 2005, tais situações deixaram de existir com a promulgação da Lei nº 11.106, surge para a adequação a realidade vigente. Além disso, o Estatuto da Mulher, em 1962, garantiu às mulheres o direito à separação, à partilha de bens e à guarda dos filhos.

Resguardadas as diferenças de cenários políticos e econômicos, favoráveis ou não às conquistas sociais, em uma sociedade estruturada por desigualdades e opressões, cada conquista expressa o atendimento dos interesses dos grupos minoritários, que podem ser ameaçados a qualquer momento. Neste sentido, observar as conquistas que as mulheres tiveram neste início do século XXI significa atentar para as lutas que pautaram tais interesses e, ao mesmo tempo, para o fato de que estas conquistas incomodam os setores contrários às transformações sociais inclusivas (Albuquerque, 2024, p. 4).

Mudanças sociais ocorreram e depois de alguns anos, em 1985, conforme destaca Kfoury (2023), o movimento feminista da época colaborou para a criação da Lei nº 7.353, que instituiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O principal objetivo do conselho era a eliminação da desigualdade de gênero, contribuindo significativamente para a construção de uma nova constituinte, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse movimento, conforme relatado por Amâncio (2013), em parceria com os parlamentares constituintes, ficou conhecido como o “Lobby do Batom”.

Podemos dizer que o movimento no Brasil elegeu duas estratégias: a ação direta no primeiro momento e a reivindicação de políticas públicas em seguida. O movimento feminista brasileiro tem como uma marca própria a sua articulação com a reivindicação dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação das mulheres (Diniz, 2006, p. 19).

Portanto, em relação às legislações brasileiras de defesa da mulher, temos que “a nível nacional os marcos legais mais significativos são: a Constituição de 1988 que,

no artigo 5º, parágrafo 2º define a igualdade entre homens e mulheres e promulgação em 2006 da popularmente conhecida “Lei Maria da Penha” (Villa, 2020, p. 115).

A LMP é o principal instrumento legal para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Campos, 2025, p. 393).

A LMP (Lei nº 11.340/2006), tem como objetivo coibir, prevenir e dar dignidade as mulheres a partir da definição de políticas públicas, ao mesmo tempo que define os tipos e as naturezas da violência que as mulheres sofrem ratificando-as (Brasil, 2006). “Esta legislação representou um marco ao tipificar diversas formas de violência, não se limitando à agressão física, mas abrangendo as esferas psicológica, sexual, patrimonial e moral e ao instituir ações para coibir, prevenir e punir tais atos” (Silva *et.al*, 2025, p.2234), complementando o quadro 1, com duas naturezas novas, a patrimonial e moral reconhecida pela legislação brasileira.

Há muitas críticas a respeito das respostas da LMP em exercício desde 2006, Campos (2015) enfatiza a complexidade das relações contemporâneas e a falta de serviços públicos indicados pela referida lei, acabam dando um tom de contradição, visto que em seus estudos reconheceu que não houve uma existência plena dos serviços dispostos na lei.

Além disso, é previsto como serão feitos os atendimentos em rede, quais as funções das Delegacias de Atendimento à mulher (DDM), atendimento nos Institutos Médicos legais, no sistema jurídico e nos serviços especializados (Brasil, 2006).

Há muitas críticas a respeito das respostas da LMP em exercício desde 2006, Campos (2015) aponta para a complexidade das relações contemporâneas e a falta de serviços públicos indicados pela referida lei, acabam dando um tom de contradição, visto que em seus estudos reconheceu que não houve uma existência plena dos serviços dispostos na lei.

Pasinato (2025) aponta problemas das políticas públicas como falta de recurso material, despreparo das equipes, no que tange a especialização de atendimento a vítima de violência, acaba gerando atendimentos que beiram ao assistencialismo em detrimento da efetivação de direitos.

Outra legislação brasileira foi a Lei nº 13.104/15, considerada a lei do Feminicídio, ela consiste em reconhecer o homicídio como feminicídio, um crime hediondo quando o crime for cometido por razões de gênero, aumentando em até 1/3 da pena quando há a conclusão do ato (Brasil, 2015).

O envolvimento das organizações internacionais na criação da lei do feminicídio no Brasil não se restringiu a uma pressão para que a lei fosse aprovada, mas houve um acompanhamento de perto de todo o processo de elaboração da lei, sobretudo por parte da ONU Mulheres – citada reiteradas vezes como uma organização que teve um papel fundamental neste processo –, que participou das audiências e dos fóruns de discussão (Oliveira, 2017, p. 96).

Rodrigues (2023) a lei do feminicídio ela passa a ser considerada crime hediondo, tanto quanto crime de estupro, genocídio e latrocínio, mudando, portanto, o Código Penal. Quanto às críticas ou apontamentos sobre a Lei do Feminicídio, é importante observar que:

[...] o ente estatal, além de buscar punição severa aos agressores, deve estimular e criar ações afirmativas e políticas públicas voltadas ao não silenciamento e proteção deste público, para que estas práticas possam ser freadas e, conseqüentemente as violências e estatísticas sejam abruptamente diminuídas, sendo efetivas realizadas (Silva; Lopes, 2024, p. 13).

#### **2.1.4 Alguns dados da violência contra a mulher no Brasil**

Com base na compreensão dos conceitos de violência e nas mobilizações sociais e legislações voltadas para a eliminação das violações de direitos cometidas contra as mulheres, torna-se fundamental reconhecer dados sobre a violência doméstica no Brasil. Sobre a violência de gênero, reforça-se a necessidade de entender que:

[...] as mulheres padecem com isso desde a infância até a velhice; da analfabeta à pós-graduada; em casa, na rua ou no trabalho, independentemente da profissão; com ou sem deficiência; da assalariada à milionária; por um familiar, um parceiro íntimo, atual ou ex, ou um desconhecido; no público ou no privado; do dano físico ao psicológico; a despeito da etnia ou orientação sexual (Sousa; Uchôa; Barreto, 2024, p. 2)

Além disso, em comparação às pesquisas anteriores, o ano de 2022 teve um aumento significativo da violência contra a mulher (Bueno *et al.*, 2023). Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), trazem que “na última década (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022, foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres” (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 35).

Cerqueira e Bueno (2023) registraram que “para além de violências cotidianas, as mulheres também são atingidas pela violência letal: na última década, entre 2011

e 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no Brasil” (Cerqueira; Bueno, 2023, p.42)

Cerqueira e Bueno (2023) já havia identificado esse aumento, atribuindo-o a diversos fatores, como a redução orçamentária, nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, ocorrida entre 2019 e 2022, o posicionamento político conservador do governo nesse período, que reforçava estruturas patriarcais, e os impactos sociais e econômicos gerados pela pandemia de Covid-19. Tese essa reforçada que para além do patriarcado e a economia, tem-se a “a pandemia provocada pela COVID-19 gerou inúmeros impactos sociais quanto aos casos de violência doméstica contra a mulher, estes aumentaram consideravelmente em todo o país [...]” (Franchi; Garcia; Caldeira, 2022, p. 147).

No Mapa Nacional da Violência de Gênero, organizado pelo Senado Federal, constatou-se que, de aproximadamente 30 mil mulheres entrevistadas, 60% não denunciaram as agressões sofridas Instituto DataSenado (2023). Seguindo essa linha, o Instituto de Pesquisa DataSenado realizou pesquisas de campo e entrevistas telefônicas com mulheres, buscando compreender os motivos que levam à ausência de denúncias. A pesquisa identificou que:

Na opinião de 73% das brasileiras, ter medo do agressor leva uma mulher a não enunciar a agressão na maioria das vezes. A falta de punição e a dependência financeira são outras situações que, para 61% das brasileiras, levam uma mulher a não denunciar a agressão na maioria das vezes (Instituto DataSenado, 2023, p. 10).

Para evidenciar a gravidade da situação das mulheres no Brasil, além da violência física, sexual e o feminicídio, o assédio também é um problema agravado na sociedade. “Apenas no último ano, 46,7% das mulheres brasileiras de 16 anos ou mais sofreram alguma forma de assédio sexual” (Bueno *et al.*, 2023, p. 37).

Diante do quadro exposto sobre a violência contra a mulher, que de acordo com os números insiste em não diminuir, os danos causados não somente de forma individual mas coletiva, a partir por exemplo da Izumi (2015) de que a violência é enraizada na sociedade brasileira, principalmente no que tange o feminicídio, visto que “no Brasil o que mais preocupa é o feminicídio ser cometido por parceiro íntimo, em contexto de violência doméstica ou familiar e geralmente é precedido por outras formas de violência e o que é igualmente grave, poderia ser evitado” (Rodrigues, 2023, p. 6).

Se faz necessário discutir questões de proteção da mulher, e uma delas são as casas abrigo para mulheres em perigo iminente de morte.

## 2.2 CASAS ABRIGO: SURGIMENTO E ORIGENS NO CONTEXTO INTERNACIONAL

A casa abrigo é um espaço de acolhimento de mulheres e seus filhos que vivenciam situações de violência doméstica e começou a ser pensada internacionalmente nos anos de 1970 e 1980, dentro da segunda onda do feminismo

As primeiras experiências de acolhimento temporário para mulheres maltratadas surgem, a nível internacional, nos anos setenta, essencialmente por iniciativa dos movimentos de mulheres. Através da organização de grupos das mulheres, surgiram e desenvolveram-se estes centros de proteção em relação à violência doméstica. Diante da situação de perigo e de falta de segurança apresentada pelas mulheres maltratadas surge a ideia de organizar refúgios onde estas mulheres se possam esconder e escapar desta forma à violência dos seus agressores (Cotrim, 2014, p. 5).

Rocha (2007) afirma que a primeira casa abrigo registrada na história surgiu na Inglaterra, em uma cidade próxima a Londres chamada Chiswick. O abrigo adotou o mesmo nome e, inicialmente, funcionava como um local de reuniões para discussões. No entanto, conforme as demandas aumentaram, passou a ser um espaço de acolhimento para mulheres que viviam em situação de violência e maus-tratos por parte de seus maridos

Depois da primeira casa abrigo temos como Falcão (2008) elucida de que a partir da Casa Chiswick, outras casas ao redor do mundo foram sendo criadas, com o mesmo propósito, outros países como Canadá, Austrália, Irlanda, criaram casas com o mesmo objetivo.

Falcão (2008), afirma que nos Estados Unidos da América, a primeira casa foi na cidade de St. Paul, em Minnesota, criada por uma organização de mulheres que se chamava *Women's Advocates Shelter*.

Como também já colocado anteriormente o movimento feminista se manifestou de diferentes formas em diferentes tempos históricos, e quando se trata de falar da abertura de Casas Abrigos, desde a primeira inauguração na década de 70, nas décadas posteriores elas também foram inauguradas, como na década de 1980 e 1990.

Já nos países em que o desenvolvimento deste tipo de resposta social ocorreu apenas na década de noventa, como é o caso de Portugal e da

Eslovénia, onde o seu aparecimento tardio está estreitamente ligado com os desenvolvimentos políticos e sociais dos países, que vivenciaram longos períodos de regimes autoritários (Cotrim, 2014, p. 6).

Pinheiro e Frota (2006) apontam que na América Latina em 1979 foi inaugurada a casa abrigo “Júlia de Burgos” em San Juan- Porto Rico, e 1982 no Peru outro, foi inaugurado, um refúgio chamado “A voz da Mulher”, que foi feito na casa de uma militante indígena.

### 2.2.1 Casas abrigo pelo mundo

Em alguns estudos foram apontadas casas abrigo em países como Espanha, Turquia e Portugal.

Santos (2014) fala sobre as casas abrigo em Madrid, que surgiram nas décadas de 1980 como resultado dos movimentos feministas, e desde seu início elas foram construídas tanto pelo poder público como movimentos organizados em prol da defesa da mulher. O autor apontou que as casas abrigo espanholas são dirigidas sendo de responsabilidade das *Delegación Del Gobierno para la violencia de género* e os serviços permanecem sendo prestados tanto por serviços públicos como privados.

Em Madrid a funcionalidade das casas é dividida em três serviços. Santos (2014) fala sobre *centros de emergência, centros de acogida, pisos tutelados*, totalizando em média 216 casas em Madrid e cada serviços tem sua funcionalidade, o primeiro atende questões emergenciais, o segundo abriga mulheres que não estão em emergência, mas não tem família e nem rede de apoio, e o terceiro a equipe fica dentro do equipamento trabalhando a independência das mulheres, todos os serviços têm equipes técnicas como assistente social, psicólogos entre outros.

Na Turquia, Gül (2013) considera o país e arredores uma região com a cultura do bem-estar social patriarcal para além da sociedade, o que de certa forma contribui para o não desenvolvimento, principalmente devido a baixos investimentos, de políticas públicas principalmente de espaços adequados de atendimento das mulheres, com modelos de atuação extraídos do Mediterrâneo e Europa.

Gül (2013) relata que os movimentos feministas causaram fortes impactos na Turquia, principalmente com ligações internacionais, tendo a CEDAW como exemplo de aliança, e o primeiro espaço de acolhimento para mulheres vítimas de violência foi criado em 1990 pelo Serviço Social e Proteção Infantil. **Existiam poucas casas até**

início dos anos 2000, quando o Parlamento de Instambul criou a possibilidade de municípios com mais de 50 mil habitantes poderiam criar uma casa abrigo, em 2012 havia um total de 72 abrigos com o objetivo de acolher as mulheres e seus filhos.

Em Portugal, há casas abrigo, Correia e Sani (2015) relatam que elas foram criadas na década de 1990, inclusive com 39 casas, geridas pela Lei nº 107/99, onde os filhos também são aceitos nos espaços, o quadro técnico é de psicólogo, assistente social, educador social.

Correia e Sani (2015) enfatizam que os espaços têm um trabalho que visa, inicialmente, proteger a mulher em sua situação, além de construir a independência financeira da mulher e colaborar para a organização de sua saúde mental. Porém, no caso das crianças, elas só podem permanecer forem menores de 12 anos.

### **2.2.2 Casas abrigo no Brasil**

No Brasil, Diniz (2006) aponta que se iniciou com os movimentos de mulheres na década de 1980, a organização de vários movimentos feministas de mulheres, se reuniram para discutirem a questão da violência contra a mulher no Brasil, criando o SOS Mulher na cidade de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro, e o Centro de Defesa da Mulher em Minas Gerais, que foram entidades não governamentais, tendo como participantes mulheres voluntárias.

Elas cumprem, além do papel social e político, um papel de questionamento e ruptura diante do problema da violência conjugal, acenando para uma nova forma de abordagem, teórico/prática, na qual as mulheres não são meras usuárias de um serviço, e sim sujeitos de sua própria mudança, ocupando, por isso, um lugar central no atendimento (Pinheiro; Frota, 2006, p. 113).

Falcão (2008) relata que somente no processo de finalização do período ditatorial, com a possibilidade de discussões políticas pela sociedade que as mulheres puderam se manifestar e discorrer sobre suas necessidades e desejos, que eram o fim da diferença entre os gêneros e o fim da violência.

Pinheiro e Frota (2006), relatam que a primeira casa abrigo para mulheres, se dá em 1983 e se chamava Casa da Mamãe, na cidade de São Paulo organizada pelo SOS Mulher. Falcão (2008) aponta que a Casa da Mamãe tinha o objetivo de abrigar mulheres mães que haviam sido abandonadas pelos seus companheiros e que não figurava até 1986 um espaço destinado a escapar das violências sofridas

Mas pensando em responsabilização do Estado temos “a primeiro abrigo do país para mulheres em situação de risco de morte foi criado em 1986 no Estado de São Paulo, pela Secretaria da Segurança Pública. Era o Comvida – Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica” (Silveira, 2006, p. 67). Porém, segundo Silveira (2006), somente em 1997 houve uma expansão de casas abrigo por todo território nacional.

Falcão (2008) aponta para pioneira no Brasil que ocorreu em Santo André, por meio da Assessoria de Direitos da Mulher, criada durante a gestão municipal de 1989 a 1992. Nesse período, foi implantada, em 1990, a Casa Abrigo da Prefeitura de Santo André, que foi extinta em 1992, com a chegada da gestão subsequente. Ainda no mesmo estado, a Prefeitura de São Paulo inaugurou, em 1991, a Casa Abrigo Elenira Resende, que também foi desativada em 1992. A redução financeira nos custos governamentais comprometeu o trabalho desses órgãos, resultando na terceirização de suas atividades para ONGs ou o fechamento da casa que, por sua vez, também dependiam financeiramente do poder público.

Amorim (2015), salientando o quanto é problemático o fechamento destas casas ou a não formulação de novas ações, e explica que isso pode-se dar através do sexismo institucionalizado, que não deseja romper com o patriarcado conjuntamente com o crime da defesa da honra, muito utilizado como argumento para a defesa do agressor, nem priorizar ações de enfrentamento e acolhimento das vítimas.

Porém em 1998, segundo Falcão (2008), o Conselho Nacional de Direitos da Mulher reconheceu a necessidade de dar prioridade no financiamento federal para Casas Abrigo, passando a ser aprovado um Programa Nacional de Prevenção e Combate à violência doméstica e sexual, construindo e mantendo as que já existiam.

### **2.2.3 Principais legislações sobre casa abrigo no Brasil**

Com os avanços das legislações que combatem a violência contra a mulher, discutido anteriormente, é que se dá a possibilidade da construção de novos mecanismos jurídicos e sociais para a promoção da proteção das mulheres vítimas de violência, principalmente as com perigo iminente de morte.

É importante destacar algumas leis e diretrizes que colaboram não somente para a proteção, mas para a prevenção da violência contra a mulher.

Lopes (2014) afirma que no Brasil passa a institucionalizar e definir políticas de abrigo como dever do Estado a partir da Lei Maria da Penha, 11.340/2006, essa política tem o objetivo de afastar a vítima de seu agressor, principalmente quando a mulher se encontra em risco iminente de morte.

A política de combate e prevenção à violência contra as mulheres estabelecida na Lei Maria da Penha, reconhece a complexidade do fenômeno da violência doméstica e a necessidade de um conjunto de ações de natureza jurídica e não jurídica para mudar os padrões sociais que conformam a violência (Moreno, 2017, p. 57).

A Secretaria de Políticas para as mulheres no ano de 2007, constrói um termo de referência com o objetivo de definir os Centros de Referência da Mulher (CRM) e as casas abrigo, o termo é um documento que discute a importância do trabalho em rede e articulado, informando que daria prioridade a projetos de implantação e implementação de CRMs e casas abrigo, definindo os serviços ofertados por estes equipamentos (Brasil, 2007).

A partir destes movimentos a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres teve discussões a partir de vários campos, evidenciando os pactos internacionais acordados na Conferência, criando o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, este plano tem quatro eixos importantes (Brasil, 2006) (Quadro 2).

Quadro 2 - Linhas de trabalho do Plano Nacional de Políticas para Mulheres

Linhas de trabalho	Linhas de trabalho
Linha A Mercado e Renda	Trabalhando com linha de crédito, pensando nas agricultoras, diminuição de salários entre homens e mulheres, inserção da mulher no mercado
Linha B Educação	Educação inclusiva e não sexista, pensando em combater estereótipos de gênero, orientações sobre gênero e sexualidade, inclusão da mulher na educação, reduzindo assim a taxa de analfabetismo, para mulheres idosas inclusive, valorizar iniciativas culturais
Linha C Saúde	Pensar nos direitos sexuais e reprodutivos, ampliar o acesso a assistência à saúde e tudo que ela pode ofertar desde a prevenção e cuidados, reduzir a morbidade e mortalidade das mulheres, ampliar e qualificar as equipes., reduzir mortalidade materna, índices de HIV e sífilis, aumentar número de mamografia, entre outras questões de saúde relacionada à mulher
Linha D Enfrentamento à violência contra as mulheres	o plano fala de atendimento humanizado e de qualidade às vítimas, fala do cumprimento dos tratados internacionais e também fala da revisão da legislação e a instituição de redes de atendimento para as mulheres, serviços especializados, incluindo delegacias, casas abrigo, defensorias públicas para mulheres. E capacitar os profissionais da segurança pública

Fonte: adaptado do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (2006)

O foco na violência doméstica, conforme enfatizado pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em Brasil (2006) pode ser explicado pela centralidade dessa forma de violência no contexto brasileiro, onde a violência contra a mulher se configura como uma das manifestações mais recorrentes e devastadoras das desigualdades de gênero. O Plano Nacional, ao direcionar suas ações e políticas para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher, reconhece a necessidade urgente de intervenções sistemáticas e integradas para proteger as mulheres e romper com o ciclo de violência que, muitas vezes, se perpetua ao longo de gerações. A ênfase na violência doméstica também reflete uma tentativa de abordar as raízes

estruturais da violência de gênero, que se entrelaçam com as questões de poder, controle e desigualdade dentro do espaço doméstico.

Sobre as casas abrigo que são consideradas serviços socioassistenciais tipificados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, uma vez que

As casas-abrigo, as casas-de-passagem e/ou outros equipamentos de acolhimento institucional para mulheres em situação de risco e violência estão compreendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como serviços de proteção especial de alta complexidade e no âmbito da Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, como serviços de atendimento especializados (Brasil, 2011, p. 88).

Portanto, entender o significado das casas abrigo é entender que é um serviço de “acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral” (Brasil, 2014, p. 45).

As casas-abrigo, portanto, constituem serviços públicos (municipais, estaduais, regionais e/ou consorciadas) que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência com propósito de prover, de forma provisória, medidas emergenciais de proteção e locais seguros para acolher mulheres e seus filhos(as) (Brasil, 2011, p. 32).

As Diretrizes Nacionais de abrigamento, de mulheres em situação de risco e violência, apresenta fluxos de atendimento, que definem onde as vítimas serão atendidas e para onde serão encaminhadas a partir da denúncia, reconhecendo que os municípios são heterogêneos e às vezes não há equipamentos iguais, esse fluxo pode ser mudado atendendo a premissa do atendimento de qualidade. As casas podem ser de curta permanência, chamadas de Casas de Acolhimento, onde as mulheres geralmente ficam por 15 dias e de longa permanência onde as mulheres ficam por até 180 dias e está é chamada de casa abrigo, objeto do estudo (Brasil, 2011).

As casas-abrigo constituem locais seguros para o atendimento às mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão da violência doméstica. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas (Brasil, 2011, p. 33).

Ribeiro (2014) enfatiza que, segundo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia 155 casas abrigos no Brasil. Dentre essas, a maioria estava concentrada na região Sudeste e Sul do país e, à época, não havia nenhuma casa abrigo nos estados do Acre e de Roraima.

Por isso a importância de se entender como a nível científico essas casas estão sendo estudadas, partindo da ideia de que a “casa abrigo é um espaço onde as mulheres se sentem protegidas diante da situação extrema de violência que vivenciaram, além de ser um local que oferece apoio emocional e ajuda na busca por trabalho e geração de renda, em alguns casos” (Krenkel; Moré, 2017, p. 780).

Para além disto, as casas abrigo dão informação sobre alternativas a viver com um parceiro violento. São desenvolvidas atividades que pretendem melhorar a autoimagem da mulher vítima de violência, bem como apoiá-la a ultrapassar o medo, a ansiedade e outras reações que são transmitidas pelo parceiro violento; as casas de abrigo oferecem uma atmosfera de suporte social no qual as mulheres podem desenvolver relações positivas entre si (Cotrim, 2014, p. 9).

#### **2.2.4 Desafios e importância de uma casa abrigo**

Carloto e Calão (2006), ao abordarem sobre a importância e o significado das casas abrigo para mulheres, discorrem, inicialmente, acerca da difícil decisão que a vítima enfrenta ao se mudar para a instituição, em razão do sentimento de abandono de seus bens materiais conquistados, de sua casa, e da dificuldade de aceitar estar em um ambiente fechado, sem poder ter contato com outras pessoas, percebendo, a princípio, como injusta a condição de isolamento.

Sobre o atendimento prestado às mulheres, Guimarães (2018), em pesquisa realizada nos espaços de abrigamento em Pernambuco, destaca a importância de que os profissionais técnicos compreendam a violência em sua totalidade. Isso porque as mulheres não conseguem adequadamente compreendê-la, seus tipos e naturezas. O entendimento do profissional serve para acolher a mulher e para um trabalho na perspectiva de posicionar a mulher em seu momento atual. Além disso, outro ponto importante de Guimarães (2018) é a necessidade de um trabalho pós abrigamento, que sirva para que o acompanhamento dessas mulheres não cesse.

Em Aracaju, Fonseca (2015), relata que o funcionamento da casa abrigo, espaço municipalizado, que atende mulheres com risco iminente de morte, considera importante uma rede de proteção adequada para que as mulheres tenham o sigilo

necessário para se sentirem protegidas e confortáveis e reitera a necessidade de uma rede de proteção treinada e adequada para que as mulheres sejam abrigadas de fato se for necessário e permaneçam o tempo necessário para sair do risco.

Outro ponto importante que destaca a divergência na política de abrigamento entre o que foi formulado e o que vem sendo implementado, é a articulação entre as políticas. O que ainda existe, mesmo que de forma falha, é a articulação entre a área da saúde, segurança e assistências psicológica e social, ainda que tenham demonstrado ser congruentes com o que foi proposto nas Diretrizes Nacionais de Abrigamento (Ferreira, 2021, p. 139).

O perfil da violência foi identificado no trabalho de Chaves (2017) na região da Paraíba, no qual observou que todas as mulheres atendidas passaram por alguma situação de violência seja ela física, psicológica ou sexual e vivenciaram o ciclo intenso e crescente, onde o homem inicia com xingamentos e depois parte para as agressões físicas, desencadeando principalmente o medo.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo, será apresentado a metodologia de pesquisa, o tipo, a abordagem e os métodos utilizados.

#### 3.1 ABORDAGEM DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva e exploratória, de abordagem quanti-qualitativa, na qual foram analisadas teses e dissertações que abordaram as casas abrigo para mulheres em situação de violência, a partir das técnicas de bibliometria e análise de conteúdo.

Cordeiro *et al.* (2023) destacam que as pesquisas quantitativas têm dado lugar a estudos de caráter descritivo-exploratório no Brasil, com um aumento significativo na produção científica desse tipo de pesquisa. Adicionalmente, Gil (2008) enfatiza que a pesquisa descritiva busca compreender um fenômeno por meio da análise das relações entre variáveis ou de um determinado grupo. Esse tipo de pesquisa possibilita o entendimento da realidade social, utilizando a coleta de dados como uma de suas principais ferramentas. Por outro lado, a pesquisa exploratória visa observar e analisar trabalhos existentes para desenvolvê-los ou explicá-los, a fim de obter uma visão geral de um fenômeno específico, com base em levantamento documental, trabalhos científicos e outros instrumentos.

Lösch *et al.* (2023) apontam que o processo de conhecimento e apresentação dos trabalhos coletados se dará de forma descritiva, permitindo o entrelaçamento das informações obtidas. Assim, a categorização dos dados coletados será analisada de forma clara e precisa.

Portanto, de acordo com os conceitos apresentados por Gil (2017), a pesquisa descritiva-exploratória contribuirá para maior compreensão e aprofundamento do conhecimento do tema proposto, a partir da descrição dos trabalhos coletados e a identificação deles e suas relações.

Cabe ressaltar que a pesquisa exploratória é uma modalidade de investigação aplicável em diversas áreas do conhecimento, tais como Ciências Sociais, Psicologia, Saúde, Educação e Engenharia (Lösch *et al.*, 2023). Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) afirmam que o estudo exploratório e investigativo dentro das Ciências Humanas e Sociais, necessita da pesquisa documental. Essa técnica foi aplicada

neste trabalho, sendo um percurso metodológico complementar imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa, com o uso de fontes relevantes ao tema e a validação de dados. A pesquisa documental

Permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social (Silva *et al.* 2009 p. 4557).

### 3.2 REVISÃO DE LITERATURA NARRATIVA

De acordo com Vosgerau e Romanowsk (2014), os estudos de revisão são fundamentais, pois têm a capacidade de organizar obras existentes, por meio da ação de resumir, analisar e observar. Com isso, é possível inferir hipóteses e preencher lacunas sobre o tema, contribuindo para um maior aprofundamento das pesquisas.

Botelho, Cunha e Macedo (2011) destacam que existem formas de revisão de literatura, como a revisão narrativa, considerada tradicional, e a revisão sistemática, que envolve etapas mais complexas. Ambas se utilizam de documentos científicos, encontrados em livros ou de forma digital, os quais fornecem sustentação teórica às revisões.

Estes estudos têm sua origem na área de ciências da saúde, pois buscam identificar as condições em que determinadas evidências ocorrem e a possibilidade de identificação de padrões de ocorrência (Vosgerau; Romanowsk, 2014, p. 175).

No entanto, as colaborações de Botelho, Cunha e Macedo (2011) e Fossati, Mozzato e Moretto (2019) trazem a revisão de literatura para as áreas de Teorias Organizacionais e Administração respectivamente, apontando a possibilidade de interdisciplinaridade dos métodos de revisão bibliográfica.

Brizola e Fantin (2016) afirmam a necessidade de reconhecer a importância da revisão de literatura, que busca explorar produções científicas já escritas, desde pesquisas passadas até as atuais, com o objetivo de abordar temas que têm relevância científica.

Sendo assim, o trabalho baseou-se em uma revisão de literatura narrativa. Segundo Camargo Júnior *et al.* (2023), esse tipo de revisão caracteriza-se por ser flexível quanto à literatura e aos aspectos detalhados, sem a necessidade de uma busca de dados definida.

Este trabalho segue a proposta de não se limitar à apresentação de indicadores ou ao esgotamento de dados. Ao considerar a contribuição de Silva (2019), que aponta que a revisão narrativa é uma ferramenta para avaliar questões específicas, optou-se por utilizá-la nesta pesquisa.

### 3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Considerando uma pesquisa qualitativa com o objetivo de apresentar dados sólidos e coerentes, foi adotada a análise de conteúdo como método de pesquisa. Na perspectiva de Valle e Ferreira (2024), a análise de conteúdo possui um conjunto de fases que visa contribuir para elucidar a realidade de forma sistemática. Pode ser aplicada a vários conjuntos de dados, como documentos escritos e materiais audiovisuais. Sua função é observar e codificar a mensagem transmitida, esclarecendo-a. Isso permite identificar padrões e contribuir para a interpretação de uma dada realidade social, destacando que:

A análise de conteúdo se caracteriza como uma técnica de pesquisa, que, embora decorra de diversas interpretações e modo de realizar-se, há uma sequência sistemática que traz uma consistência na pesquisa diante o que é defendido por Laurence Bardin (Sousa; Santos, 2020, p. 1413).

Para Bardin (1977), existem diferentes tipos de análise que são denominados como técnicas, como: categorial, avaliação, enunciação, expressão, relação e discurso. Cada uma delas tem um objetivo a ser alcançado, o qual é necessário aplicar o método, que é um conjunto sistemático de passos distintos, mas que precisam ser realizados adequadamente, para que todo o processo seja validado com sucesso. Sobre o método adotado a autora pontua que, a partir dos dados levantados, é necessário fazer uma pré-análise, exploração do material, tratamento de dados e interpretação. Neste trabalho, foi feita uma análise de categorização. Bardin (1977) conceitua categorização como a classificação do material por categorias, colaborando para observar as representações dos trabalhos, a partir do movimento de agrupar e reorganizar os dados categorizados.

### 3.4 ESTUDOS MÉTRICOS E SUA RELEVÂNCIA

Sobre o conhecimento acadêmico e sua contribuição para novos estudos, Chueke e Amatucci (2022, p. 1) enfatizam que “a pesquisa acadêmica deve tratar os problemas herdados de conhecimentos anteriores visando avançar no processo de geração de novos conhecimentos”. Partindo desta lógica, ao analisar estudos acadêmicos com o objetivo de compreendê-los e inseri-los no contexto das pesquisas científicas, busca-se apontar essas questões por meio das teorias e técnicas dos estudos métricos.

Oliveira (2018) aborda sobre os movimentos históricos ao reconhecer, guardar e enumerar documentos. Portanto, os estudos métricos surgem da necessidade de avaliar, analisar e quantificar as produções científicas. Além disso, essa ação auxilia na observação da situação em que se encontra cada campo de estudo e dá suporte à criação de novas políticas científicas (Grácio, 2020). De forma complementar, Pereira (2015) afirma que:

Os estudos métricos, nesse sentido, têm se constituído em um instrumento básico, para aquiescer a um conhecimento sobre a estrutura real da ciência, em seu caso, orientar na possibilidade e na impossibilidade na direção do desenvolvimento do conhecimento (p. 63).

Matos (2018) relata que, nos anos 1990, houve um crescimento sucessivo do uso de métodos quantitativos e indicadores, que servem, portanto, para a mensuração de diversas produções científicas.

Os estudos possuem subcampos, e cada um tem uma função específica, principalmente de quantificação de dados. Conforme demonstrado por Grácio (2020), estes são divididos em bibliometria, cientometria, cibermetria, webometria, informetria, patentometria e altmetria. Ainda sobre esses termos, Machado Júnior *et al.* (2016, p. 113) enfatizam que “apresentam conceitos que afluem para pontos em comum, no entanto, revelam diferenças de amplitude e de especificidade”. No Quadro 3 é apresentado os subcampos dos estudos métricos e suas funções.

Quadro 3 - Subcampos dos estudos métricos e suas funções

Subcampos	Funções
Bibliometria	Aplicação de matemática e estatística para um grupo de publicações científicas
Cientometria	Estuda diferentes aspectos da ciência e avalia quantitativamente o desenvolvimento da ciência
Informetria	Analisa aspectos da informação, além da bibliometria e cientometria, englobando tudo que diz respeito à informação
Patentometria	Tem as patentes como objeto de estudo, avaliando a movimentação tecnológica
Altmetria/Cibermetria/ Webometria	Analisa as movimentações científicas das redes sociais, sendo as visualizações e os downloads geralmente as fontes de mensuração

Fonte: adaptado de Grácio (2020)

### 3.4.1 A bibliometria

Para compreender o contexto histórico da bibliometria e, especificamente, seu conceito, destaca-se o estudo de Mello (2013), que relata que, no início do século XX vários pesquisadores usaram a técnica quantitativa e estatística em seus trabalhos, principalmente nas áreas de biomedicina, química, sociologia e engenharia.

De acordo com Mello (2013), ao longo do tempo, esse termo foi sendo modificado e popularizado, aumentando o número de pesquisas bibliográficas quantitativas realizadas. Nos Estados Unidos, na década de 1970, dois bancos de dados foram criados para colaborar com os registros e a quantificação das produções e avaliar sua relevância: o *Science Citation Index* (SCI) e o *Institute for Scientific Information* (ISI).

Quando se pensa em bibliometria, é importante entender que há:

O reconhecimento de que a atividade científica pode ser recuperada, estudada e avaliada a partir de sua literatura, sustenta a base teórica para a aplicação de métodos que visam à construção de indicadores de produção e de desempenho científico (Silva *et al.*, 2011, p. 111).

De acordo com Chueke e Amatucci (2022), a bibliometria tem a finalidade de utilizar a matemática e a estatística para categorizar questões relacionadas a pesquisas científicas. Como exemplo, pode-se destacar a quantidade de instituições, autores, anos de publicação, citações em um determinado campo da pesquisa, a partir de uma amostra significativa de títulos buscados.

Quanto ao método de análise quantitativa, Pitanga (2020) enfatiza que a mensuração é utilizada para avaliar e analisar o objeto, com base em sua constante incidência e nas combinações com outros objetos de pesquisa. Porém, o fato de uma pesquisa conter gráficos e tabelas não significa que deve ser considerada quantitativa. É preciso analisar esses elementos de forma holística, sem dualidade. Além disso, Martins (2012) complementa que, dentro da pesquisa quantitativa, a coleta dos dados estatísticos que gerou a base para entender a realidade estudada necessita da contribuição teórica, que vai modificar ou contribuir com os resultados.

Em um estudo realizado por Marques *et al.* (2023), o objetivo foi realizar uma revisão de literatura que mapeou estudos bibliométricos na pós-graduação. Dentre os resultados, destaca-se:

O predomínio da autoria coletiva e um crescimento no número de estudos ao longo dos anos, com exceção do ano de 2021, provavelmente em decorrência da crise de saúde, da pandemia Covid-19. Nota-se predominância de estudos realizados nas grandes áreas das Ciências da Saúde (Enfermagem e Medicina) e das Ciências Sociais Aplicadas (Educação e Ciência da Informação) (Marques *et al.*, 2023, p. 10).

Faria (2001), que apontou a existência de indicadores, como os de atividades, produção e impacto. Os indicadores de produção estão relacionados à mensuração de publicações científicas, levantando gráficos com dados como: ano, autores, instituição, países, entre outros. Os indicadores de impacto estão ligados à frequência das citações de autores e sua relevância. Já os indicadores de ligação buscam observar os autores e suas relações, como coautores e citações, investigando se há uma rede em um determinado campo científico, principalmente em outros países

Para Machado Júnior *et al.* (2016), ao longo dos anos, os estudos bibliométricos tornaram-se padronizados, sendo estabelecidos por leis. No Quadro 4 são apresentadas as leis da bibliometria e as especificidades conforme a contribuição dos autores.

Quadro 4 - As leis da bibliometria e suas especificidades

Leis	Especificidades
Lei de Lotka	É quando um pequeno número de autores produz muito, e um grupo maior de autores produz poucos trabalhos científicos. A partir de uma explicação matemática que leva a porcentagem o autor compreende que $\frac{1}{4}$ dos autores escrevem somente dois artigos enquanto, $\frac{1}{9}$ escreve somente 1 artigo Um campo só tem relevância quando adquire uma grande quantidade de produções
Lei de Bradford	A Lei de Bradford permite observar a importância dos periódicos em determinados campos de conhecimento. Periódicos que publicam mais artigos sobre um determinado tema tendem a formar um conjunto considerado de maior qualidade e relevância nesse campo. De acordo com esse princípio, os primeiros trabalhos sobre um tema são submetidos a um número limitado de periódicos. A aceitação e publicação desses trabalhos incentivam outros autores a enviarem seus trabalhos para esses mesmos periódicos
Lei de Zipf	O processo envolve medir a frequência com que palavras aparecem em diversos textos, gerando assim uma lista ordenada de termos relacionados a uma determinada disciplina ou assunto

Fonte: adaptado de Machado Júnior *et al.* (2016)

Em relação às referências bibliográficas, Grácio (2020) salienta que as publicações são decorrentes de um esforço reflexivo, e a escrita ajuda a comunicar esse esforço. Vale ressaltar que as publicações são coletivas, uma vez que as referências se tornam necessárias, sendo pilares de sustentação da ciência.

Chueke e Amatucci (2022) apontam que a bibliometria é coletiva, pois o conhecimento se reúne na perspectiva da colaboração. Portanto, Mello (2013) afirma que a possibilidade de bases de dados de tecnologia proporciona a rapidez e agilidade na manipulação de dados, que devem ser sempre confiáveis.

### 3.5 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo com enfoque quantitativo e qualitativo realizado por meio das abordagens da análise bibliométrica e análise de conteúdo (Bardin, 1977; Silva, Hayashi; Hayashi, 2011). A combinação desses diferentes enfoques metodológicos permitiu mapear e compreender como se configura a pesquisa, ou o estado da arte sobre casas abrigo para mulheres vítimas de violência no país, a partir das teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação de instituições brasileiras.

A fontes de dados da pesquisa foi a BDTD/IBICT. De acordo com Soares (2023 *apud* Kuramoto, 2010) um marco importante do IBICT foi:

A criação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que tem como objetivo registrar e disseminar as teses e dissertações do ensino superior. Cada instituição fica com a sua base local para depositar a sua produção, a plataforma do Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE), e a BDTD centraliza as informações na sua biblioteca (p. 15).

Brasil, 2024, a BDTD tem por objetivo, desenvolver um padrão de bases de dados, principalmente para atender instituições que não possuem bases de dados, difundindo tecnologia, possibilitar o avanço da tecnologia e divulgar produções acadêmicas, dando maior visibilidade às produções.

Conforme apontado por Mello (2013), essa base de dados contém produções da pós-graduação e é atualizada constantemente. Além disso, é possível encontrar produções antigas e atuais, realizados e financiados por instituições como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

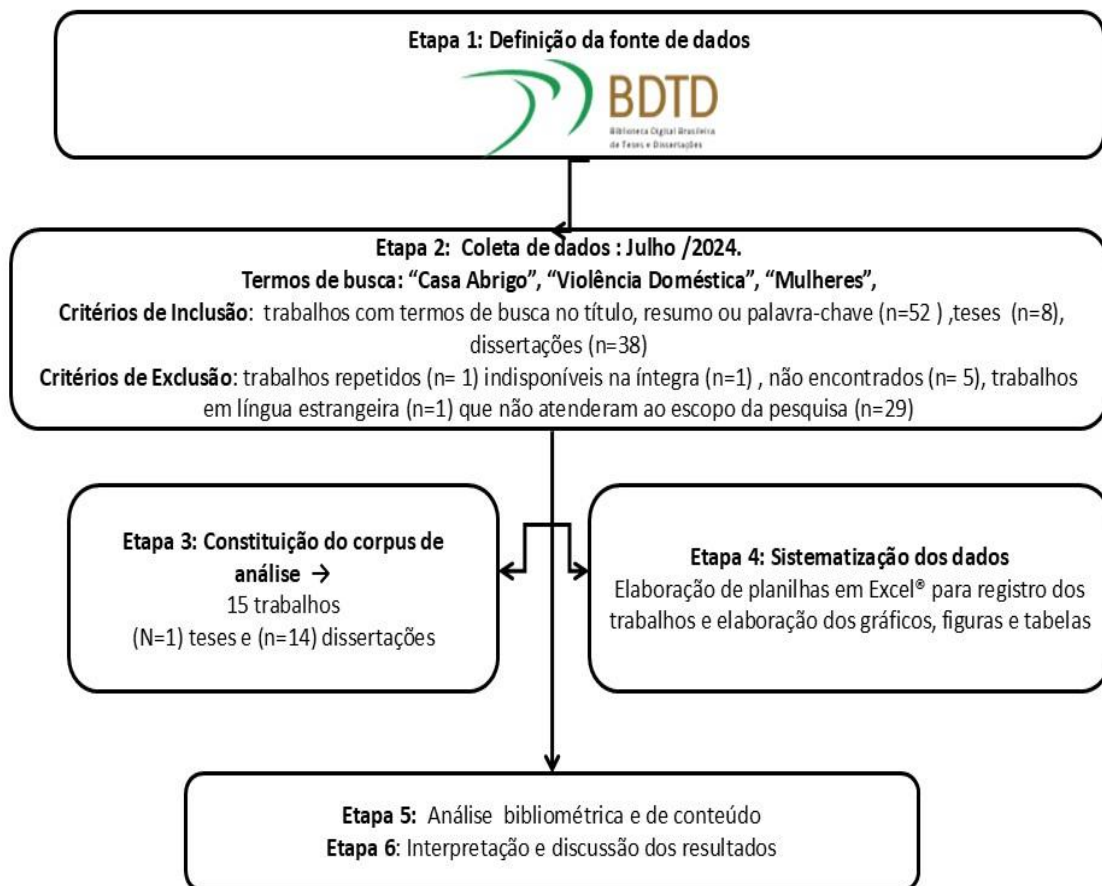
Além disso, segundo Oliveira (2009), a BDTD é uma fonte de produções acadêmicas de qualidade, com trabalhos de pós-graduação de Teses e dissertações de fácil acesso. Isso permite a disponibilização rápida e o uso plural da informação científica, contribuindo como resposta da comunidade científica à sociedade.

A coleta de dados foi realizada em julho de 2024, utilizando as expressões de busca “Casa Abrigo”, “Violência Doméstica” e “Mulheres”, inseridos entre aspas por meio do mecanismo de “busca avançada”. Os critérios de inclusão e exclusão exigiram, respectivamente, que: a) os termos de busca estivessem representados nos

títulos, resumos e/ou palavras-chave dos artigos; b) o descarte de teses e dissertações repetidas; c) a exclusão das teses e dissertações que não atendessem ao escopo da pesquisa; d) a eliminação das teses e dissertações indisponíveis na íntegra, com acesso aberto e gratuito. Não foi delimitado um recorte temporal, visando mapear o maior de número de teses e dissertações relacionadas à produção científica existente sobre o tema pesquisado.

Conforme ilustrado na Figura 1, a pesquisa foi conduzida em seis etapas: definição da fonte de dados, coleta de dados, constituição do *corpus* de análise, sistematização dos dados, análise bibliométrica e de conteúdo, e interpretação dos resultados.

Figura 1 - Etapas da pesquisa



Fonte: elaborada pela autora (2024)

A etapa de análise bibliométrica e análise de conteúdo dos artigos selecionados foi realizada por meio da leitura integral das teses e dissertações. Para a identificação dos parâmetros bibliométricos, os dados obtidos foram sistematizados em uma planilha Excel® contendo as seguintes variáveis, que estão ligadas ao primeiro objetivo específico desta pesquisa: série temporal; gênero dos autores e orientadores; instituições e programas de pós-graduação; e área de conhecimento. Em seguida, os dados da planilha foram representados em gráficos e figuras.

A realização da análise de conteúdo está relacionada ao segundo, terceiro, quarto e quinto objetivo específico da pesquisa e visou identificar: (I) a natureza de violência de gênero abordada nas teses e dissertações; (II) quantos trabalhos são anteriores e quantos são posteriores à promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006; (III) as metodologias utilizadas nas teses e dissertações (estudo de caso, revisão de literatura, pesquisa documental, bibliometria, etc.); (IV) o foco dos estudos ou temática principal das teses e dissertações (políticas públicas, legislação, intervenções e programas de apoio, cuidados com a saúde física e mental, população-alvo, etc.)

Após a coleta, identificou-se 52 trabalhos que continham as palavras-chave. A aplicação dos critérios de exclusão anteriormente referidos resultou no descarte de um trabalho repetido, um trabalho indisponível na íntegra, cinco trabalhos não encontrados e um trabalho em língua estrangeira, 29 trabalhos que não atendiam ao escopo da pesquisa. Finalmente, foi obtido um *corpus* final de análise de uma tese e 14 dissertações, totalizando 15 trabalhos.

Nos apêndices A tem toda as dissertações encontradas no apêndice C as teses, depois dos critérios de exclusão aplicados, o apêndice C apresenta as dissertações analisadas e o apêndice D a tese analisada.

Os resultados obtidos da análise dos parâmetros bibliométricos e de conteúdo foram descritos, interpretados e discutidos à luz do referencial teórico da pesquisa e são apresentados na seção seguinte, com o objetivo de responder à questão de pesquisa anteriormente referida na introdução desta dissertação: quais são as características, resultados e desafios encontrados em teses e dissertações da base de dados da BDTD/IBICT, que tem como tema as casas abrigo para mulheres vítimas de violência?

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após o processo de coleta por teses e dissertações, foram encontrados 15 trabalhos, sendo 14 dissertações e uma tese, os quais foram analisados com base nos conceitos da bibliometria, com o intuito de obter dados quantitativos sobre as produções identificadas e analisados com a abordagem de análise de conteúdo, pensando na análise de dados qualitativas, mas sem distinguir ambas, as duas se complementam dentro do processo.

Como parte dos objetivos deste estudo, buscou-se identificar as características dos trabalhos, indo além de análises subjetivas, sem a pretensão de esgotar todas as informações, mas concentrando-se naquelas que estão alinhadas à temática investigada.

Inicia-se, portanto, a apresentação dos dados a partir da bibliometria que desempenha um papel fundamental nesse contexto, ao possibilitar o mapeamento de características como a unidade da federação em que os trabalhos foram realizados, os anos de defesa, os programas de pós-graduação envolvidos, bem como, de forma presumida a apresentação dos gêneros dos autores e orientadores. Além disso, permite identificar as palavras-chave mais recorrentes utilizadas pelos autores.

### **4.1 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA**

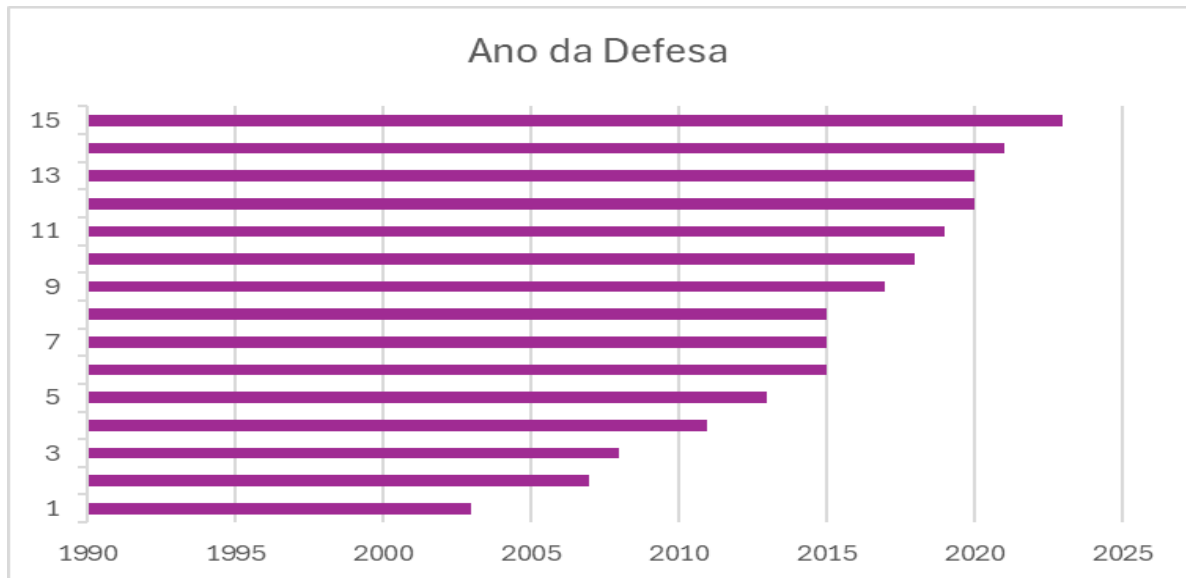
A análise dos parâmetros bibliométricos foi realizada com base nos trabalhos identificados, que consistem em 14 dissertações e uma tese. A apresentação dos dados foi estruturada de acordo com a quantidade de produções encontradas, todos os trabalhos estão dispostos no apêndice C se referindo às dissertações e apêndice D apontando a tese, apresentando os trabalhos escolhidos, depois do tratamento de dados. Iniciando-se pela análise das dissertações, por representarem a maioria dos estudos, e, em seguida, abordando a tese identificada.

#### **4.1.1 Análise bibliométrica das dissertações**

Seguiremos, portanto, com os dados encontrados a partir das 14 dissertações e aplicados os parâmetros bibliométricos, e a tese será analisada ao final do capítulo.

Portanto no Gráfico 1 será apresentada a série temporal das dissertações analisadas, considerando todas as dissertações com o intuito de contribuir para uma análise temporal.

Gráfico 1 - Série temporal das dissertações sobre casas abrigo disponíveis na BDTD/IBICT



Fonte: elaborado pela autora (2025)

A produção de dissertações de mestrado sobre casas abrigo e mulheres em situação de violência e iminente risco de morte é aqui analisada a partir de sua temporalidade, considerando a data da defesa dos trabalhos.

Este estudo optou por não estabelecer um recorte temporal rígido, de modo a abarcar o maior número possível de trabalhos disponíveis na BDTD. A análise considerou a série histórica apresentada, com ênfase na tendência observada ao longo do período. Identificou-se que o corpus da pesquisa abrange produções acadêmicas que totalizam 14 trabalhos.

A identificação dos trabalhos apresentou produções acadêmicas defendidas ao longo de 19 anos, entre 2003 e 2022, constituindo o *corpus* da análise. No recorte temporal identificado, os primeiros trabalhos acadêmicos emergem em 2003, com destaque para um estudo na área de Enfermagem. Esse trabalho se insere em um momento anterior à LMP, mas durante um período de ampla mobilização para o fortalecimento de políticas públicas de gênero. Em 2007, observou-se uma produção na área de Saúde Pública, e, em 2008, um trabalho nas Ciências Sociais, ambos

ancorados nas discussões impulsionadas pela recém-promulgada Lei Maria da Penha.

Entre 2011 e 2013, foram encontrados dois trabalhos, um no campo da Psicologia e outro nas Ciências Sociais. Esses documentos foram desenvolvidos durante a implementação das Diretrizes Nacionais de Abrigamento, evidenciando a relação entre o contexto político-institucional e a produção acadêmica.

A partir de 2015, verifica-se um aumento no número de dissertações sobre o tema. Nesse ano, foram identificadas três defesas, sendo duas na área de Serviço Social e uma em Direitos Humanos. Esse crescimento na produção acadêmica coincide com um período de intensificação dos debates e políticas públicas relacionadas à proteção de mulheres em situação de violência.

E com a promulgação da Lei do Femicídio e a Casa da Mulher Brasileira, sobre a Lei nº 13.104/2015 transformou o homicídio de mulheres em feminicídio, fazendo com que as leis se tornassem mais rígidas e o crime considerado qualificado (Brasil, 2015). Carloto e Carlão (2006), a Casa da Mulher Brasileira, por sua vez, foi criada como um espaço de atendimento para mulheres vítimas de violência com vários atendimentos desde jurídicos, sociais a psicossociais, fomentando debates.

Nos anos de 2017, 2018 e 2019, foram identificados trabalhos acadêmicos nas áreas de Ciências da Saúde, Psicologia e Desenvolvimento Humano, respectivamente, totalizando uma produção por ano. Em 2020, observou-se um novo aumento na produção, com dois trabalhos oriundos dos cursos de Serviço Social e Ciência da Informação. Entretanto, nos anos de 2021 e 2022, a quantidade de produções voltou a diminuir, contabilizando uma defesa por ano, no campo do Serviço Social.

A análise da temporalidade das produções acadêmicas sobre violência contra mulheres reflete o impacto de marcos legais e institucionais na agenda científica brasileira, observa-se uma taxa inicialmente de quatro a três anos de espaçamento de tempo entre uma publicação e outra nos anos de 2003 a 2015, depois a produção cai para 1 a dois anos de tempo entre as publicações de 2015 a 2022.

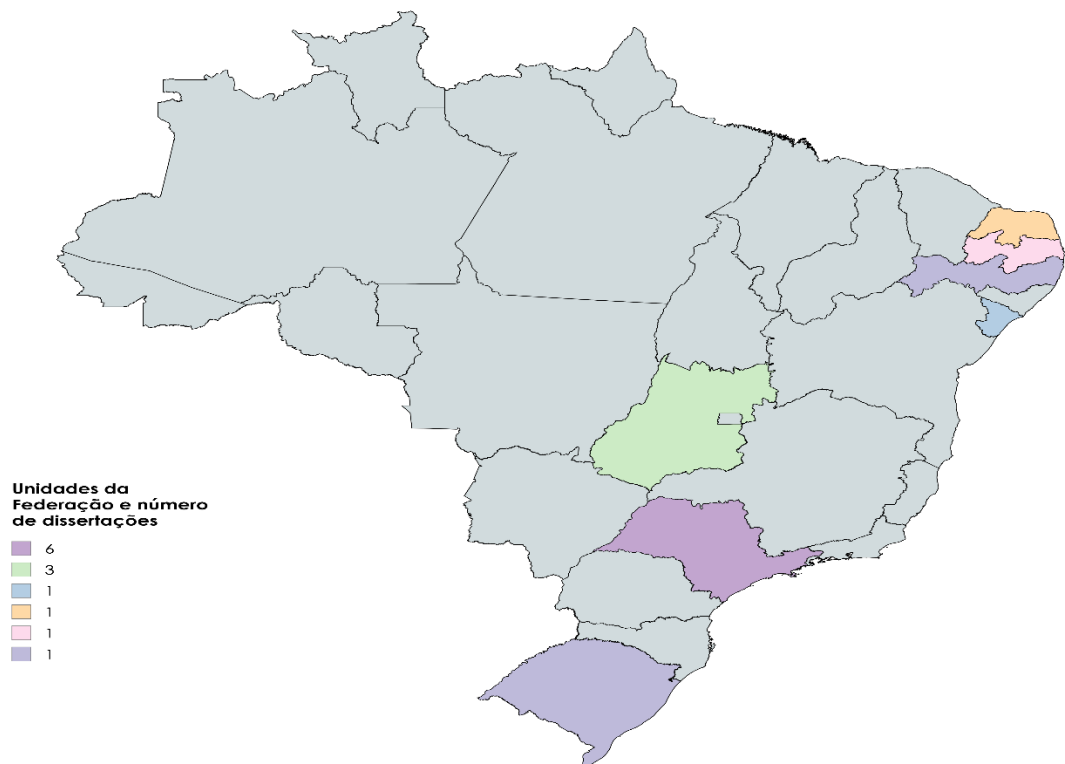
A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a promulgação da LMP e a implementação de diretrizes específicas, podem ter contribuído para a realização dos trabalhos.

O *corpus* analisado evidencia como a construção de direitos e políticas públicas se articula com o desenvolvimento do conhecimento científico, reafirmando a

importância de contextualizar a produção acadêmica em seus aspectos históricos e sociais.

No Gráfico 2, é apresentado o número de trabalhos divididos pelas Unidades de Federação brasileiras, considerando as dissertações e o número correspondente às unidades.

Gráfico 2 - Número de dissertações sobre casas abrigo disponíveis na BDTD/IBICT distribuídas por Unidades da Federação do Brasil.



Created with mapchart.net

Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio da ferramenta MapChart (2025).

No que diz respeito às regiões de publicação, observa-se que o estado de São Paulo e o Estado de Goiás apresentaram as maiores taxas de produção acadêmica sobre o tema, contabilizando seis e três trabalhos, respectivamente os demais estados registraram apenas uma publicação cada.

De acordo com Simon (2023), as regiões do Sul e Sudeste do Brasil possuem o maior número de casas abrigo, totalizando 45 unidades em cada região. Contudo, esse dado contrasta com os resultados encontrados neste estudo, pois, apesar de São Paulo apresentar um número expressivo de produções acadêmicas, a região Sul

conta com apenas um trabalho sobre o tema. Já a região Centro-Oeste ocupa o quarto lugar em número de casas abrigo, com um total de nove unidades.

Embora seja reconhecido que escolher um tema vai para além da realidade social encontrada no território, como o programa de pós-graduação a disponibilidade do orientador, grupo de pesquisa entre outros fatores podem levar a uma escola de problema de pesquisa.

Por outro lado, na região Norte do país, não foram identificados trabalhos acadêmicos sobre a temática em questão, não significando que o tema não pode ser estudado na região, porém defendido e publicado até o período da defesa deste trabalho, na busca da BDTD não apareceu nenhum com a temática proposta. embora, conforme Simon (2023), esta região apresente uma elevada taxa de feminicídios, correspondendo a 586,36% dos casos registrados no Brasil, além de contar com a existência de casas abrigo. Outro ponto relevante é o fato de que, dos 26 Estados Brasileiros e 1 Distrito Federal, somente sete estados junto a suas respectivas universidades publicaram trabalhos relacionados ao tema abordado e que foram encontrados na BDTD.

A seguir é apresentada a tabela 1 com o nome dos programas de pós-graduação e as universidades, com os respectivos números, apontando a quantidade de programas que desenvolveram trabalhos nesta temática.

Tabela 1 - Número de dissertações sobre casas abrigo disponíveis na BDTD/IBICT distribuídas por programas de Pós-Graduação no Brasil

Nome do Programa	Universidade	Nº
Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Serviço Social (PPSS)	PUC Goiás Pontifca Universidade Católica	1
Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSSO)	PUC SP Pontifca Universidade Católica	2
Programa de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS)	PUC SP Pontifca Universidade Católica	2
Programa de pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH)	UFPE Universidade Federal de Pernambuco	1
Mestrado em Desenvolvimento Humano (MDH)	UNITAU Universidade de Taubaté	1
Programa de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI)	UFPB Universidade Federal da Paraíba	1
Núcleo de pós-graduação em Psicologia Social (NPPS)	UFS Universidade Federal de Sergipe	1
Programa de pós-graduação em Psicologia (PPGSI)	UFRN Universidade Federal do Rio Grande do norte	1

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia (PSSP)	PUC-Goiás Pontifícia Universidade Católica	1
Programa de pós-graduação em Enfermagem (PPGENF)	UFRS Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
Programa de pós-graduação em Saúde Pública (PPG-SP)	USP Universidade de São Paulo	1
Programa de pós-graduação em Ciências da Saúde (PPGCS)	UFG Universidade Federal de Goiás	1

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Quanto aos programas de pós-graduação analisados, procurou-se entender a qualidade dos programas, a relação entre os trabalhos defendidos, observa-se que a maior parte dos trabalhos foi desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica (PUC), predominantemente no estado de São Paulo, com destaque para os cursos de Serviço Social e Ciências Sociais, nas dissertações não aparecem os professores que participaram da banca de defesa, não podendo identificar relação entre eles, porém pode se observar que os orientadores são diferentes nos quatro trabalho, dois de serviço social e dois em ciências sociais. Além disso, há registros de trabalhos realizados na PUC de Goiás, evidenciando a relevância dessas instituições no cenário acadêmico brasileiro sobre o tema pesquisado.

O curso de Serviço Social da PUC-SP apresenta conceito 7 na avaliação da CAPES, enquanto o curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) possui conceito 3. Já o curso de Ciências Sociais da PUC-SP também recebeu conceito 3 na avaliação da CAPES.

Os demais programas de pós-graduação analisados registraram apenas um trabalho defendido. O curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 5 na avaliação da CAPES (2024).

O programa de pós-graduação em Saúde Pública, oferecido pela Universidade de São Paulo (USP), é avaliado com conceito 6 pela CAPES (2024). Por sua vez, o programa de pós-graduação em Ciências da Saúde, com conceito 5 pela CAPES (2024),

Nas áreas de Psicologia e Psicologia Social, destaca-se o Programa de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), avaliado com conceito 5 pela CAPES (2024). Por sua vez, o Programa de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), classificado com conceito 4 CAPES

(2024). A Psicologia Social, da Universidade Federal de Sergipe por sua natureza, com conceito 4 pela CAPES (2024).

O mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, e o Programa de pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, com conceitos 4 e 3, embora diferentes CAPES (2024).

Adicionalmente, destaca-se o curso de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), avaliado com conceito 4 pela CAPES (2024).

Portanto, em relação aos programas na Tabela 2 será apresentada as agências de fomento que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho.

Tabela 2 – Financiadores das pesquisas das dissertações.

Agências, Fundações e outras Instituições	Sigla	Número
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	CAPES	4
Programa de Excelência Acadêmica	PROEX	1
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	FAPEG	1
Fundação FORD		1
Escola de Enfermagem da UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)		1
Total		8

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Em relação às instituições, agências e fundações que contribuíram com bolsa de estudos para o desenvolvimento das pesquisas, temos que a CAPES foi a maior, as demais agências de fomento contribuíram somente com 1 bolsa de estudos.

CAPES desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da educação e da pesquisa no Brasil, especialmente no âmbito da pós-graduação. Entre suas principais funções, destaca-se o fomento à pesquisa por meio da concessão de bolsas de estudo e auxílios financeiros a programas de pós-graduação. Para receber esse apoio, os programas precisam obter nota mínima 3 na avaliação realizada pela CAPES e, adicionalmente, serem devidamente recomendados pela instituição (CAPES, 2025).

Dentre as iniciativas promovidas pela CAPES (2024), destaca-se o Programa de Excelência Acadêmica (Proex), que tem como objetivo principal a destinação de

recursos financeiros às universidades com programas de pós-graduação de alto desempenho. Esses recursos são direcionados para apoiar a pesquisa científica, incentivando a produção acadêmica de excelência.

Os programas contemplados CAPES (2024) pela Proex possuem autonomia para definir a aplicação dos recursos, desde que sigam as diretrizes estabelecidas pelo regulamento do programa. É importante ressaltar que, para serem elegíveis ao Proex, os programas de pós-graduação devem obter conceito 6 ou 7 na avaliação trienal da CAPES, o que indica um padrão de excelência reconhecido nacional e internacionalmente.

No Brasil, Mirando e Cordão (2021) apontam que a Fundação Ford se instala no Brasil em 1962 veio para contribuir com o desenvolvimento econômico no país, inclusive financiando pesquisas escritas por mulheres.

A Fundação Ford é uma entidade filantrópica internacional, que segundo Artes e Mena-Chalco (2019) iniciou programa de ações afirmativas, para a inclusão e permanência estudantil, com recorte social financia a permanência na pós-graduação.

Rocha (2017), sinaliza que a Fundação Ford desempenha papel de construir comunidades científicas ou desenvolver as existentes, financiadora de várias regiões do mundo, no Brasil a fundação buscou aprimoramento, colocando na gestão brasileiros, criando parcerias, contribuindo para a melhoria de infraestruturas como bibliotecas e financiando Ongs e institutos de pesquisa.

No estado de Goiás temos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, FAPEG (2025) é uma instituição estadual que fomenta a pesquisa científica, tecnológica e de inovação no estado de Goiás. Seu objetivo é promover o desenvolvimento da ciência, financiando projetos, bolsas de estudo e parcerias entre instituições acadêmicas, empresas e outros órgãos públicos.

A Escola de Enfermagem da Universidade do Rio Grande do Sul (2025), tem por objetivo se unir a ciência na perspectiva de desenvolvimento e investimento na formação dos profissionais e alunos de enfermagem.

#### **4.1.2 Grupos de pesquisa dos autores e orientadores das dissertações.**

A análise de produções revelou que apenas três trabalhos mencionaram a participação em grupos de pesquisa, abaixo apresentando os três grupos, sendo que

registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- Grupo de Pesquisa Sociológica e Informação (GEPSI).
- Núcleo de estudo e pesquisa sobre ensino e questões metodológicas (NEMESS).
- Grupo de Estudo subjetividade e desenvolvimento humano (GESDH)

Segundo o Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil (2025), o GEPSI é ligado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, o NEMESS, pertence a um Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por fim o GESDH ligado ao Programa de pós-graduação em Psicologia (PPGPSI).

#### 4.1.3 Natureza das instituições das dissertações

Em relação a natureza das instituições, dentro das dissertações analisadas, foi encontrado cinco instituições públicas, sendo quatro federais e uma estadual e duas instituições privadas. Embora se observe uma maior quantidade de Universidades Federais das instituições analisadas, o volume de produções acadêmicas é menor, com apenas um trabalho registrado em cada uma dessas instituições.

Em contraste, as universidades privadas apresentam uma maior concentração de produções acadêmicas, evidenciando uma dinâmica distinta em termos de contribuição científica. Houve também a necessidade de investigar, considerando o nível de relevância, as menções a grupos de estudos nas dissertações, com o objetivo de identificar ligações ou referências a esses grupos que tenham atuado como suporte e fonte colaborativa para a construção dos trabalhos.

Na Tabela 3, há o gênero presumido dos autores, orientadores e coorientadores dos trabalhos.

Tabela 3 - Gênero presumido dos autores, orientadores e coorientadores das dissertações sobre casas abrigo disponíveis na BDTD/IBICT

Número	Gênero			Total
	Feminino	Masculino	Não identificado	

Autores	14			14
Orientadores	12	2	0	14

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Discutir gênero na atualidade é um debate sensível e complexo, em que o respeito deve ser central. A perspectiva de gênero como construção social é fundamental, pois permite que as pessoas reflitam sobre si mesmas e construam suas próprias identidades.

A proposta de inserir uma tabela quantitativa de gênero não busca negar ou limitar os debates atuais. Primeiramente, não se pretende esgotar o tema neste estudo. Em segundo lugar, as categorias “homem” e “mulher” utilizadas refletem as informações disponíveis nos trabalhos analisados, com foco em compreender como a ciência aborda as mulheres vítimas de violência.

A identificação de gênero foi baseada em elementos como relações expressas nos agradecimentos, exploração do currículo lattes, observando se havia pronomes ou flexões no feminino, menções a parentalidade, embora reconhecendo as limitações dessas inferências. Ressaltamos que, embora o foco deste estudo seja restrito, reconhecemos a diversidade de identidades de gênero que ultrapassam as categorias binárias tradicionais.

Nota-se diante disso, uma quantidade de autoras presumidamente do gênero feminino, em 100% dos trabalhos. Pensando nas mulheres o que pode ocorrer é que temos uma construção da mulher em lugar de cuidado, pois

As características imputadas a elas, tradicionalmente, adquiriram ao longo dos anos a capacidade de influenciar na escolha das áreas de atuação profissional. Dessa maneira, nota-se a grande participação de mulheres em cursos considerados tradicionalmente femininos como: Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia e outros cursos ligados à educação (Lopes, 2015, p. 160).

O que é possível observar nos cursos apresentados nos resultados, o Serviço Social, a Enfermagem ou programas relacionados aos cuidados com a saúde foram os de maior número.



da história do país, verifica-se uma ausência significativa de abordagem sobre esses temas, especialmente no que se refere aos trabalhos disponibilizados em bases de dados democráticas, como a BDTD.

No que tange aos programas de pós-graduação, percebe-se que esses são heterogêneos, apresentando conceitos variados atribuídos pela CAPES, oscilando entre 3 e 7. O curso com o maior número de trabalhos na temática analisada é o de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que possui conceito 7. Ademais, constatou-se que metade desses trabalhos contou com o apoio de agências de fomento, principalmente da CAPES. Apesar das diferenças entre os cursos, a maioria das produções acadêmicas compartilha uma perspectiva voltada para as relações sociais e a interação entre Estado e sociedade, com enfoque na formulação e implementação de políticas públicas de qualidade.

No que se refere à autoria, verificou-se que todos os trabalhos foram escritos por mulheres, o que sugere uma relação das autoras com as lutas feministas e a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas para mulheres vítimas de violência.

#### **4.1.4 Análise da tese de doutorado**

A única tese de doutorado sobre o tema foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, sendo assim uma universidade estadual gratuita. Este programa é avaliado com conceito 7 pela CAPES, tem como principal objetivo fomentar estudos relacionados à cartografia, mapeamentos e geolocalização. Para isso, conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais, incluindo engenheiros, físicos e outros especialistas.

A defesa da tese ocorreu em 2023, e o estudo teve como foco o mapeamento dos casos de feminicídio e violência contra a mulher no Brasil. Além disso, foi realizada a identificação dos equipamentos públicos disponíveis na região de Presidente Prudente para o atendimento de mulheres vítimas de violência, com base na legislação vigente.

O desenvolvimento da pesquisa contou com financiamento da CAPES, e a autora trabalhou sob a orientação de um docente vinculado ao programa de pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. Atualmente, o programa

conta com 22 docentes permanentes, dos quais seis são mulheres, além de 11 docentes colaboradores, sendo cinco mulheres. A construção da tese esteve alinhada à área de pesquisa do orientador, que se dedica ao estudo da exclusão social e da geografia temática.

A autora também se coloca numa posição de militância da causa da mulher, uma vez que trabalha a cartografia feminista.

#### 4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS DISSERTAÇÕES E TESE

A análise de conteúdo foi conduzida com base no conceito proposto por Bardin (1977). Assim, o processo teve início com uma pré-análise das dissertações e teses que constituíram o objeto de estudo, por meio de uma leitura flutuante. Essa etapa foi essencial para selecionar os documentos com base nas hipóteses previamente formuladas, as quais orientaram a análise dos materiais escolhidos.

Mendes e Miskulin (2017), ao dialogarem com as teorias de Bardin, contribuíram para compreender como a etapa de pré-análise auxilia na definição do corpus da pesquisa. Nesse contexto, para atingir o objetivo central do estudo, a pré-análise mostrou-se fundamental para compreender as regras que deveriam ser seguidas, destacando que este processo não comporta uma leitura impensada ou realizada de forma automática.

Assim, conforme Mendes e Miskulin (2017), é possível identificar três regras fundamentais no processo de seleção de materiais para estudos científicos. A primeira é a regra da homogeneidade, que estabelece a necessidade de selecionar materiais com características semelhantes. A segunda é a regra da representatividade, que enfatiza a importância de escolher uma amostra que efetivamente represente os objetivos do trabalho. Por fim, a terceira regra, denominada regra da pertinência, ressalta a necessidade de selecionar documentos adequados e relevantes para dar início aos estudos.

Ferreira e Vale (2023) destacam a importância do movimento de fazer, da exploração do material e do tratamento dos dados, conforme os padrões de análise de conteúdo desenvolvidos por Bardin. No que tange à exploração do material, os autores enfatizam a necessidade de excluir documentos que não estejam alinhados ao objetivo do estudo, realizar a leitura com fidelidade aos propósitos estabelecidos e, no tratamento dos dados, recorrer à inferência. Este processo implica apoiar-se na

mensagem lida com o intuito de compreender seu sentido, buscando elucidar a mensagem, em vez de construir críticas sobre ela.

A presente proposta consistiu na análise de teses e dissertações disponíveis no site da BDTD, cujo tema central aborda mulheres vítimas de violência que buscaram ou utilizam casas abrigo como estratégia para preservar suas vidas. Para a realização desse estudo, foram aplicadas as diretrizes estabelecidas por Bardin que consistiram nas três regras fundamentais, uma vez que se optou pela categorização temática, definida por Bardin (1977) como o processo de organização dos dados em categorias temáticas, visando uma compreensão profunda e fundamentada da mensagem analisada.

A partir do tema "casas-abrigo para mulheres vítimas de violência", a busca foi orientada pelas expressões-chave: mulheres, violência doméstica e casa abrigo. Aplicou-se, inicialmente, o critério de homogeneidade, no momento da pré-análise. Esse primeiro passo consistiu em abarcar todos os trabalhos que tratavam da temática geral.

Em seguida, por meio da exploração do material, foi possível aplicar o segundo critério, de exclusão e categorização temática, separando os estudos que abordavam especificamente a interseção entre "mulheres" e "casas-abrigo". Considerando que há diferentes formas de acolhimento institucional, e que o objetivo desta pesquisa eram as casas abrigo voltadas a mulheres em situação de risco, aplicou-se, por fim, o critério de pertinência. Esse último filtro selecionou apenas os estudos que abordavam mulheres em risco iminente de morte, acolhidas em casas-abrigo específicas para proteção integral.

As categorias de análise, escolhidas para organizar a análise dos dados portanto, encontram-se no Quadro 5, são essas categorias de análises que serão abordadas ao longo da análise de conteúdo.

Quadro 5 - Apresentação das categorias de análise

Categorias de análise
Qual a natureza de violência de gênero abordada nas teses e dissertações
Quantos são anteriores e quantos são posteriores à promulgação da Lei Maria da Penha e a Diretrizes Nacionais de abrigamento.
Quais as a metodologia utilizada nas teses e dissertações
Quais temática principal das teses e dissertações

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Para melhor organizar a leitura, na Tabela 4, optou-se por dividir os trabalhos a partir das suas áreas de avaliação da CAPES, com o objetivo de facilitar a leitura e interpretação das informações, sem qualquer intenção de segregar ou hierarquizar as áreas de avaliação. Essa classificação busca apenas oferecer uma visão mais clara e estruturada do material analisado pensando que “todos os programas de pós-graduação registrados na Plataforma Sucupira são cadastrados em áreas chamadas “áreas de avaliação”, que são utilizadas para facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação da CAPES” (Mello, 2013, p. 60).

Tabela 4 - Tabela das dissertações e área de avaliação das dissertações

Área de avaliação	Números
Serviço Social	3
Psicologia	3
Ciências Sociais	2
Interdisciplinar	1
Interdisciplinar	1
Enfermagem	1
Medicina II	1
Saúde Coletiva	1
Ciência da Informação	1
Total	14

Fonte: adaptado da Plataforma Sucupira (CAPES) (2024)

Com base na Tabela 4, que contém as áreas de avaliação optou-se em focar particularmente em cada área de avaliação, sendo assim a seguir é apresentado os dados de cada área de avaliação a partir das categorias de análise: quais são a natureza da violência, trabalhos antes e depois da Lei Maria da Penha e das Diretrizes Nacionais de Abrigamento, apresentação da metodologia utilizada nos trabalhos e a temática central, cada área inicialmente apresentará resumidamente uma teoria relacionada com a violência contra a mulher e em seguida a análise dos trabalhos com a apresentação dos autores.

A proposta desta avaliação particular não é de aprofundamento teórico dos trabalhos, uma vez que são 14 trabalhos de cursos diferentes, mas de apresentar o que foi o trabalho a partir destas categorias e observar suas características, seus resultados e os desafios.

#### **4.2.1 Serviço Social**

Dentro dos trabalhos selecionados como *corpus* de análise, destacaram-se aqueles oriundos do curso de Serviço Social, que, segundo a pesquisa, foi identificado como um dos cursos com maior incidência de produções acadêmicas sobre a violência contra a mulher e as casas abrigo, somando três trabalhos coletados e analisados. A formação acadêmica e a prática profissional no Serviço Social carregam consigo a percepção da realidade social, que é construída por meio da leitura das manifestações da questão social. A partir da definição de lamamoto (2012), a questão social é compreendida como a percepção da desigualdade gerada pela estrutura da sociedade capitalista. Embora a produção social seja, em princípio, coletiva, os frutos dessa produção são apropriados por uma pequena parcela da sociedade, resultando na concentração de capital em mãos de poucos indivíduos.

lamamoto (2012) destaca que esse processo de acumulação do capital gera e perpetua múltiplas formas de desigualdade social, que se intensificam à medida que o capitalismo avança e se adapta à realidade vigente. Nesse contexto, ocorre um constante conflito entre a sociedade, o Estado e o mercado, sendo esse movimento crucial para a configuração das políticas sociais. A dinâmica de concentração de recursos e de poder acaba, portanto, impactando diretamente as políticas públicas e, em especial, as políticas de assistência social.

Nesse cenário, Netto (2011) descreve o profissional do Serviço Social como um intelectual crítico que, ao reconhecer os processos históricos, se coloca como mediador entre as diversas esferas da sociedade, em particular entre a sociedade e o Estado. O assistente social, ao adentrar os espaços de políticas públicas, tem a capacidade de reconhecer as relações sociais, especialmente a partir de uma perspectiva crítica, e identifica a violência como uma manifestação concreta da questão social.

Conforme afirmado por Lisboa e Pinheiro (2005), a violência de gênero deve ser considerada uma das dimensões centrais da realidade social. A violência de

gênero, inserida nas relações de poder e de gênero, não pode ser dissociada das questões sociais mais amplas. Sendo assim, a atuação profissional no campo do Serviço Social torna-se imprescindível para a identificação e o enfrentamento dessa forma de violência, que demanda uma intervenção prática e teórica para transformar as desigualdades estruturais que a sustentam. Dessa forma, seguem as categorias analisadas, dentro dos trabalhos do serviço social.

#### 4.2.1.1 Natureza da violência das dissertações analisadas

A natureza da violência abordada nos trabalhos analisados são as: psicológicas, físicas, seguindo da sexuais, patrimoniais e morais, dos três trabalhos analisados, somente dois trabalhos tratam da patrimonial e moral.

Os trabalhos encontraram a violência doméstica como o tipo predominante, sendo esta reconhecida como uma das formas mais comuns de vitimização das mulheres. Mello (2020) destaca que a violência doméstica está intimamente relacionada à reprodução das estruturas sociais patriarcais, aos conflitos nas relações interpessoais e aos contextos familiares. Esses fatores contribuem para a perpetuação de um ciclo de abuso, onde as mulheres frequentemente se tornam vítimas em ambientes que deveriam ser seguros e acolhedores, mas que, na prática, funcionam como espaços de controle e violência.

Em uma perspectiva complementar, Izumi (2015) argumenta que a violência doméstica não é uma manifestação isolada, mas sim um fenômeno que desencadeia outras formas de violência, como a violência psicológica, patrimonial, entre outras. Essas múltiplas dimensões da violência estão interligadas e se alimentam mutuamente, ampliando o sofrimento e as consequências para as mulheres, que se veem envolvidas em um ciclo de violência que afeta diferentes esferas de sua vida.

#### 4.2.1.2 Lei Maria da Penha e Diretrizes Nacionais de Abrigamento das dissertações analisadas

As dissertações encontradas na área do Serviço Social, foram defendidas, nos estudos de Izumi (2015), Ferreira (2020) e Mello (2020), as autoras abordam, de maneira significativa, a valorização e a crítica às leis e protocolos estabelecidos para

o atendimento à mulher vítima de violência, bem como discutem como o trabalho do assistente social é desenvolvido no contexto de acolhimento e apoio às mulheres em situação de violência doméstica, todas elas foram defendidas depois da promulgação da Lei Maria da Penha e das Diretrizes Nacionais de Abrigamento para mulheres em situação de risco de violência.

#### 4.2.1.3 Metodologia das dissertações analisadas

Os estudos em Serviço Social, representados por Izumi (2015), Mello (2020) e Ferreira (2021), apresentam abordagens metodológicas distintas. Enquanto Izumi (2015) adota uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos, os demais autores privilegiam a perspectiva qualitativa, sendo que Ferreira (2021) caracteriza sua pesquisa como um estudo de caso.

Quanto aos procedimentos metodológicos, os trabalhos recorreram à pesquisa documental, utilizando fichas de atendimento, fontes teóricas e digitais, além da realização de entrevistas.

No que se refere à análise de dados, Izumi (2015) e Ferreira (2021) basearam-se nos procedimentos descritos por Minayo, enquanto Mello (2020) utilizou as teorias de Bardin.

#### 4.2.1.4 Temática principal das dissertações analisadas

No trabalho de Ferreira (2021), o objetivo foi compreender os desafios e a importância das legislações pertinentes ao atendimento às mulheres vítimas de violência, focando especificamente na única Casa Abrigo governamental existente na época em Goiânia, Goiás. Ferreira analisou como as políticas e as normativas legais influenciam a organização e a dinâmica desse espaço de acolhimento, destacando suas limitações e potencialidades. Já Mello (2020) direcionou sua pesquisa para entender como o serviço de acolhimento regionalizado no ABC Paulista se relaciona com as legislações existentes, buscando avaliar a eficácia das ações de proteção às mulheres vítimas de violência dentro do contexto dessa região. Mello baseou seu estudo nas legislações previamente mencionadas, ressaltando a importância de um atendimento coordenado e que respeite os direitos das mulheres em situações de vulnerabilidade. Por outro lado, Izumi (2015) concentrou-se no funcionamento do

Centro de Referência da Mulher de Brasilândia, localizado em São Paulo, com o propósito de investigar como este centro realiza o processo de abrigamento das mulheres em situação de violência, colocando essas mulheres como um dos principais objetos de sua pesquisa.

#### **4.2.2 Psicologia**

Na área de Psicologia, foram identificados três trabalhos: dois relacionados à Psicologia em geral e um pertencente à Psicologia Social. Antes de adentrarmos as categorias de análise, é pertinente destacar algumas discussões entre Psicologia e violência. Esse debate revela o esforço crítico da Psicologia em abordar o fenômeno da violência de forma ampliada, explorando dimensões que vão além do que tradicionalmente é apresentado.

Tal abordagem busca compreender a complexidade das dinâmicas sociais, considerando, sobretudo, as especificidades da sociedade contemporânea. Essa análise se torna ainda mais relevante no contexto da América Latina, uma região marcada por processos históricos de colonização e pela perpetuação de padrões hegemônicos. Esses fatores tornam evidente a necessidade de interpretações que reconheçam a pluralidade de fatores estruturais, culturais e sociais envolvidos no entendimento da violência. “Efetivar o deslocamento de uma historicidade naturalizada e imutável, das ideologias dominantes que defendem os privilégios de uma minoria da população e da naturalização das contradições e desigualdades sociais” (Barros; Benício; Bicalho, 2019, p. 41).

De acordo com Lima e Rodrigues (2022), alguns pontos fundamentais são considerados na área da Psicologia ao se discutir a violência contra as mulheres. Entre eles, destaca-se a observação sobre a banalização da violência, que contribui para a manutenção do vínculo entre a vítima e o agressor. Essa banalização reforça dinâmicas que dificultam a ruptura do ciclo de violência. Além disso, as vítimas frequentemente enfrentam oscilações emocionais, problemas de saúde física e mental e são impactadas pelo discurso machista que as culpabiliza pela situação vivida. Esse discurso, por sua vez, interfere diretamente nas decisões das vítimas, especialmente no que se refere à dúvida sobre denunciar ou não o agressor.

Para Ferreira e Moraes (2020) a subnotificação, ou seja, a forma de não denunciar corretamente a violência sofrida tem relação com vários fatores, como a

medo, dependência afetiva e financeira do agressor ou por não sentirem amparadas pelo Estado, e reforçam que esses dados precisam ser revelados.

Uma vez discutido algumas teorias que ajudam a entender a violência a partir da psicologia, seguem as categorias de análise abaixo.

#### 4.2.2.1 Natureza da violência das dissertações analisadas

Em relação às naturezas das violências estudadas nos trabalhos de psicologia, temos que dos três trabalhos somente dois abordaram a violência psicológica, todos falaram sobre violência sexual e física, e somente um abordou a violência patrimonial e moral.

Todos os trabalhos foram discutidos no âmbito da violência doméstica e familiar e abordam diferentes perspectivas sobre a evolução e as dinâmicas dessa problemática. Fonseca (2015), em sua pesquisa, revela o percurso histórico da violência doméstica, que, inicialmente confinada ao espaço privado e restrita ao âmbito familiar, impedia a intervenção da comunidade. No entanto, a violência doméstica foi progressivamente reconhecida como uma questão coletiva, exigindo agora a participação ativa da sociedade para mitigar e reduzir esse problema.

Santos (2018) também examina a violência doméstica, mas amplia o olhar para além da mulher, reconhecendo que, embora a violência atinja principalmente as mulheres, ela envolve diversos atores que convivem em um contexto doméstico e familiar. A autora destaca, entretanto, que em qualquer situação de violência doméstica contra a mulher, existe sempre uma relação desigual de poder que favorece a perpetuação da violência. Ela também chama atenção para os alarmantes números de mulheres que vivenciam essa realidade.

Suassuna (2011) enfatiza que a violência doméstica pode se manifestar de diversas formas. A autora também faz um recorte de gênero, destacando a importância de compreender as questões da violência doméstica sob essa perspectiva. As autoras reconhecem e desvelam o patriarcado historicamente instituído, entendendo que as dinâmicas de poder desiguais entre homens e mulheres são fatores cruciais na perpetuação da violência doméstica.

#### 4.2.2.2 Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento das dissertações analisadas

Fonseca (2015) e Santos (2018) mencionam as Diretrizes Nacionais de Abrigamento e a LMP, enquanto Suassuna (2011) aborda apenas a LMP, uma vez que as diretrizes foram publicadas no ano de defesa de sua dissertação. A pesquisa de Suassuna (2011) revelou um conhecimento sobre a referida lei entre os entrevistados, indicando um processo de conscientização sobre os direitos das mulheres.

Em relação às legislações, Fonseca (2015) critica as leis anteriores à LMP, destacando como elas contribuíam para o aumento da violência contra as mulheres. Ela menciona mecanismos como a “defesa da honra” e a possibilidade de o agressor sexual se casar com a vítima, o que, muitas vezes, resultava na invalidação do crime cometido e na continuidade da opressão.

Santos (2018) reconhece as Diretrizes Nacionais de Abrigamento como um dos documentos mais relevantes no que se refere ao atendimento das mulheres que necessitam de abrigo, mas ressalta que ainda existem lacunas nas legislações, incluindo as diretrizes. Uma dessas lacunas é a ausência de um plano para a saída segura das mulheres abrigadas, além da falta de um roteiro unificado que garanta a proteção e a continuidade do cuidado após o abrigo.

#### 4.2.2.3 Metodologia das dissertações analisadas

Os aspectos metodológicos das pesquisas analisadas apresentam métodos de pesquisa semelhantes, sendo predominantemente compostas por pesquisas documentais, entrevistas semiestruturadas e entrevistas narrativas. Em relação à metodologia adotada por cada autora, Suassuna (2011), Fonseca (2015) e Santos (2018) utilizaram diferentes teorias metodológicas para fundamentar seus estudos.

De acordo com as autoras, as abordagens teóricas- metodológicas empregadas foram: Psicologia Sócio-histórica, método analítico e fenomenologia, respectivamente. Essas teorias, segundo as autoras, orientaram a construção e a análise dos dados, proporcionando um entendimento mais profundo das dinâmicas de violência doméstica e das questões relacionadas ao abrigo e à proteção das mulheres vítimas de violência.

#### 4.2.2.4 Temática principal das dissertações analisadas

Em seu estudo, Fonseca (2015) buscou compreender o funcionamento de uma Casa Abrigo específica, analisando não apenas as legislações e políticas implementadas, mas também a percepção das mulheres abrigadas sobre o serviço e sua eficácia no contexto de proteção.

Suassuna (2011), por sua vez, focou na análise das relações afetivas dentro das dinâmicas de violência, a partir dos relatos das mulheres que estavam abrigadas. Sua pesquisa procurou entender como essas mulheres interpretam o ciclo da violência, refletindo sobre suas experiências pessoais e as expectativas de construção e idealização da família, muitas vezes afetadas pela violência vivida.

No campo das políticas públicas, Santos (2018) concentrou-se na análise das ações voltadas para o atendimento integral das mulheres, considerando o pré e o pós-abrigamento e a intervenção do Estado nesse processo. Seu trabalho investigou como as mulheres atendidas em casas abrigo vivenciam o processo de pós-abrigamento, observando como suas necessidades foram atendidas, incluindo o aspecto da proteção, que visa garantir que não enfrentem mais situações de risco, como a ameaça de morte.

#### 4.2.3 Saúde

Os trabalhos encontrados nas áreas da saúde, como Saúde Pública, Enfermagem e Ciências da Saúde, abordam temas distintos, com áreas de concentração e avaliação variando entre Medicina, Saúde Coletiva e Enfermagem. No entanto, a decisão de mantê-los no campo de análise foi fundamentada pelo fato de que todas essas áreas estão diretamente relacionadas à política de saúde, e a violência é reconhecida como um problema de saúde pública. Dessa forma, a inclusão desses trabalhos foi essencial, pois a política de saúde define e trata a violência dentro de um contexto de saúde coletiva.

A questão da violência e sua relação com a saúde, conforme destacada no trabalho, retoma um ponto importante da teoria. Segundo Minayo (2005), a compreensão da violência na saúde passou por mudanças significativas ao longo dos anos. Inicialmente vista como um fenômeno social, passou a ser reconhecida também como uma das principais causas de mortalidade, ao lado de outras doenças como

neoplasias. Isso levou a um entendimento mais amplo, considerando a violência como um fator que impacta diretamente a saúde e a qualidade de vida, reconhecendo a saúde como uma área multidisciplinar e plural.

Além disso, dados do IBGE, do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz reforçam essa visão, com pesquisas que identificam a violência como uma das principais causas de mortes no país.

Fica patente neste estudo que no Brasil, o ambiente familiar, comunitário, institucional e social em geral é permeado pelos vários tipos da violência interpessoal que afetam a saúde individual e coletiva e diminuem o potencial do saudável crescimento e desenvolvimento (Minayo *et al.*, 2019, p. 3712).

Diante do exposto, temos as categorias de análise a seguir:

#### 4.2.3.1 Natureza da violência das dissertações analisadas

No contexto da natureza da violência o trabalho de Dagord (2003), menciona somente a violência física, e pode ser devido ao fato de ainda não tinham legislações que davam suporte na identificação de novas naturezas o Prates (2007) em seu trabalho utilizou todas as naturezas, física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, já Magalhães (2017) só citou a psicológica a sexual e a física.

Os estudos de Dagord (2003), Prates (2007) e Magalhães (2017) discutem a violência contra a mulher, com foco na violência doméstica, e buscam diferenciar essa violência de outras formas de abuso, reconhecendo que a violência doméstica pode envolver não apenas a mulher, mas outros membros da família.

Dagord (2003) dedica-se a contextualizar os movimentos feministas desde a década de 1970 no Brasil e em outros países, que ajudaram a trazer à tona a questão da violência doméstica, destacando a importância desses movimentos para a conscientização e a luta contra a violência de gênero. A autora também explora os conceitos de violência contra a mulher e violência doméstica, esclarecendo as diferenças entre elas.

Prates (2007) aborda o ciclo da violência, reconhecendo-o como um modelo explicativo para entender a permanência das mulheres em situações de violência. Ela discute como as mulheres muitas vezes se veem presas a esse ciclo, com momentos

de abuso seguidos de períodos de aparente calma, o que dificulta a saída dessas relações violentas.

Magalhães (2017) coloca a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, argumentando que a saúde pública deve ser responsabilizada não apenas pelo atendimento das vítimas, mas também pelas estratégias de redução e prevenção da violência. A autora destaca a importância de políticas públicas eficazes que integrem as áreas da saúde, assistência social e justiça para oferecer um suporte adequado às mulheres em situação de violência.

Esses estudos contribuem para uma compreensão mais ampla da violência contra a mulher, abordando suas causas, seus efeitos e a necessidade de uma abordagem interinstitucional para enfrentar o problema.

#### 4.2.3.2 Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento das dissertações analisadas

Os estudos de Dagord (2003), Prates (2007) e Magalhães (2017) abordam a violência contra a mulher em contextos históricos e legislativos distintos, refletindo as mudanças nas políticas públicas e no entendimento da questão ao longo do tempo.

Dagord (2003) realizou sua pesquisa em um período anterior à promulgação da Lei Maria da Penha (2006). Nesse contexto, a autora baseia-se na CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), um tratado internacional fundamental para a proteção dos direitos das mulheres, além de mencionar o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Projeto de Lei 6919/91, que visava regulamentar o abrigamento de mulheres em situação de violência em Porto Alegre. O trabalho de Dagord reflete um momento inicial de construção das políticas públicas voltadas para o acolhimento de mulheres vítimas de violência, ainda incipientes à época.

Prates (2007), por sua vez, realiza sua pesquisa após a promulgação da Lei Maria da Penha, e a obra cita esse marco legal como uma ferramenta crucial para a definição de diferentes formas de violência contra a mulher, incluindo a violência patrimonial. A autora também enfatiza a importância do SUS no atendimento à saúde das mulheres em situação de violência, embora observe a persistente ausência de políticas públicas mais amplas e eficazes para o acolhimento dessas mulheres, revelando lacunas significativas nos serviços de apoio disponíveis.

Já Magalhães (2017) desenvolveu sua pesquisa em um cenário posterior à implementação da LMP e das Diretrizes Nacionais de Abrigamento. A autora reconhece a referida lei como um marco central na proteção das mulheres e utiliza a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher para analisar a atuação da saúde pública no enfrentamento da violência. Embora não cite diretamente as Diretrizes Nacionais de Abrigamento, faz referência ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, destacando a importância das políticas públicas no enfrentamento da violência de gênero e na garantia de direitos às mulheres.

Esses três estudos, realizados em diferentes momentos históricos e legislativos, ilustram a evolução do entendimento e das respostas do Estado frente à violência contra a mulher no Brasil. A implementação da LMP e das Diretrizes Nacionais de Abrigamento representou um avanço significativo nas políticas públicas de acolhimento e proteção, refletindo o desenvolvimento contínuo das respostas legais e institucionais ao enfrentamento da violência de gênero.

#### 4.2.3.3 Metodologia das dissertações analisadas

Os processos metodológicos adotados nos estudos de Dagord (2003), Prates (2007) e Magalhães (2017) apresentam semelhanças no que diz respeito à natureza da abordagem, que se caracteriza predominantemente como qualitativa, embora o trabalho de Prates (2007) também inclua aspectos quantitativos. Dagord (2003) e Magalhães (2017) adotam uma abordagem teórico-metodológico, interpretativista para a análise dos dados, o que permite, segundo as autoras uma compreensão mais aprofundada das experiências e percepções das mulheres em situação de violência. Por outro lado, Prates (2007) discorre que recorreu à análise de conteúdo, para tratar dos dados coletados.

Em termos de métodos de pesquisa os três estudos utilizaram documentos institucionais, como prontuários e registros administrativos, para complementar a análise, além de realizarem entrevistas com as mulheres abrigadas. Essas entrevistas foram fundamentais para captar as experiências vividas pelas mulheres em situação de violência e para entender a eficácia das políticas públicas de acolhimento e proteção, permitindo uma abordagem mais ampla e detalhada sobre o tema.

#### 4.2.3.4 Temática principal das dissertações analisadas

Os temas centrais dos trabalhos de Dagord (2003), Prates (2007) e Magalhães (2017) serão analisados cronologicamente, do mais antigo para o mais recente.

No estudo de Dagord (2003), o foco principal foi analisar os aspectos demográficos e epidemiológicos de uma casa abrigo localizada no sul do Brasil, com um recorte temporal de dez anos (1992-2002). O objetivo da pesquisa foi compreender, sob uma perspectiva sociodemográfica, características como a idade das mulheres, o regime de união, o número de filhos, entre outros fatores. Além disso, o estudo abordou a história do espaço de abrigamento, o papel dos trabalhadores e as experiências das mulheres abrigadas.

O trabalho de Prates (2007) segue uma abordagem sociodemográfica e psicossocial em um abrigo localizado na cidade de São Paulo. O objetivo foi analisar, dentro de um recorte temporal, as características das mulheres atendidas, como a região de origem, escolaridade, ocupação profissional e tempo de união, juntamente com um estudo sobre a natureza e tipos de violência sofridos. A pesquisa procurou também entender os fatores que desencadeiam as agressões, abordando o ciclo da violência e suas implicações para as mulheres.

Por fim, o estudo de Magalhães (2017) focou nos agravos à saúde das mulheres abrigadas, realizando uma comparação com mulheres que não haviam sofrido violência. O objetivo foi investigar se as mulheres abrigadas estavam mais suscetíveis a doenças em comparação com as não vítimas de violência, identificando os tipos de doenças mais prevalentes, os aspectos psíquicos relacionados à violência e a autonomia financeira dessas mulheres. O estudo também analisou a escolaridade e outros aspectos sociodemográficos para entender melhor as condições de vida dessas mulheres após o acolhimento.

#### 4.2.4 Ciências Sociais

Na área das Ciências Sociais, foram encontrados dois trabalhos que abordam a violência contra a mulher e as casas abrigo, sendo esses alinhados com as discussões sobre o papel das Ciências Sociais no estudo da complexidade humana. Giddens (1996) destaca que as Ciências Sociais são essenciais para compreender as mudanças nas estruturas sociais e o entrelaçamento entre a ciência social e o senso

comum. Ele argumenta que as ações humanas são intencionais e reproduzidas, o que exige abordagens profundas de pesquisa para esclarecer como esses processos acontecem, contribuindo para uma compreensão mais rica das dinâmicas sociais.

De acordo com Amaral e Muhl (2023), embora haja uma percepção de que as Ciências Sociais carecem de rigor em sua abordagem, os autores defendem a necessidade de um rigor metodológico que possibilite a compreensão da realidade social. Eles reconhecem que as Ciências Sociais não têm como objetivo mudar a realidade, mas sim explicá-la, ressaltando a validade crítica e o rigor exigido para essa explicação. Além disso, os autores observam que as Ciências Sociais envolvem diversas áreas de estudo, com os pesquisadores transitando por diferentes campos para buscar informações complementares e enriquecer a análise.

Nos trabalhos encontrados sobre a temática da violência contra a mulher e as casas abrigo, os dois estudos das Ciências Sociais exemplificam essa transição entre áreas distintas, tentando abordar o tema central com uma visão ampla e interdisciplinar. Quanto às categorias de análise definidas, temos que:

#### 4.2.4.1 Natureza da violência das dissertações analisadas

Gomes (2008) e Nascimento (2013) foram as autoras dos trabalhos encontrados, citam as seguintes naturezas da violência: psicológica, sexual e física, e não utilizam a violência patrimonial e moral e os dois trabalhos foram construídos depois da lei Maria da Penha.

Ambos os textos reconhecem a violência contra a mulher, com um foco específico na violência doméstica. Gomes (2008) aborda a violência doméstica contra a mulher, ampliando a discussão para incluir outros grupos vulneráveis, como idosos e crianças, que também podem ser vítimas dentro do contexto familiar. Por sua vez, Nascimento (2013) enfoca a violência doméstica como um fenômeno de maior magnitude, destacando as ações governamentais que têm emergido para enfrentar esse problema.

Ambos os autores reconhecem a violência de gênero, abordando-a sob a perspectiva do patriarcado, em que o homem ocupa a posição central e exerce o poder socialmente construído para sua própria vantagem. Nesse contexto, a violência doméstica contra a mulher não é tratada apenas como um objeto de estudo, mas também como o fruto de suas pesquisas, com Nascimento (2013) entrevistando

mulheres que sofreram violência por parte de seus companheiros. Dessa forma, os estudos não só teorizam sobre o tema, mas também são fundamentados nas experiências reais das vítimas, enriquecendo a análise da violência doméstica com relatos diretos das mulheres afetadas.

#### 4.2.4.2 Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento das dissertações analisadas

Nos trabalhos das Ciências Sociais, foram observadas duas abordagens distintas que refletem a forma como a questão da violência doméstica e a culpabilização do agressor foram tratadas legalmente.

Gomes (2008) foca na Lei nº 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, os quais passaram a julgar os casos de violência doméstica. Essa lei, aprovada na década de 1990, substituiu o Código Penal de 1940, que regulava os julgamentos dos agressores. Gomes (2008) analisa a eficácia dessa lei, especialmente para as vítimas, com o objetivo de avaliar se ela oferecia alguma possibilidade de proteção para as mulheres em situação de risco. A autora argumenta que, na época, a violência doméstica era tratada como um crime de menor potencial ofensivo, o que resultava em penas leves para os agressores, desvalorizando a gravidade do crime. Ela menciona a Lei Maria da Penha como uma legislação recente, mas observa que, na época de sua pesquisa, ainda não era possível avaliar completamente a funcionalidade dessa lei na sociedade.

Nascimento (2013), por outro lado, trabalha com a LMP de forma integral, considerando-a como um marco legal significativo na luta contra a violência doméstica. A autora explora a Lei Maria da Penha, buscando entender, através dos relatos das entrevistadas, se a legislação era reconhecida e discutida pelas vítimas de violência. Nascimento também traça uma linha temporal das conquistas e ações públicas voltadas à resolução da violência doméstica, incluindo a culpabilização dos agressores e o atendimento às vítimas. A autora cita as Diretrizes Nacionais, mas principalmente no contexto de tratar da inclusão das mulheres vítimas de tráfico humano, evidenciando outra faceta do enfrentamento à violência contra a mulher.

Ambos os estudos abordam a evolução legislativa e as implicações das leis na proteção das mulheres, mas com ênfases diferentes: Gomes (2008) examina a aplicação da Lei 9.099/95 e suas limitações, enquanto Nascimento (2013) se

concentra na análise da Lei Maria da Penha, considerando suas implicações e o impacto nas vítimas e no sistema de justiça.

#### 4.2.4.3 Metodologia das dissertações analisadas.

Camayd e Freire (2020) discutem as metodologias das Ciências Sociais, ressaltando que essa área se caracteriza pela utilização de diversas abordagens metodológicas. Eles destacam que os estudos em Ciências Sociais podem adotar tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas, empregando diferentes técnicas de coleta e análise de dados.

Os trabalhos analisados seguiram uma abordagem qualitativa. Esses estudos utilizaram referenciais teóricos como gênero e patriarcado, que ajudaram a contextualizar as questões da violência doméstica e das casas abrigo. Quanto aos métodos de pesquisa, os trabalhos recorreram a técnicas como entrevistas semiestruturadas, pesquisas documentais, pesquisas bibliográficas e observação, permitindo uma compreensão profunda dos fenômenos analisados a partir das experiências e perspectivas das mulheres envolvidas.

#### 4.2.4.4 Temática principal das dissertações analisadas

Os dois trabalhos encontrados abordam temas diferentes, mas com foco comum na violência doméstica e na análise das políticas públicas relacionadas à proteção das mulheres vítimas dessa violência.

O primeiro trabalho, de Gomes (2008), busca entender como as mulheres vítimas de violência percebem a Lei nº 9.099/95, que institui os Juizados Especiais Criminais, e seu impacto no processo de entrada e desligamento das vítimas em uma casa de abrigo na Região do ABC Paulista. A pesquisa explora a percepção das mulheres sobre o serviço de segurança pública, como as delegacias das mulheres e os juizados, além de avaliar se a legislação oferece um meio efetivo para que essas mulheres possam sair das situações de risco em que se encontram.

Já a pesquisa de Nascimento (2013) se concentra nas histórias de mulheres abrigadas em uma casa de abrigo em Rio Branco, no Acre. A pesquisa busca entender, a partir das percepções das próprias mulheres, como elas tentam reconstruir suas

vidas em busca de liberdade, sem o risco iminente de morte, e como as políticas públicas contribuem para esse processo de superação.

Ambos os estudos utilizam teorias feministas para embasar a análise, considerando a luta das mulheres por seus direitos e a construção social do gênero. As autoras também discutem a violência contra a mulher a partir da obra de Saffioti (2015) que argumenta que o gênero é uma construção histórica, e que o patriarcado impõe papéis definidos para homens e mulheres, com o poder sendo concentrado nas mãos dos homens. Nesse contexto, a violência surge como uma ferramenta do sistema patriarcal, utilizado para manter a subordinação feminina. Ambos os trabalhos, portanto, se debruçam sobre a compreensão das dinâmicas de violência e a forma como a legislação e as políticas públicas influenciam a vida das mulheres afetadas.

#### **4.2.5 Direitos humanos e desenvolvimento humano: áreas Interdisciplinares**

Encontramos duas dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano, respectivamente, que abordam áreas de avaliação interdisciplinares conforme estabelecido pela Plataforma Sucupira/CAPES. Essas dissertações se inserem nos campos dos direitos humanos e do desenvolvimento humano, ambos fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e das políticas públicas voltadas à proteção e promoção da dignidade humana.

Segundo Carlos (2021), os direitos humanos emergiram por meio de mobilizações sociais que, ao longo da história, especialmente na contemporaneidade, resultaram na institucionalização de políticas públicas e na formação de agendas governamentais. Essas agendas refletem as demandas sociais e o reconhecimento dos direitos fundamentais como um meio de promover a justiça e a igualdade.

O desenvolvimento humano, conforme Dessen e Junior (2005), envolve um processo multifacetado, que não se limita ao desenvolvimento biológico, mas também inclui o crescimento social, mediado por relações tanto individuais quanto coletivas. Essas relações têm o poder de influenciar e até mesmo transformar a trajetória de uma comunidade. O estudo do desenvolvimento humano, portanto, exige uma abordagem interdisciplinar, pois trata de um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões do ser humano.

A partir dessas áreas de estudo, buscamos entender como as categorias criadas pelos trabalhos analisados refletem e contribuem para o entendimento das questões sociais e políticas abordadas, levando em conta os direitos humanos e o desenvolvimento humano como eixos centrais dessas dissertações.

#### 4.2.5.1 Natureza da violência das dissertações analisadas

A dissertação do curso de Desenvolvimento humano foi escrita por Lopes (2019) abordou todas as naturezas, sendo violência psicológica, sexual, física, patrimonial e moral, já o trabalho de direitos humanos abordou somente a sexual e física.

Ambas as autoras reconhecem a violência doméstica como um importante objeto de estudo, abordando suas diferentes dimensões e implicações. Lopes (2019) dedica um capítulo exclusivo para explicar a violência doméstica, abordando seus tipos e naturezas, e destacando o fato de que, embora ocorra em ambientes de vínculo e afeto, a violência doméstica se caracteriza por sua recorrência e aumento da intensidade ao longo do tempo. A autora também traz dados que evidenciam o crescimento dessa violência, destacando a necessidade urgente de estratégias para enfrentá-la.

Por outro lado, Amorim (2015) contextualiza a violência contra as mulheres em diálogo com os movimentos feministas, ressaltando o impacto dos direitos humanos na luta contra essa violência. A autora faz uma análise crítica do poder patriarcal, refletindo sobre como ele contribui para as desigualdades de gênero. Além disso, a autora amplia o debate ao considerar as intersecções com as questões de classe social e etnia, destacando que as mulheres mais vulneráveis economicamente e as mulheres negras são as que mais sofrem violência, colocando em evidência as desigualdades estruturais que agravam a violência de gênero.

#### 4.2.5.2 Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento da dissertação analisada

Lopes (2019) cita as Diretrizes Nacionais de abrigamento, afirmando que ela dá novo sentido e referência ao abrigo institucional de mulheres vítimas de violência

e menciona a Lei Maria da Penha em um capítulo isolado sobre a lei, com início de políticas públicas em 1980.

Sobre as diretrizes nacionais em Amorim (2015) ela salienta que essas diretrizes estão alicerçadas sobre a Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, falando de uma diretriz nacional que tem como objetivo central a emancipação e a liberdade das mulheres em relação à violência.

Amorim (2015) enfatiza que a LMP, vem como um mecanismo para que as mulheres tenham o direito de acesso a serviços especializados, a partir de uma obrigação do Estado em criar esses mecanismos.

#### 4.2.5.3 Metodologia da dissertação analisada

Ambos os trabalhos foram de abordagem qualitativa, Lopes (2019) utilizou a base teórica-metodológica da história oral, que é buscar a subjetividade do objeto a partir de sua história e abordagem feminista e Amorim (2015), fala sobre uma teoria metodológica de abordagem feminista.

Ambas usaram como método de pesquisa pesquisas documentais, principalmente os instrumentais de identificação das mulheres, e entrevistas.

Para análise de dados Lopes (2019) fala de técnicas de estudo comparativo entre autores para a parte teórica, técnica de triangulação para as entrevistas; por sua vez Amorim (2015) relata ter utilizado a técnica de Minayo, que consiste em pré análise do material, exploração, tratamento de dados.

#### 4.2.5.4 Temática principal das dissertações analisadas

A temática principal dos trabalhos foi analisar a experiência das mulheres que estão ou estiveram em uma casa abrigo, com ênfase na percepção delas durante esse processo. Lopes (2019) focou em compreender como as mulheres residentes em uma casa abrigo percebem o fenômeno da violência. Sua pesquisa revelou que a falta de informações e o pensamento machista, transmitido de geração em geração, são fatores que contribuem para a ausência de um debate aprofundado sobre o tema, especialmente entre as mulheres periféricas que participaram do estudo.

Amorim (2015), por sua vez, investigou o processo vivido pelas mulheres desde o abrigamento até o pós-abrigamento, buscando avaliar a eficácia das casas abrigo

como um mecanismo de defesa. A pesquisa de Amorim (2015) também se baseou na Lei 13.977/2019, vigente na região de sua pesquisa, fazendo críticas a alguns direitos garantidos em detrimento de outros, e ponderando sobre a eficácia dessas políticas de proteção.

#### **4.2.6 Ciência da Informação**

Foi identificado um estudo na área da Ciência da Informação que aborda a temática das casas abrigo, permitindo assim uma conexão com o tema central desta dissertação. Ao refletir sobre a informação, Marteleto (1995) enfatiza que ela está intrinsecamente ligada à história social e às relações humanas, sendo responsável pela produção e reprodução de produtos culturais. A partir dessas informações, mecanismos são gerados por meio de significados e signos, os quais viabilizam a construção da comunicação.

Araújo (2014), por sua vez, caracteriza a Ciência da Informação como uma disciplina complexa e diversificada, abrangendo uma multiplicidade de campos de estudo. Tal diversidade confere à área uma capacidade potencial de inovação, na medida em que ela se torna um campo dinâmico e criativo, apto a gerar novas abordagens e soluções.

No contexto da violência contra as mulheres, a informação constitui uma ferramenta imprescindível para dar visibilidade ao fenômeno, dimensionando sua magnitude, e subsidiando a formulação de políticas públicas intersetoriais para o seu enfrentamento (Carvalho; Laguardia; Deslandes 2022, p. 1275).

Carvalho, Laguardia e Deslandes (2022) afirmam que, ao tratar da informação nesses contextos, é fundamental adotar uma abordagem crítica. Para os autores, a análise não deve se restringir à quantidade de produção informacional, mas sim considerar como essa produção tem contribuído para mudanças sociais efetivas. Essa perspectiva permite compreender o papel da informação não apenas como um recurso técnico, mas também como um fator de transformação social, partindo disto, seguem as categorias de análise da dissertação.

##### **4.2.6.1 Natureza da violência da dissertação analisada**

O trabalho de Ciência da Informação abordou todas as naturezas de violências que foram: psicológica, sexual, física, patrimonial e moral.

Silva (2020), autora da dissertação que aborda a temática da casa abrigo, foca na violência contra a mulher, com ênfase na violência doméstica e familiar. Seu estudo é fundamentado no histórico dos movimentos feministas, traçando a evolução desses movimentos e seus impactos na implantação de políticas públicas. Além disso, a autora dedica-se à definição do conceito de violência doméstica, incorporando tanto a perspectiva histórica quanto análises quantitativas em seus estudos.

#### 4.2.6.2 Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento da dissertação analisada

Silva (2020) utiliza a LMP em seu trabalho, para definir principalmente o conceito de violência doméstica, definindo inclusive a lei como um marco e como um aparelho jurídico importante, tenta também entender como ela é divulgada através dos meios de comunicação.

Para legitimar as casas abrigo, Silva (2020) cita que ela foi um dos primeiros equipamentos a serem criados para o atendimento de mulheres vítimas de violência.

#### 4.2.6.3 Metodologia da dissertação analisada

Em sua metodologia, Silva (2020) descreve seu estudo como um tipo de pesquisa descritivo com abordagem quantiqualitativa, uma vez que, por meio de análises estatísticas, traçou o perfil socioeconômico das mulheres abrigadas, entre outros aspectos. O objetivo central do estudo foi entender e descrever o fenômeno da vivência dessas mulheres em casas abrigo.

Para alcançar esse objetivo, a autora utilizou os métodos de pesquisa que foram, pesquisa documental quanto pesquisa de campo, por meio de análise de fichas de atendimento e entrevistas semiestruturadas. Na análise de conteúdo, Silva (2020) recorreu às teorias propostas por Bardin, que oferece um arcabouço metodológico robusto para a interpretação e organização dos dados qualitativos.

#### 4.2.6.4 Temática principal da dissertação analisada

Sob a ótica da Ciência da Informação, Silva (2020) investiga o papel do conteúdo informativo produzido pela equipe da casa abrigo no fortalecimento do protagonismo das mulheres abrigadas. A autora busca compreender como a informação pode ser um meio de capacitar as mulheres, permitindo-lhes reconhecer seus direitos e ampliar seu conhecimento sobre violência, com ênfase no impacto desse processo.

Silva (2020) se propõe a entender de que maneira as informações chegam até as mulheres, como a equipe de apoio se comunica com elas e quais dispositivos de informação elas utilizam. Além disso, a pesquisa analisa as orientações e ações tomadas pela equipe, investigando como essas informações contribuem para a transformação da vida das mulheres no contexto do abrigo, promovendo seu empoderamento e sua autonomia.

#### 4.3 CATEGORIAS ANALISADAS DA TESE

A única tese encontrada nos documentos que discutem a violência contra a mulher e as casas abrigo está no programa de pós-graduação em Geografia e tem como área de avaliação a Geografia.

Segundo Lacoste (1988), o conhecimento geográfico pode ser entendido como uma ferramenta estratégica, possibilitando o exercício do poder. Para o autor, o entendimento do espaço e do território é essencial não apenas para a organização do Estado, mas também para a implementação de ações políticas e econômicas. Ao compreender o espaço, é possível estruturar estratégias que influenciam tanto no controle do território quanto nas relações sociais.

No que diz respeito à violência e à geografia, Araújo e Chagas (2019) discutem a relação entre segurança pública e os espaços urbanos, destacando como as distribuições geográficas podem influenciar a violência.

Eles reconhecem que a violência deve ser abordada por meio de diversas ações, mas defendem que o planejamento espacial deve ser pensado em termos das condições que geram e perpetuam as relações sociais, incluindo as vulnerabilidades associadas a determinados territórios.

Dessa forma, a geografia se torna uma ferramenta essencial para compreender a dinâmica da violência e propor soluções adequadas, especialmente em contextos

como os de casas abrigo, onde o espaço desempenha um papel fundamental na proteção e recuperação das vítimas.

#### 4.3.1 Natureza da violência

A pesquisa de Simon (2023) citou todas as naturezas, física, moral, patrimonial, sexual e psicológica, foca na violência doméstica, abordando o ciclo da violência e o feminicídio, temas centrais na discussão sobre as formas mais graves de violência contra a mulher. A autora destaca as implicações legais relacionadas à proteção dos direitos das mulheres, trazendo à tona a importância das legislações que buscam combater essas violências. Simon (2023) também faz um reconhecimento do conceito de violência doméstica e familiar, alinhando suas análises com a legislação vigente, como a LMP, que se configura como um dos principais instrumentos legais de proteção às mulheres vítimas de violência no Brasil. Sua pesquisa contribui para o entendimento das dinâmicas de violência e das respostas legais e sociais para lidar com essas questões.

#### **4.3.2 Lei Maria da Penha e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento da tese analisada**

O trabalho de Simon (2023) realizou um estudo aprofundado sobre a LMP, abordando desde sua criação até suas implicações práticas e desafios na aplicação. A autora analisa como a legislação, ao longo dos anos, tem impactado a proteção das mulheres vítimas de violência doméstica, destacando seus avanços e limitações.

Um dos focos principais da pesquisa é a relação entre a Lei Maria da Penha e a implantação das casas abrigo, um mecanismo importante de acolhimento e proteção para as mulheres em situação de risco.

Simon (2023) examina como a legislação se articula com a criação desses espaços, avaliando se a implementação das casas abrigo tem atendido às necessidades das mulheres e contribuído para a efetiva proteção e apoio psicológico, social e legal. Além disso, a autora destaca os desafios enfrentados na aplicação da lei, como a falta de recursos, a resistência de certos setores da sociedade e as barreiras institucionais que dificultam a efetiva implementação da legislação.

A LMP definiu diversos tipos de violência, não se limitando apenas à violência física, mas também abordando a violência psicológica, moral, patrimonial e sexual. A violência psicológica, em particular, é tratada de forma abrangente na legislação, englobando uma série de comportamentos que afetam a saúde mental e emocional das vítimas (Simon, 2023, p. 78).

Ademais, a autora discorreu sobre as Diretrizes Nacionais de Abrigamento, destacando que, com base nesse conjunto normativo, foi desenvolvido, de maneira predominante, o fluxo de atendimento. Ressaltou ainda a relevância do consórcio, metodologia empregada na implementação do processo, a qual beneficiou municípios das regiões adjacentes.

#### **4.3.3 Metodologia da tese analisada**

Conforme Simon (2023), a pesquisa teve sua origem a partir de estudos e perspectivas feministas, fundamentando-se na abordagem que a autora denomina como cartografia feminista. Através dessa abordagem, a autora analisa seus objetivos e dados com base nas histórias de mulheres vítimas de violência, realizando um mapeamento que abrange não apenas as mulheres, mas também os equipamentos públicos de atendimento e outras ações relacionadas.

A abordagem de pesquisa foi qualitativa, e os métodos de pesquisa foram de entrevistas narrativas, além da análise de documentos nos quais as próprias mulheres relatam suas experiências de violência.

#### **4.3.4 Temática principal da tese analisada**

O tema central do trabalho foi a implementação de uma casa abrigo no interior do Estado de São Paulo. Durante o processo de investigação, Simon (2023) observou desde a demanda das regiões pela criação de espaços de proteção, uma necessidade articulada tanto por movimentos feministas quanto por instituições públicas, até as etapas de construção, implementação e o acolhimento das primeiras mulheres. A pesquisa foi conduzida com o objetivo de mapear e compreender o processo que envolveu a criação dessa estrutura de acolhimento, destacando a importância desses espaços no contexto de proteção às mulheres vítimas de violência.

A autora desenvolveu, ainda, diversos mapas e gráficos sobre o feminicídio, o feminismo na região estudada e a escuta das mulheres, metodologias que permitiram uma análise visual e quantitativa do fenômeno. Esses instrumentos foram fundamentais para ilustrar a realidade enfrentada pelas mulheres na localidade em questão e para evidenciar a correlação entre as demandas do movimento feminista e as respostas institucionais. Os mapas, ao lado dos gráficos, constituem uma importante ferramenta de visualização que permitiu, em conjunto com a análise qualitativa dos relatos das mulheres, uma compreensão mais profunda dos processos de violência e das iniciativas de acolhimento.

Além disso, o trabalho abriu caminho para entender todo o processo de implementação da casa abrigo, a partir das experiências vividas pelas mulheres acolhidas, o que, segundo a autora, proporciona uma perspectiva mais rica e sensível do impacto dessas políticas públicas na vida das mulheres.

O curso da apresentação, para análise de conteúdo, desta pesquisa, seguirá o mesmo modelo da parte da análise bibliométrica, que são primeiro a apresentação dos dados da dissertação e depois apresentação de dados da tese.

#### 4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO GERAL DAS DISSERTAÇÕES ANALISADAS

Todas as dissertações coletadas foram analisadas e seguiu o mesmo procedimento adotado para a tese, com base nas categorias de análise previamente selecionadas e apresentadas no início do capítulo. As análises foram organizadas por áreas de avaliação, permitindo uma melhor sistematização e tratamento dos dados.

De modo geral, considerando todas as dissertações analisadas e com base nas categorias de análise estabelecidas, observa-se na Tabela 5. As naturezas da violência apontadas nas dissertações.

Tabela 5 - Natureza da violência abordada nas dissertações

Natureza da violência	Número Total
Violência Psicológica	11
Violência Sexual	11
Violência Física	13
Violência Moral	4
Violência Patrimonial	6

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Na Tabela acima temos as naturezas da violência e o quanto elas apareceram nas dissertações analisadas.

A definição de violência foi abordada na revisão de literatura, trazendo conceitos aprimorados sobre suas manifestações, conforme estabelecido pela OMS. Nesse contexto, a violência doméstica é compreendida como um tipo específico de violência, enquanto a violência doméstica contra a mulher se configura como um tipo de violência baseada em gênero.

Com base nessa compreensão, foram identificadas as diferentes naturezas da violência, as quais, ao longo dos anos, foram incorporadas às legislações. Um exemplo notável é a LMP (Brasil, 2006), que formalizou juridicamente as diversas naturezas da violência, categorizando-as como violência psicológica, física, sexual, patrimonial e moral.

Todos os trabalhos analisados tiveram como foco a violência doméstica, inicialmente a constatação ocorreu na leitura dos resumos de todos os trabalhos, seguindo com a leitura total dos trabalhos, na revisão de literatura foi abordado conceitos de violência de gênero a partir dessa perspectiva e nas descobertas empíricas. Os estudos demonstraram que as mulheres acolhidas nas casas abrigo estavam, majoritariamente, em situação de violência doméstica, evidenciando a centralidade desse fenômeno nas problemáticas investigadas.

Enquanto alguns estudos discutiram todas as naturezas de violência estabelecidas na LMP, outros abordaram apenas algumas delas. Essas variações foram observadas desde a fundamentação teórica até as propostas metodológicas e a análise dos dados.

Em relação aos trabalhos posteriores a LMP e nas Diretrizes Nacionais de Abrigamento, analisou-se a Tabela 6.

Tabela 6 - Número de trabalhos antes e depois da Lei Maria da Penha e Diretrizes Nacionais de abrigamento nas dissertações

Lei Maria da Penha		Diretrizes Nacionais de Abrigamento	
Antes	Depois	Antes	Depois
1	13	3	11

Total	14	Total	14
-------	----	-------	----

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Todos os trabalhos analisados fundamentaram-se em legislações pertinentes ao tema. No entanto, apenas um deles foi conduzido antes da promulgação das normativas abordadas nesta pesquisa. O primeiro trabalho identificado foi publicado em 2003, período em que a LMP ainda não havia sido instituída, sendo esta promulgada somente em 2006. O estudo seguinte foi publicado em 2007, já sob a vigência da referida lei.

No que se refere às Diretrizes Nacionais de Abrigamento, apresentadas em 2011, o primeiro trabalho que as considera foi publicado no mesmo ano, evidenciando uma relação entre a produção acadêmica e o desenvolvimento do arcabouço jurídico sobre o tema.

O Quadro 6 tem como objetivo verificar a metodologia científica adotada nas dissertações. Para esse fim, ela foi estruturada em quatro colunas: Abordagem de Pesquisa, Tipo de Pesquisa, Método de Pesquisa e Análise dos Dados, contendo e o número total de trabalhos que utilizaram essas categorias, respectivamente.

Quadro 6 - Abordagem, tipo de pesquisa, método de pesquisa e análise de dados das 14 dissertações coletadas

Título	Capítulo próprio.	Tipo de Pesquisa	Abordagem de Pesquisa	Método de Pesquisa	Análise de dados
FEMINISMO, VIOLENCIA DOMÉSTICA E CASA-ABRIGO SEMPRE VIVA: UM ESTUDO DE CASO	Não	Exploratória	Mista	Pesquisa de campo/ entrevistas/documental	Não específica
Viva Maria 10 anos	Sm	Não Específica	Qualitativa	Entrevistas com questões guia/ documental	Análise de conteúdo
ASAS DA INFORMAÇÃO: PROTAGONISMO DAS MULHERES USUÁRIAS DA CASA ABRIGO DA PARAÍBA	Sm	Descritiva	Mista	Estudo de caso/documental / entrevistas	Análise de Conteúdo
VIOLENCIA DOMÉSTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE DA MULHER	Sm	Experimental	Mista	documental/ entrevistas	Análise de conteúdo
MULHERES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA INSERÇÃO DE UMA CASA ABRIGO.	Sm	Não Específica	Não cita	pesquisa de campo/documentos/ entrevistas	Não específica
A VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NO PROGRAMA CASA ABRIGO REGIONAL ABC: QUESTÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL	Sm	Não Específica	Qualitativa	bibliográfica/documental/entrevistas	análise de conteúdo
MULHERES E JUSTIÇA CRIMINAL: VOZES (DES) CONSIDERADAS E EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS AS USUÁRIAS DA CASA ABRIGO REGIONAL DO ABC (2001-2004)	Não	Bibliográfica	Qualitativa	bibliografica/ documental/ entrevistas	Não específica
VIOLENCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E PSICOSSOCIAL DAS MULHERES ABRIGADAS	Sm	Não específica	Mista	documental	Não específica
PÓS-ABRIGAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA: UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA	Sm	Não específica	Qualitativa	documental/ entrevistas	Não específica
CASA-ABRIGO PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DOMÉSTICA EM PERNAMBUCO: SOBA ÓTICA DAS MULHERES PÓS-ABRIGADAS	Sm	Não específica	Qualitativa	documental/ entrevista semiestruturada	análise temática
A PERCEPÇÃO DE MULHERES EM UMA CASA DE ACOLHIMENTO ACERCA DA VIOLENCIA VIDA	Sm	Não específica	Qualitativa	documental/entrevistas	técnica da triangulação
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA CONJUGAL: RELAÇÕES AFETIVAS	Sm	Não específica	Qualitativa	documental/ entrevistas semiestruturadas	Não específica
CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER CASA BRASÍLIA: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ABRIGAMENTO DE MULHERES EM	Não	Não específica	Mista	documental/bibliografica/entrevistas semies	Não específica
"EU QUERIA TER UMA HISTÓRIA BONITA PARA CONTAR" VIOLENCIA CONJUGAL E OS (DES) CAMINHOS EM BUSCA DE RUPTURA	Não	Não específica	Qualitativa	observação/documental/ entrevistas	Não específica

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Segundo Pádua (2019), a pesquisa científica é um processo histórico, complexo e, muitas vezes, contraditório. Dessa forma, diferentes processos são empregados com o propósito de expressar visões de mundo fundamentadas em concepções éticas e filosóficas, contribuindo para a construção da realidade de determinado pesquisador.

No que se refere à abordagem científica, Martins (2012) aponta que ela pode ser quantitativa, qualitativa ou combinada, ou seja, uma abordagem mista que utiliza ambas as metodologias. Ressalta-se que a escolha da abordagem deve estar em consonância com as características metodológicas propostas, definindo a forma como o problema será investigado.

Com relação ao tipo de pesquisa, Köche (2011) aprofunda a discussão ao afirmar que existem diversas classificações, sendo as mais comuns a pesquisa exploratória e a descritiva. Destaca-se que a definição do tipo de pesquisa visa estabelecer a finalidade e os objetivos do estudo, funcionando como um procedimento orientador geral.

O presente estudo não tem a intenção de aprofundar as discussões metodológicas dos trabalhos analisados com o intuito de formular críticas, mas sim de apresentar os métodos empregados. Para esse propósito, todas as informações contidas na tabela refletem fielmente os dados apresentados pelos autores em suas respectivas pesquisas, sem qualquer tipo de inferência.

Predominam as pesquisas de abordagem qualitativa (n=8), seguidas da abordagem mista (n=5) e não foram identificados trabalhos que tenham aplicado exclusivamente abordagens quantitativas de investigação. A pesquisa de campo, com a realização de entrevistas, associada à pesquisa documental são métodos aplicados em onze das quatorze dissertações analisadas, sendo que duas delas associam a estes métodos a pesquisa bibliográfica. Há um trabalho que realizou apenas pesquisa documental e outro que combinou a observação à pesquisa de campo. Há oito trabalhos que não declaram a forma de análise e sistematização dos dados, quatro trabalhos que fazem uso da análise de conteúdo, um que utilizou a técnica a triangulação de dados e um que aplicou análise temática para análise de dados

Durante a análise dos trabalhos, observou-se que muitos não apresentaram um capítulo específico dedicado à metodologia, limitando-se a uma breve menção na introdução. Essa ausência compromete a transparência do processo metodológico, dificultando a compreensão sobre os procedimentos adotados na pesquisa. A

delimitação clara da metodologia é essencial para garantir a replicabilidade e a validade do estudo, pois permite que outros pesquisadores compreendam a estrutura e os fundamentos da investigação.

Outro desafio identificado foi a dificuldade em coletar informações precisas sobre os métodos e técnicas utilizados. Em diversos casos, os trabalhos não especificaram claramente a técnica empregada para a análise dos dados. No entanto, fundamentaram suas análises com base em teorias filosóficas, como as de Freud, Foucault e Vygotsky. Esse aspecto sugere que, para alguns estudos, a abordagem teórica não apenas embasa a interpretação dos resultados, mas também orienta todo o processo metodológico. Embora essa estratégia possa ser válida em determinados contextos, a ausência de uma descrição explícita das técnicas analíticas pode comprometer a compreensão da trajetória investigativa e sua fundamentação científica.

Além disso, verificou-se que a maioria dos trabalhos não esclarece de forma objetiva o tipo de pesquisa adotado. Muitas vezes, os autores utilizam terminologias que podem se referir tanto à classificação metodológica quanto a técnicas específicas de análise de dados, gerando ambiguidade. Um exemplo notável foi a menção à História Oral em um dos trabalhos analisados, sem a devida explicação sobre seu momento de aplicação no estudo. Essa falta de precisão metodológica dificulta a compreensão do leitor.

Outro caso identificado refere-se a inconsistências na definição da abordagem metodológica. Um estudo específico, por exemplo, inicialmente se classificou como qualitativo, mas, em outro momento, afirmou adotar uma abordagem mista. Essa falta de coerência pode gerar incertezas sobre a condução da pesquisa e seus critérios metodológicos, evidenciando a necessidade de maior rigor na apresentação dessas informações.

Dessa forma, a análise dos trabalhos evidencia a importância da explicitação detalhada da metodologia, garantindo maior clareza, coerência e confiabilidade científica. A adequada descrição dos métodos e técnicas utilizadas não apenas fortalece a qualidade acadêmica do estudo, mas também contribui para sua transparência e replicabilidade.

Na Tabela 7, as temáticas dos trabalhos são categorizadas para entender o foco dos debates.

Tabela 7 - Temáticas desenvolvidas nas dissertações

Temática	Número
Aspectos demográficos e epidemiológicos das abrigadas	2
Compreensão do Funcionamento técnico da casa abrigo	1
Conteúdo Informativo sobre casa abrigo	3
Experiência das mulheres nas casas abrigo	3
Foco nas Legislações de defesa e abrigamento	3
Percepção sociodemográfica- psicossocial das abrigadas	1
Relações afetivas das mulheres abrigadas	1
Vivência pós- abrigamento	1
<b>Total</b>	<b>14</b>

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Todos os trabalhos analisados abordaram temáticas relacionadas à garantia de direitos das mulheres vítimas de violência, especialmente aquelas em situação de risco iminente de morte. As pesquisas destacaram a importância de compreender o funcionamento das casas abrigo à luz das legislações vigentes, bem como a necessidade de investigar a saúde dessas mulheres e o perfil sociodemográfico dessa população.

A produção acadêmica sobre esses aspectos contribui significativamente para a ciência, oferecendo subsídios para a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas à proteção e ao acolhimento dessas mulheres, além de fortalecer a efetividade dos serviços prestados.

#### **4.4.1 Análise de conteúdo geral da tese**

Nesta seção apresentado o resultado geral das categorias de análise da tese em Geografia, na horizontal, com a apresentação do Quadro 7 e do texto seguindo os padrões das análises das dissertações.

Quadro 7 - Categorias de análise da tese

Categoria de análise da tese		
Natureza da violência	Temporalidade	Temática
Psicológica Física Sexual Moral Patrimonial	Defendido depois da LMP e das Diretrizes Nacionais de abrigamento.	Implantação de uma casa abrigo Fenômenos Geográficos

Fonte: elaborado pela autora (2025)

O trabalho defendido em 2023, houve a utilização das legislações vigentes no Brasil a nível nacional e regional, além de ser um trabalho que apontou em sua revisão de literatura as naturezas da violência, todas foram citadas no trabalho.

O Quadro 8 seguiu o mesmo modelo da utilizada para a dissertação, a autora não fez um capítulo específico sobre metodologia e o tópico apareceu na introdução, citou que o trabalho é qualitativo, mas não explicou que tipo de pesquisa e nem como analisou os dados, somente informando que eles seriam analisados a luz de teorias feministas.

Quadro 8 - Metodologia encontrada na tese

Abordagem de Pesquisa	Tipo de Pesquisa	Método de Pesquisa	Análise de dados da Pesquisa
Qualitativa	Não especificado	Análise documentos/ Entrevistas	Não especificado

Fonte: elaborado pela autora (2025)

#### 4.4.2 Análise das dissertações e teses

A partir da análise criteriosa dos trabalhos selecionados, de acordo com os objetivos desta pesquisa, constatou-se a relevância de destacar as contribuições acadêmicas e práticas desses estudos para a ciência. Em especial, observou-se a necessidade de aprofundar as discussões sobre as categorias de análise e as contribuições dos trabalhos para o desenvolvimento de políticas públicas. Essas políticas são fundamentais para assegurar um atendimento especializado e de qualidade às mulheres vítimas de violência em situações de perigo iminente de morte.

Reconhece-se que os desafios e contribuições apresentados pelos estudos não apenas enriquecem o campo científico, mas também fornecem subsídios significativos para a formulação de políticas públicas mais efetivas. Essas políticas, voltadas para a proteção e assistência às mulheres, devem integrar diferentes perspectivas teóricas e práticas, considerando a complexidade do fenômeno da violência de gênero.

Dada a amplitude das áreas de conhecimento que contribuíram com conceitos fundamentais para esta pesquisa, torna-se inviável, do ponto de vista acadêmico, aprofundar-se teoricamente em todas elas. Não obstante, tal aprofundamento não constitui o objetivo central deste trabalho. Assim, optou-se por destacar os pontos convergentes e essenciais entre as diferentes áreas de conhecimento envolvidas.

O primeiro aspecto a ser considerado refere-se ao termo violência doméstica. No contexto brasileiro, especialmente após a promulgação da LMP (Lei nº 11.340/2006), adota-se a expressão violência doméstica e familiar contra a mulher para especificar casos envolvendo mulheres. Conforme apontado por Marques (2023), o termo "violência doméstica" é mais abrangente, englobando outras vítimas em contextos familiares, como crianças e idosos, que também estão suscetíveis a situações de violência.

Nos trabalhos analisados, a violência doméstica contra a mulher emerge como um tema central, apontando que o principal tipo de violência é o interpessoal, causado por um familiar, onde a natureza é física, psicológica, entre outras. Muitos estudos enfatizam a importância de diferenciar os termos utilizados, dado que a violência de gênero contra mulheres possui características e dinâmicas específicas. Além disso, destaca-se o papel de fatores culturais, como o machismo e o patriarcado, os quais foram amplamente mencionados como problemas estruturais e de difícil superação. Tais comportamentos, profundamente enraizados na sociedade, representam

barreiras significativas para o avanço da equidade de gênero e para a emancipação das mulheres.

Dessa forma, esta pesquisa busca contribuir para o debate interdisciplinar, identificando e destacando pontos de intersecção entre as áreas de conhecimento, e propondo reflexões que subsidiem o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

A partir da leitura atenta de todos os trabalhos selecionados de acordo com os:

Compreendemos que a legitimação da assimetria das relações de poder envolvendo gênero é fruto do sistema patriarcal, tendo, a partir daí a sementeira de concepções naturalizantes das funções sociais dos homens e das mulheres nas mais diversas instituições, inclusive, dentro da família (Azevedo, 2018, p. 91).

Ao analisar os trabalhos que abordaram especificamente as casas abrigo, identificaram-se pontos em comum que foram considerados como desafios ao longo das pesquisas e, ao mesmo tempo, como resultados dessas investigações. Um dos aspectos mais relevantes diz respeito à fragilidade do trabalho em rede e à desarticulação com outras políticas públicas sociais, o que dificultou tanto o acesso das mulheres aos serviços quanto a coleta de dados durante os estudos.

Conforme Izumi (2015), na área do Serviço Social, a fragilização da rede de atendimento e a necessidade de maior articulação e diálogo intersetorial comprometem a efetividade do atendimento às mulheres. Em consonância, Prates (2007), discutindo o tema no campo da Saúde Pública, já destacava, à época, a precariedade do trabalho em rede, evidenciando que este é um problema estrutural que atravessa diferentes setores das políticas públicas.

Outro ponto destacado foi a qualificação dos profissionais que atuam nas casas abrigo e em outros serviços especializados no atendimento a mulheres em risco iminente de morte. A desqualificação dos recursos humanos foi amplamente discutida nos trabalhos analisados. Magalhães (2017), no programa de Ciências e Saúde, enfatiza a necessidade de qualificação profissional contínua, enquanto Lopes (2019), na área de Desenvolvimento Humano, propõe a implementação de programas de educação continuada para melhorar a capacitação desses profissionais. Essa lacuna na formação técnica compromete a qualidade do atendimento oferecido e, conseqüentemente, a segurança das mulheres abrigadas.

Além disso, as condições dos prontuários e registros de atendimento também foram mencionadas como um ponto crítico. Izumi (2015) aponta que a ausência de informações detalhadas nos prontuários impossibilitou a identificação completa das vítimas e a compreensão dos atendimentos realizados, bem como dos desfechos dos casos. De forma semelhante, Silva (2020), no âmbito da Ciência da Informação, observou que muitas fichas de atendimento estavam incompletas, com informações importantes ausentes, como grau de escolaridade e raça/etnia, elementos fundamentais para compreender o perfil das vítimas e oferecer um atendimento mais eficaz.

Outro tema recorrente foi a vulnerabilidade das mulheres assistidas. Os estudos destacaram a fragilidade financeira e a ausência de redes de apoio que poderiam contribuir para a autonomia dessas mulheres e sua capacidade de superar a situação de violência. No campo da Psicologia, Suassuna (2011) evidencia que a baixa escolaridade e a situação de vulnerabilidade econômica comprometem a independência das mulheres, perpetuando sua dependência financeira e emocional em relação aos agressores.

Adicionalmente, os estudos individuais de cada área trouxeram contribuições específicas que merecem destaque. No Serviço Social, por exemplo, Izumi (2015), Mello (2020) e Ferreira (2021) identificaram a ausência de controle social, ou seja, a falta de políticas que integrem as mulheres como agentes do processo, não se limitando a vê-las apenas como receptoras do atendimento. Esses estudos também apontaram para a falta de alinhamento entre o trabalho dos profissionais e as políticas de abrigamento, além de práticas estereotipadas que desconsideram aspectos importantes, como as relações afetivas das mulheres com seus companheiros, frequentemente culpabilizando as pela violência sofrida.

Por fim, destaca-se a fragilidade orçamentária como um dos principais entraves para a implementação de um trabalho integral e eficiente nas casas abrigo. A limitação de recursos financeiros compromete tanto a estrutura física quanto a qualidade dos serviços oferecidos, prejudicando o alcance das políticas públicas voltadas para a proteção e o acolhimento das mulheres em situação de violência.

Dessa forma, os desafios identificados apontam para a necessidade de maior integração entre as políticas públicas, qualificação contínua dos profissionais, aprimoramento dos registros e fortalecimento de redes de apoio para garantir a eficácia do atendimento às mulheres em risco. Esses elementos são essenciais para

a construção de políticas públicas que assegurem não apenas a proteção imediata, mas também a autonomia e a dignidade dessas mulheres.

#### **4.4.3 Saúde**

Dagord (2003), Prates (2007) e Nascimento (2013) abordam, respectivamente, a necessidade de investimento em equipamentos, o desejo de mudanças nas mulheres decorrentes de sua experiência no acolhimento, e a paralisia dos profissionais diante da escassez de serviços especializados e atividades oferecidas na instituição.

O cuidado com a saúde da mulher é mais evidente no momento do acolhimento, envolvendo médicos e medicamentos. No entanto, a falta de acompanhamento após o acolhimento constitui uma ameaça ao retorno das comorbidades, além de propiciar novas situações que demandam acolhimento.

Além disso, os estudos nas áreas de saúde evidenciam a possibilidade de conscientização das mulheres sobre o autocuidado e destacam a relevância de compreender as consequências das violências sofridas, considerando os impactos nos resultados do atendimento.

#### **4.4.4 Psicologia**

Suassuna (2011), Fonseca (2015) e Santos (2018) trouxeram discussões relevantes sobre a saúde da mulher, abordando tanto problemas de saúde de natureza física quanto psicológica, como a síndrome do pânico e distúrbios gastrointestinais.

Há uma crítica ao acolhimento, no sentido de que, muitas vezes, as mulheres parecem estar encarceradas devido às regras rígidas, em contraste com a liberdade do companheiro, que permanece na sociedade. Esse contexto frequentemente leva as mulheres a deixarem a instituição antes do tempo estipulado e a retornarem ao convívio com o agressor, o que, muitas vezes, é influenciado pelo vínculo afetivo estabelecido.

Em alguns casos, o agressor conta com o consentimento da família e da rede de apoio, o que evidencia a presença de uma sociedade patriarcal e machista. Os estudos analisados ampliam o discurso para além do aspecto jurídico, permitindo avanços na compreensão das questões subjetivas envolvidas no processo

#### **4.4.5 Ciências Sociais**

Gomes (2008) e Nascimento (2013) observaram, em seus estudos, que muitas mulheres fugiam ou solicitavam sair da instituição antes mesmo da conclusão dos procedimentos judiciais, o que evidenciava a necessidade de fortalecer o protagonismo feminino durante esse processo.

Uma das dificuldades identificadas por Gomes (2013) foi a falta de conhecimento das mulheres sobre sua situação e sobre as legislações em vigor, o que gerou problemas na coleta de dados durante as entrevistas. Muitas mulheres não conseguiam se recordar de datas importantes, como o dia da agressão ou a data do boletim de ocorrência, o que comprometeu a precisão das informações.

A legislação, por sua vez, também foi alvo de críticas, sendo apontado que, por si só, o arcabouço legal não tem sido suficiente para proteger as mulheres. Fatores como questões culturais, a falta de investimentos adequados e a desqualificação profissional contribuem para dificultar o processo de proteção e acolhimento.

#### **4.4.6 Áreas interdisciplinares (Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano)**

As autoras Amorim (2015) e Lopes (2016) trouxeram ao debate a ideia de que a violência contra a mulher é uma reprodução das dinâmicas das relações humanas, identificando que muitas mulheres que sofrem agressões de seus parceiros já vivenciaram histórias de violência doméstica cometidas por outros familiares durante a infância e adolescência. Para promover uma mudança dessa realidade, ambas sugerem a implementação de ações socioeducativas desde a educação básica, a fim de prevenir a perpetuação desses ciclos violentos.

A idealização de um modelo de família, que coloca a mulher como "dona de casa", somada à falta de informação e às relações afetivas com seus companheiros, dificulta o processo de rompimento com o ciclo de violência, perpetuando a vulnerabilidade das mulheres a esse tipo de abuso.

#### **4.4.7 Ciência da Informação**

O reconhecimento das Ciências da Informação no contexto da violência e das casas abrigo trouxe uma abordagem significativa sobre a organização das

informações dentro desse espaço. Silva (2020) destacou a importância de organizar as fichas de atendimento com maior rigor, enfatizando a necessidade de incluir informações relevantes de forma detalhada, além da importância de um profissional arquivista para o controle adequado dessas informações.

Embora a autora tenha enfrentado dificuldades para acessar a instituição devido a uma troca de gestão, ela conseguiu acessar os arquivos e as informações fornecidas às mulheres. Nesse contexto, Silva (2020) sugere mudanças na forma de aplicação dos prontuários, propondo a implementação de um sistema informacional mais abrangente, que não apenas contemple os equipamentos existentes, mas também inclua as legislações vigentes que garantem a proteção das mulheres.

Em relação às legislações vigentes e aos temas abordados, observou-se que todos os trabalhos se basearam nas legislações em vigor quando foram desenvolvidos e publicados. Alguns estudos utilizaram como aporte legislativo uma ampla gama de instrumentos, incluindo convenções e tratados internacionais, o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, entre outros, para fundamentar suas análises e propostas.

Compreende-se a importância de um processo metodológico, bem estruturado dentro da pesquisa acadêmica, pois é por meio dele que os resultados se materializam e novas descobertas emergem. A metodologia define os caminhos a serem seguidos, garantindo a validade e a confiabilidade das conclusões, além de proporcionar um entendimento mais aprofundado sobre o objeto de estudo.

A maioria das pesquisas tiveram uma abordagem qualitativa e algumas utilizaram abordagem qualitativa somada a quantitativa, trazendo um panorama não somente subjetivo, mas objetivo aos trabalhos com tabelas, gráficos que fundamentaram a realidade vivida de cada objeto.

A pesquisa qualitativa trabalha com a qualidade vista como sentida pelos órgãos sensoriais do sujeito que, cognitivamente, articula essas sensações e percepções; entretanto, elas sempre transcendem a esfera da subjetividade, porque o que o percebido diz para o sujeito é organizado e é expresso pela linguagem que os mantém, porém sem dar conta de aprisioná-los em significações biunívocas portadas por palavras definidoras (Bicudo, 2021, p. 550).

Dentro das técnicas de coleta de dados, todos os trabalhos empregaram entrevistas, utilizando diversos tipos, como entrevistas semiestruturadas e narrativas. Além disso, foram realizadas pesquisas documentais, incluindo análise de

prontuários, fichas de atendimento e outras fontes, assim como pesquisas bibliográficas que fundamentaram a formulação de conceitos teóricos. Essas metodologias permitiram uma compreensão abrangente dos fenômenos investigados e contribuíram para a construção do conhecimento na área, embora esse resultado seja fruto das informações que foram possíveis serem coletadas dentro do trabalho.

Sobre a tese, temos que Simon (2023) realizou um mapeamento relevante em sua pesquisa, focando na região do Estado de São Paulo. Como resultado, observou que a concentração das Delegacias da Mulher está localizada principalmente na Grande São Paulo e em seus arredores. Além disso, foi identificado que, no Brasil, existem 153 casas abrigo, sendo 32 delas localizadas no Estado de São Paulo e 22 no Estado do Rio Grande do Sul. Nas regiões Norte e Nordeste, há uma casa abrigo por estado.

Destaco lacunas geográficas na prestação de serviços especializados, como Delegacias, Casa da Mulher Brasileira e Casa Abrigo. Essas ausências nos mapas evidenciam a necessidade de políticas públicas adaptadas às particularidades de diferentes regiões, ressaltando a importância de uma abordagem integrada e em rede no combate ao feminicídio no Brasil (Simon, 2023, p. 301).

O trabalho de Simon, proporcionou a possibilidade de acesso a mapas demográficos atuais que informam a violência doméstica no Brasil, feminicídios, bem como a quantidade de casas implantadas hoje no país, além de observar a quantidade de necessidade das casas e de um trabalho em rede que possibilite o atendimento as vítimas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o trabalho tenha a intenção de observar e analisar como as produções científicas sobre casas abrigo no Brasil, pensando em questões pautadas em temáticas, metodologias entre outras categorias que este trabalho se propôs a estudar, entende-se importante aproximar os trabalhos com a política vigente, pensando que eles são trabalhos que podem colaborar com o avanço de políticas de proteção das mulheres.

A violência contra a mulher, termo utilizado neste trabalho, é conceituada de acordo com a OMS como um tipo de violência interpessoal, caracterizada por diferentes naturezas, incluindo a física, psicológica e sexual. Esses atos não afetam apenas a mulher, mas também seus filhos e a sociedade como um todo. Além disso, a violência de gênero está intrinsecamente relacionada ao fenômeno cultural patriarcal, que coloca o homem no centro da estrutura social, conferindo-lhe poderes que podem resultar em agressões e até mesmo no feminicídio de mulheres no Brasil e no mundo.

Para conter esse fenômeno patriarcal, os movimentos feministas desempenharam um papel fundamental ao contribuir para o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos, em igualdade com os homens, na perspectiva da não violência. A partir desses movimentos, foram desenvolvidas ações voltadas para a prevenção, erradicação e assistência às mulheres que podem ser ou já foram vítimas dessa violência. Nesse contexto, foram criados mecanismos jurídicos e protocolos nacionais e internacionais para atendimento e monitoramento, visando transformar essa realidade social.

As casas abrigo, criadas na década de 1980 em diversos países, surgiram como um mecanismo de proteção para mulheres em situação de violência e em risco iminente de morte. Esses espaços acolhem não apenas as vítimas, mas também seus filhos, sendo, na maioria dos casos, mulheres e mães que não possuem familiares ou uma rede de apoio capaz de lhes oferecer proteção.

Com base nos dados quantitativos sobre a violência no Brasil, buscou-se compreender se a produção científica — mecanismo essencial para a evolução da sociedade — tem abordado, por meio de estudos sólidos e sustentáveis, a temática das mulheres vítimas de violência no contexto das casas abrigo. Para essa análise,

optou-se pelo BDTD, uma base de dados gratuita vinculada ao Governo Federal, a fim de verificar o alcance dessa discussão no meio acadêmico.

A presente dissertação analisou dados quantitativos com o objetivo de mapear as publicações acadêmicas sobre casas abrigo, considerando aspectos como a distribuição regional, a temporalidade das pesquisas e outros critérios relevantes.

No que se refere à distribuição geográfica, o Brasil é composto por 26 estados e um Distrito Federal. No entanto, apenas sete estados apresentaram publicações sobre o tema, com destaque para São Paulo e Goiás, que registraram o maior número de trabalhos.

O recorte temporal da pesquisa abrange um período de 20 anos, com a primeira publicação datada de 2003 e a mais recente em 2023. Exceção foi observada nos anos de 2015 e 2020, nos quais ocorreram duas publicações por ano; nos demais anos, houve apenas uma publicação anual.

Entre os programas de pós-graduação analisados, apenas dois — o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGSSO e PPGCS) — apresentaram mais de uma publicação cada. Os demais programas registraram apenas um trabalho. A classificação desses programas varia entre conceitos 3, 5 e 7, conforme a avaliação da CAPES. No que tange às agências, fundações para o desenvolvimento de pesquisas, a CAPES se destacou como a principal financiadora das pesquisas, concedendo um total de cinco bolsas. No que se refere aos grupos de estudos, não foi identificado nenhum grupo específico dedicado exclusivamente à temática da violência contra a mulher.

Outro aspecto relevante para discussão é a predominância de publicações provenientes de universidades particulares, especialmente a Pontifícia Universidade Católica (PUC), que apresentou maior repetição de estudos. Embora universidades federais também tenham contribuído com um número significativo de pesquisas, cada uma delas registrou apenas uma publicação.

Quanto ao perfil dos autores, presumidamente, pesquisas foram realizadas por pessoas do gênero feminino. Além disso, a maioria das orientações acadêmicas também foi conduzida por professoras do gênero feminino. Esse aspecto pode estar relacionado ao engajamento histórico feminino na militância pela causa, conforme mencionado em algumas das dissertações analisadas. Além disso, muitas das autoras trabalham ou já trabalharam diretamente na área, o que pode reforçar o interesse pela temática.

Em relação à estrutura dos trabalhos analisados, que compõem a parte quantitativa desta pesquisa, verificou-se que a maioria teve como objeto de estudo as casas abrigo. Contudo, devido ao sigilo dessas instituições, não foi possível determinar com precisão se estão localizadas em áreas rurais ou urbanas. Entretanto, uma vez inseridas em determinado território, essas unidades devem atender a região de forma abrangente, independentemente da procedência — rural ou urbana — das mulheres e famílias acolhidas.

Todos os trabalhos analisados discutiram questões de gênero, patriarcado e movimentos feministas como base teórica. Além disso, o termo "violência doméstica" esteve presente em todas as pesquisas. As legislações utilizadas variaram de acordo com a época da publicação; no entanto, desde 2006, a LMP foi mencionada em todos os trabalhos, ainda que brevemente. Após 2011, as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres Vítimas de Violência passaram a ser incorporadas às discussões.

No contexto das casas abrigo, as autoras buscaram abordar questões como o sentimento das mulheres durante e após o período de acolhimento, os impactos da violência na saúde física e emocional das vítimas, bem como a atuação das legislações e do sistema jurídico. Além disso, foram analisadas as práticas dos serviços especializados no atendimento às mulheres e a qualidade dos profissionais responsáveis pelo acolhimento.

Como metodologia, houve dificuldade em elaborar um quadro com a metodologia, cada trabalho apontou sua metodologia de maneira diferente, alguns dentro da introdução, outros com um capítulo específico mas sem especificar ao certo qual é a natureza, abordagem, tipo de pesquisa e qual o método para a análise de dados, ficando a cargo de apresentar somente a abordagem teórico metodológica, ou seja a teoria que jogou luz nas reflexões, porém os métodos de pesquisa foram muito parecidos, que foram entrevistas, análises documentais e análise bibliográficas.

Foram identificados, na base de dados da BDTD, 15 trabalhos completos que abordam as casas abrigo. Considerando a gravidade e a persistência da violência contra a mulher no Brasil, esse número pode ser considerado reduzido, o que levanta questionamentos acerca da atenção dada a essa pauta. Essa escassez de estudos contrasta com a urgência da melhoria desses espaços e com sua relevância na sociedade contemporânea.

Observa-se que as pesquisas sobre o tema estão dispersas em diferentes instituições, sem articulação entre si. Além disso, mesmo nos estados com maior incidência de violência contra a mulher, há apenas uma publicação registrada, o que gera preocupações sobre a forma como as universidades e os programas de pós-graduação têm tratado o tema das mulheres vítimas de violência com perigo iminente de morte e as casas abrigo.

As discussões sobre violência doméstica indicam que a maioria das mulheres acolhidas nas casas abrigo são vítimas de violência intrafamiliar. No entanto, essa perspectiva acaba por desconsiderar outras situações igualmente críticas, como as das mulheres vítimas do tráfico de drogas — uma categoria mencionada nas Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência, mas pouco explorada nos estudos analisados.

Sem desconsiderar a relevância dos trabalhos identificados e reconhecendo sua contribuição para o campo, torna-se essencial ampliar o debate sobre a proteção de mulheres que já vivenciaram situações extremas de violência e que estão em risco iminente de morte. Dada a urgência dessa questão, é fundamental que as universidades promovam mais pesquisas atualizadas, possibilitando que a ciência contribua, por meio de análises e diagnósticos precisos, para a melhoria dos serviços de acolhimento e proteção.

## REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 3, n. 5, p. 72-85, jul./dez. 2013.
- AMARAL, Felipe Bueno; MUHL, Camila. **Fundamentos em ciências sociais**. 2. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2023.
- AMORIM, Elba Ravane Alves. **Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica em Pernambuco**: sob a ótica das mulheres pós-abrigadas. 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho. Oito anos da Lei do Feminicídio (13.104/15) e muitos desafios. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 29, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n1e49160>.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n1p01. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- ARAÚJO, Fernando Alves de; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Segurança pública, criminalidade, violência e (re)produção do espaço urbano: uma breve discussão sobre sua relação. **Formação (Online)**, v. 27, n. 51, p. 85-111, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistadeformacao.ucdb.br/>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- ARAÚJO, Sarah Maria Costa de; RABELLO, Patrícia Moreira; SORIANO, Evelyne Pessoa; MOREIRA, Maria Helena Batista de Andrade; BENTO, Maria Isabel Cardoso; ALMEIDA, Adriana Conrado de. Violence against women: a literature review. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 14, p. e29101421616, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.21616. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21616>. Acesso em: 10 Feb. 2025.
- ARTES, Amélia; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. O Programa de Bolsas da Fundação Ford: 12 anos de atuação no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e81653, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623681653>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- AUMENTO dos feminicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito à vida. **G1**, Rio de Janeiro, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/aumento-dos-feminicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2025.

AZEVEDO, Lidianny Alexandre. **Abrindo a caixa de Pandora**: uma avaliação das estratégias do enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú-CE. 2018. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. **O trabalho com as fotografias no ensino da segunda guerra mundial**: um estudo comparado das coleções do PNLD 2018. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luís Fernando de Souza; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à Psicologia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 33-44, 2019. DOI: 10.1590/1982-3703003225580.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A lógica da pesquisa qualitativa e os modos de procedimentos nela fundados. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 9, n. 22, p. 540-552, dez. 2021.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ges.face.ufmg.br>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRAMBILLA, Beatriz Borges. **Estado patriarcal e políticas para mulheres**: da luta pela equidade de gênero ao caso de polícia. *Boletim de Conjuntura, Boa Vista*, v. 5, n. 13, p. 27-42, 2021. Disponível em: <http://revista.ufr.br/boca>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Diretrizes nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e de violência**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**: 2013-2015. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm). Acesso em: 10 fev. 2025

BRASIL. Senado Federal. **Observatório da Mulher contra a Violência**. Mapa Nacional da Violência de Gênero. Brasília, DF: Senado Federal, 2023a. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Instituto de Pesquisa DataSenado. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023b. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis\\_dados/#/?pesquisa=violencia\\_domestica\\_familiar](https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/?pesquisa=violencia_domestica_familiar). Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Pós-graduação brasileira tem maioria feminina**. Brasília: CAPES, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-brasileira-tem-maioria-feminina>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Observatório da Pós-Graduação**. Brasília: CAPES, [2025b]. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/#busca\\_observatorio](https://sucupira.capes.gov.br/#busca_observatorio). Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – DGP**. Brasília: CNPq, [2025]. Disponível em: <https://www.lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos feministas. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 198-210, jan./jun. 2015.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, [s. l.], v. 3, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.30681/relva.v3i2.1738>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BUENO, Samira *et al.* **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 15 de mar. 2025.

CABESTRÉ, Sheila Ghirello. **Transversalidade do patriarcado no Estado e sistema de justiça: a rota crítica e a urgência de se pensar políticas públicas feministas, articuladas e interseccionais**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2023.

CAICEDO-ROA, Mônica; BANDEIRA, Lourdes Maria; CORDEIRO, Ricardo Carlos. Femicídio e feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, e83829, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n383829>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8GzxSjJtLX7P3ryZRbtsvmH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2025.

CAMARGO JÚNIOR, Renato Colares *et al.* Revisão integrativa, sistemática e narrativa: aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-15, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8970882>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CAMPOS, Carmen Hein de. Desafios na implementação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 391-406, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-2432201517>.

CAMAYD, Yohandra Rad; ESPINOZA FREIRE, Eudaldo Enrique. Estratégias metodológicas de investigação nas ciências sociais. **Conrado: Revista pedagógica de la Universidad de Cienfuegos**, Cienfuegos, v. 16, n. 77, p. 65-73, nov./dez. 2020. Disponível em: <https://conrado.ucf.edu.cu/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e políticas públicas: consequências na Política Nacional de Direitos Humanos. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, e20190305, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.4.248>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CARLOTO, Cássia Maria; CALÃO, Vanusa Ferreira. A importância e o significado da casa abrigo para mulheres em situação de violência conjugal. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 205-226, 2006.

CARVALHO, Erika Fernanda Marins de; LAGUARDIA, Josué; DESLANDES, Suely Ferreira. Sistemas de informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1273-1287, 2022. DOI: [10.1590/1413-81232022274.08722021](https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.08722021).

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 12 fev. 2025.

CHAVES, Isabella Alencar Maroja. **Violência contra a mulher e políticas públicas: a política de abrigo na Paraíba**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. Métodos de sistematização de literatura em estudos científicos: bibliometria, meta-análise e revisão sistemática. **Internext**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 284-292, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18568/internext.v17i2.704>. Disponível em: <https://internext.emnuvens.com.br/internext/article/view/704>. Acesso em: 10 abr. 2024.

COLLACITE, Maria Laura Musegante. **Educação e emancipação: direitos humanos, filosofia e história**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Recomendação geral n. 35 sobre violência de gênero contra as mulheres do comitê para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW). **Série tratados internacionais de direitos humanos**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/769f84bb4f9230f283050b7673aeb063.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CORDEIRO, Fernanda de Nazaré Cardoso dos Santos *et al.* Estudos descritivos exploratórios qualitativos: um estudo bibliométrico. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 11670-11681, maio/jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n3-259>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60412>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CORREIA, Ana Lúcia; SANI, Ana Isabel. As casas de abrigo em Portugal: caracterização estrutural e funcional destas respostas sociais. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 33, n. 1, p. 89-96, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14417/ap.918>.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. **Violência doméstica contra mulheres**: Centro de Referência da Mulher - Araraquara. 2008; Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008.

COTRIM, Daniel. **Análise qualitativa da experiência de residir numa casa de abrigo para mulheres que sofreram violência conjugal**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Especialidade em Psicologia Clínica) – ISPA – Instituto Universitário, Lisboa, 2014.

CUSTÓDIO, Matheus Alves; TAVARES, Kecya Nayane Lucena Brasil. Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 33, e200129, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e200129>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/MBWDzRk63sxXzDJZ3FfVNVK/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

DAGORD, Ana Lúcia de Leão. **Viva Maria**: dez anos. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Porto Alegre, 2003.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 11, p. 1163-1178, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2006.v11suppl0/1163-1178/pt>. Acesso em: 14 jun. 2024.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (org.). **Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/espacos-da-ciencia-no-brasil-1800-1930>. Acesso em: 9 abr. 2025.

DELMORO, Isabela de Cássia de Lima; VILELA, Sueli de Carvalho. **Violência contra a mulher**: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 96, n. 38, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31011/reaid-2022-v.96-n.38-art.1273>. Acesso em: 9 fev. 2025.

DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JUNIOR, Áderson Luiz (orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano**: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DINIZ, Simone G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980–2005). *In*: DINIZ, Simone G.; SILVEIRA, Lenira Politano da; MIRIM, Liz Andréia Lima (org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980–2005)**: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p.15-44.

**ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**. Página institucional. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/eenfsc/>. Acesso em: 24 maio 2025.

FALCÃO, Virgínia. **Política de abrigo**: a casa abrigo na Bahia – histórico e análise de um difícil processo. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FAPEG. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás**. *Página institucional*. [s.d.]. Disponível em: <https://goias.gov.br/fappeg/>. Acesso em: 24 maio 2025.

FARIA, Leandro Innocentini Lopes de. **Prospecção tecnológica em materiais: aumento da eficiência do tratamento bibliométrico. Aplicação na análise de tratamentos de superfície resistentes ao desgaste**. 2001. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

FERREIRA, Adeilsa Alexandre. **Feminismo, violência doméstica e casa-abrigo Sempre Viva**: um estudo de caso. 2021. 216 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

FONSECA, Ericka Evelyn Pereira Ferreira. **Mulheres em situação de abrigamento: uma abordagem a partir da inserção em uma casa-abrigo**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

FOSSATTI, Emanuele Canali; MOZZATO, Anelise Rebelato; MORETTO, Cleide Fátima. O uso da revisão integrativa na administração: um método possível? **RECC – Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 55-72, 2019.

FRANCHI, Rosângela Aparecida da Silva; GARCIA, Naiara Diniz; CALDEIRA, Wanessa Gonçalves. Violência doméstica contra a mulher: uma análise das ocorrências no estado de Minas Gerais e o atual cenário diante da pandemia provocada pela COVID-19. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, [s. l.], v. 49, n. 2, p. 124-149, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/RFADIR-v49n2a2021-65172>.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. [s. l.]: UNICEF Brasil, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 9 abr. 2025.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2017.

GOMES, Janete Alves. **Mulheres e justiça criminal: vozes (des)consideradas e experiências vivenciadas – as usuárias da Casa-Abrigo Regional do ABC (2001-2004)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Estudos métricos da informação. *In*: **Análises relacionais de citação para a identificação de domínios científicos: uma aplicação no campo dos Estudos Métricos da Informação no Brasil** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 19-75. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-12-5>. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/tx83k/pdf/gracio-9786586546125-02.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

GÜL, Songül Sallan. The role of the State in protecting women against domestic violence and women's shelters in Turkey. **Women's Studies International Forum**, v. 38, p. 107-116, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.01.018>. Acesso em: 12 fev. 2025.

GUIMARÃES, Natália Cordeiro. **Profissionais no olho do furacão: o papel das educadoras sociais na implementação da política de abrigamento para mulheres**

ameaçadas de morte em Pernambuco. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Pesquisa nacional de violência contra a mulher**. [s. l.:s. n.], 2023. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/646392>. Acesso em: 24 fev. 2024.

IZUMI, Maria Nilda Conceição. **Centro de referência da mulher Casa Brasilândia**: um estudo sobre o processo de abrigamento das mulheres em situação de risco de morte a cidade de São Paulo. 2015.199 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

KFOURI, Carolina de Oliveira. O direito e a desigualdade de gênero: uma análise histórico-legislativa da violência doméstica no Brasil. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, v. 2, n. especial, p. 127–149, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55689/rcpjm.2023.06.006>.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KRENKEL, Scheila; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Violência contra a mulher, casas-abrigo e redes sociais: revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 770-783, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000192016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/z8qpqWpZgpXTP8Wsfh6ftd/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LEANDRO, Amaranta Ursula Fiess. **Políticas públicas para mulheres**: implementação e desafios ao enfrentamento da violência no município de São Carlos. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de; CASAZZA, Ingrid Fonseca; BRITO, Carolina Arouca Gomes de. **As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 211–228, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36105.013.

LIMA, Sandra da Conceição da Silva; RODRIGUES, Jéssica Silva. A violência contra a mulher na perspectiva da psicologia: uma revisão bibliográfica. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 139-153, jan./jun. 2022. DOI: 10.36517/revpsiufc.13.1.2022.11.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliana Aparecida. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210, jul./dez. 2005.

LOPES, Jéssica de Souza. **Humanização do acolhimento à mulher vítima de violência doméstica**: revisão sistemática a partir da promulgação da lei Maria da Penha. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LOPES, Luciane Gomes. Gênero como categoria condicionante de delimitações espaciais: uma análise da trajetória feminina na pós-graduação e produção do conhecimento. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 154-168, jan./jul. 2015.

LOPES, Silvia Maria da Silva. **A percepção de mulheres em uma casa de acolhimento acerca da violência vivida**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2019.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 13 maio 2024.

MACHADO JÚNIOR, Celso; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara Regina dos Santos; PALMISANO, Angelo. As leis da bibliometria em diferentes bases de dados científicos. **Revista de Ciências da Administração**, Santa Catarina, v. 18, n. 44, p. 111-123, abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2016v18n44p111>. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273545375009>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MAGALHÃES, Sônia Maria Teixeira. **A violência doméstica e suas consequências para a saúde da mulher**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Goiânia, 2017.

MAGALHÃES, Alessandro Ronan da Silva. **A mulher em situação de violência no contexto da política pública**: uma análise jurídica e social no Centro de Atendimento à Mulher e à Família na cidade de Macapá (CAMUF). 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

MARQUES, Iane Pinheiro. **Violência intrafamiliar**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdades Integradas Doctum de Almenara, Almenara, Minas Gerais, 2023.

MARQUES, Francis Bento; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; SOUZA, Renato Rocha. A bibliometria na pós-graduação brasileira: uma revisão integrativa da literatura. **Transinformação**, [s. l.], v. 35, p. e227089, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.1590/2318-0889202335e227089>. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/tinf/a/rFySmBdKrCH5PcdcHhgTfDx/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-14, 1995. Disponível em:  
<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/24019510>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MARTINS, Roberto. **Abordagens quantitativa e qualitativa**. In: CAUCHICK-MIGUEL, Paulo Augusto (Coord.). Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. Cap. 3, p. 45-62.

**MAPCHART**. Mapa do Brasil. Disponível em: <https://www.mapchart.net/brazil.html>. Acesso em: 25 maio 2025.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d3NZRM8zPZb49RYwdSPr5jQ/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MATOS, Gislaine Imaculada de. **Estudos de gênero e feminismos**: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2018.

MELLO, Livia Coelho. **Análise da produção científica brasileira sobre o conhecimento tradicional**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MELLO, Flaviana Aparecida de. **A violência doméstica contra mulheres no Programa Casa Abrigo Regional ABC**: questões para o Serviço Social. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo, 2020.

MEDTLER, Jéssica; CÚNICO, Sabrina Daiana. **Violência contra a mulher**: onde começa e quando termina? Pensando Famílias, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 198-213, jul. 2022.

MENDES, Liz Elaine de Silvério e Oliveira. **Casa-abrigo**: solução ou solidão de direitos? Análise da política de abrigamento para mulheres em risco de feminicídio no Distrito Federal. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giarettta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, jul./set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143988>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-23, 1999. Disponível em: [https://www.redalyc.org/pdf/630/Resumenes/Abstract\\_63013483002\\_2.pdf](https://www.redalyc.org/pdf/630/Resumenes/Abstract_63013483002_2.pdf). Acesso em: 24 jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 56, jan./abr. 2005.

MIRANDA, Karolliny Joally das Neves; **CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa**. Filantropia corporativa a serviço do capital: uma visão histórico-crítica do fomento da Fundação Ford à produção feminista acadêmica brasileira (1978–1998). *Revista Angelus Novus*, ano XII, n. 17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-5487.v12i17p189590>. Acesso em: 24 maio 2025.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011

OLIVEIRA, Raimundo Muniz de. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**: grau de utilização pelos mestrandos do curso de Ciência da Informação das Universidades Públicas Brasileiras. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2009.

OLIVEIRA, Clara Flores Seixas de. **Do pensamento feminista ao Código Penal**: o processo de criação da lei do feminicídio no Brasil. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

OLIVEIRA, Juliana de; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Percepções sobre intervenções grupais com homens autores de violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, e221163, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33221163>.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. **Estudos métricos da informação no Brasil**: indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a prevenção da violência**: 2014. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 2014.

PANDJIARJIAN, Valéria. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. *In*: DINIZ, Simone Grilo; SILVEIRA, Lenira Politano; MIRIM, Liz Andréia Lima (org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Cap. 3, p. 45-77.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 407–428, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-2432201518>.

PASSOS, Izabel C. Friche. Violência e relações de poder. **Revista Médica de Minas Gerais**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 234-241, abr./maio 2010.

PEREIRA, César Antônio. **Cartografia dos estudos métricos da informação**: panorama atual, desafios e perspectivas na avaliação da ciência. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PINAFI, Tania. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. **História**, São Paulo, abr. 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/texto03.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PINHEIRO, Maria Jaqueline Maia; FROTA, Maria Helena de Paula. As casas-abrigo: política pública de proteção à mulher vítima de violência doméstica. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 8, p. 109-117, jul./dez. 2006.

PINTO, José Manuel Carvalho. **Impacto psicológico e psicopatológico da violência conjugal em mulheres vítimas acolhidas em casas de abrigo**: estudo exploratório em duas casas de abrigo do Grande Porto. 2009. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) – Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2009.

PITANGA, Ângelo Francklin. Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 184-201, ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.299>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PRATES, Paula Licursi. **Violência doméstica e de gênero**: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 57-76, 2021. DOI: <https://doi.org/10.53282/sulsul.v1i03.780>. Disponível em:

<https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>. Acesso em: 09 jun. 2024.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. **Contribuições da Fundação Ford à formação e consolidação de campos científicos no Brasil**. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 93–117, set. 2016/fev. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7i2p93-117>. Acesso em: 24 maio 2025.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas-abrigo no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras, 2007.

RODRIGUES, Carlos Eduardo Lemes. **Aplicação da lei do feminicídio no Brasil**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito – Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

SACRAMENTO, Livia de Tartari e; REZENDE, Manual Morgado. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, [s. l.], n. 24, p. 95-104, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1150/115013462009.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Cândida Ribeiro. **Políticas e modelos de abrigamento de mulheres em situação de violência de gênero**: um estudo exploratório e comparativo Salvador-Madrid. 2014. 486 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Kadidja Suelen de Lucena. **Pós-abrigamento de mulheres em situação de violência**: uma compreensão fenomenológica. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SANTOS, Evelly Guedes dos; CORDEIRO, Taiana Levinne Carneiro. A violência doméstica e familiar contra a mulher e a (in)eficiência das políticas públicas de prevenção: uma análise na literatura jurídica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*, Ciências e Educação, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 1834-1853, mai. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i5.9929>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SANTOS, Saionara Bonfim; VIEIRA, Cristina Maria Coimbra; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. A relevância social e política da história das mulheres no Brasil. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 44, n. 122, p. 6–16, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC271171>. Acesso em: 24 maio 2025.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [s. l.], n. 1, jul. 2009.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Presidência da República. Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e de violência. *In: Enfrentamento a violência contra mulheres*. [Brasília: DF]: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras-referencias/copy2\\_of\\_entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigo-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigo-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia). Acesso em: 15 jun. 2024.

SIMON, Carolina Russo. **Rompendo o silêncio e o anonimato**: feminicídio como fenômeno geográfico. 2023. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

SILVA, Wesley Mendes da. Contribuições e limitações de revisões narrativas e revisões sistemáticas na área de negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 23, n. 2, p. 1-11, 2019. DOI: <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190094>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/XVckWTzvcX74PZfNTfsGwj/?lang=pt#>. Acesso em: 18 out. 2024.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Asas da informação**: protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo da Paraíba. 2020. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2020.

SILVA, Artenira da Silva e; LIMA, Leonardo Maciel. A violência simbólica institucional exercida pelo poder judiciário no julgamento de violação de direitos humanos de mulheres. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2023. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/9087>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, Carolaine dos Santos; LOPES, Wilton Gomes. **A relação entre a Lei Maria da Penha e a (nova) Lei do Feminicídio**: uma análise de escopo normativo frente à violência doméstica. *Revista Gestão e Conhecimento*, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 1-17, 2024. DOI: 10.55908/RGCV18N2-017.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 101–122, jan./jul. 2021. e-ISSN: 2526-0197.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, L.R.C.; DAMACENO, A. D.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. Sabino de. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOEDAGOGIA*. 2009. **Anais [...]**. [s. l.]: PUCPR, 2009.

SILVEIRA, Lenira Politano da. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. *In*: DINIZ, Carmen Simone Grilo; SILVEIRA, Lenira Politano da; MIRIM, Liz Andréia Lima (org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980–2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 15-77.

SOARES, Eliane Maricá. **O aporte das humanidades digitais na gestão da BDTD: rumo à sistematização no processamento das teses e dissertações eletrônicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. 2023. Dissertação (Mestre em Humanidades Digitais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SOUSA, Rosana de Vasconcelos; UCHÔA, Ana Maria de Vasconcelos; BARRETO, Maria Raidalva Nery. Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 2, e-6628376, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.376>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GCpHjnWHRWVh6B4v6v7xV7v/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SUASSUNA, Mara Cristina Pacheco. **Mulheres em situação de violência conjugal: relações afetivas**. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Goiânia, 2011.

**TAGCROWD**. TagCrowd: visualize word frequency. Disponível em: <https://tagcrowd.com/>. Acesso em: 10 dez 2024.

TOMAZONI, Larissa; GOMES, Eduardo Biacchi. Afirmção histórica dos direitos humanos das mulheres no âmbito das Nações Unidas. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, [s. l.], v. 2, n. 23, p. 44-59, jul./dez. 2015.

VALDIVIA, Antonia Marcia Araujo Guerra Urquizo. **A disputa na construção política dos direitos humanos no Brasil: as pautas expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013)**. 2016. 367 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7697>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697/version/8142>. Acesso em: 3 dez. 2024.

VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro. Convenção de Belém do Pará: fragmentos para descolonização de corpos femininos. *In*: JOHAS, Bárbara; AMARAL, Marcela; MARINHO, Rossana (org.). **Violências e resistências**: estudos de gênero, raça e sexualidade. Teresina: EDUFPI, 2020. Cap. 3, p. 67-82.

VIGANO, Samira De Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História**, São Paulo, v. 38, p. e2019054, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Sy6nh8bjBhKTxpTgGmLhbtL/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 14 fev. 2024.

VOSGERAU, Dilmeire Ramos Sant'anna; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2014000100009&script=sci\\_abstract&lng=en](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2014000100009&script=sci_abstract&lng=en). Acesso em: 16 jun. 2024

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de ciência da Universidade Estadual de Campinas: mulheres na filosofia**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/2021/03/17/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

## APÊNDICE A

### DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS

1. DAGORD, Ana Lúcia de Leão. **Viva Maria**: dez anos. 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
2. MOYSÉS, Elizabeth de Melo Camargo. **Abrigo da memória**. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
3. DIAS, Tatiana Rosa Nogueira. **Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
4. PRATES, Paula Licursi. **Violência de doméstica e de gênero**: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
5. GOMES, Janete Alves. **Mulheres e justiça criminal**: vozes (des) consideradas e experiências vivenciadas – as usuárias da casa-abrigo regional do ABC (2001-2004). 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
6. FERREIRA, Renata Carneiro. **Análise da violência contra a mulher a partir da vigilância realizada por serviços sentinela em Fortaleza, Ceará**. 2010. 75 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Ceará, 2010.
7. LIMA, Marwyla Gomes de. **Lei Maria da Penha em Natal/RN**: limites e possibilidades no combate à violência de gênero contra a mulher. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
8. SUASSUNA, Mara Cristina Pacheco. **Mulheres em situação de violência conjugal**: relações afetivas. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.
9. NASCIMENTO, Maria Rozilda Barbosa do. **“Eu queria ter uma história bonita pra contar...”**: violência conjugal e os (des)caminhos em busca da ruptura. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

10. PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. **Violência conjugal:** compreendendo o fenômeno a partir do discurso feminino. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
11. BORGES, Bruna Pugialli da Silva. **Violência contra a mulher:** uma análise do caso brasileiro. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
12. MENEGON, Karollyne de Moliner. **O “grito de socorro” de mulheres vítimas de homicídio decorrentes da violência.** 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
13. PAIVA, Mariana Mapelli de. **Prevalência e fatores associados à violência contra idosos do município de Uberaba – Minas Gerais.** 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014.
14. AMORIM, Elba Ravane Alves. **Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica em Pernambuco:** sob a ótica das mulheres pós-abrigadas. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
15. ARRIETA, Sandra Milena Parra. **Violencia domestica contra la mujer:** concepciones y formas de enfrentamiento. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
16. FONSECA, Ericka Evelyn Pereira Ferreira. **Mulheres em situação de abrigamento:** uma abordagem a partir da inserção em uma casa-abrigo. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
17. MAGALHÃES, Sônia Maria Teixeira. **A violência doméstica e suas consequências para a saúde da mulher.** 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
18. OSHIRO, Claudia Maria Poleti. **Violência de gênero e religião:** uma análise da influência do cristianismo em relações familiares violentas a partir de mulheres acolhidas nas casas abrigo regional grande ABC e de homens autores de violência doméstica. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

19. SILVA, José Wellington Parente. **A (in) eficácia da legislação e os instrumentos alternativos de combate à violência contra a mulher**: dos pressupostos do código penal brasileiro à aplicação da Lei Maria da Penha (1940-2016). 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
20. SANTOS, Kadidja Suelen de Lucena. **Pós-abrigamento de mulheres em situação de violência**: uma compreensão fenomenológica. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
21. LOPES, Silvia Maria da Silva. **A percepção de mulheres em uma casa de acolhimento acerca da violência vivida**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2019.
22. MELO, Talita Iara Coelho de. **O mito da proteção da segurança social contra a “violência doméstica”**: reestruturação do contrato sexual-racial na dinâmica de Centros de Defesa e Convivência da Mulher da cidade de São Paulo. 2019. 288 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
23. SILVA, Johnny Clayton Fonseca da. **Criminalização da infância pobre a partir de uma análise sobre negligência familiar em municípios da Baixada Fluminense**. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.
24. LEITE, Maria do Rosario Alves. **Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher**: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naíde Teodósio. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
25. MEDEIROS, Ilanna Pinheiro da Costa. **Violência intrafamiliar**: um estudo pela perspectiva dos profissionais da rede socioprotetiva de Mesquita/RJ. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
26. MELLO, Flaviana Aparecida de. **A violência doméstica contra mulheres no programa casa abrigo regional ABC**: questões para o serviço social. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.
27. PEREIRA, Luana Luiza Galoni. **A inserção ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional**: analisando o processo de desligamento institucional por maioria. 2020. 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

28. SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Desenvolvimento de esquemas iniciais desadaptativos em adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
29. SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Asas da informação: protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo da Paraíba**. 2020. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
30. BATISTA, Gabriella Ramalho. **Avaliação sobre vínculo e reinserção familiar em centros de referência especializada em assistência social na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.
31. CORRÊA, Ana Paula Serpa. **Juventude e violência: cenários turísticos e políticos de Paraty**. 2021. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.
32. FERREIRA, Adeilsa Alexandre. **Feminismo, violência doméstica e Casa-abrigo Sempre Viva: um estudo de caso**. 2021. 216 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.
33. MORENO, Marcos. **Análise espacial dos serviços especializados em atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na cidade do Salvador – Bahia**. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
34. NOGUEIRA, Chanelle de Moraes. **Tecnologia educacional para o cuidado de enfermagem no enfrentamento da violência contra a mulher**. 2021. 68 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno Infantil) – Universidade Franciscana, Santa Maria, 2021.
35. OLIVEIRA, Grazielly Ribas de. **Direito à sexualidade de adolescentes acolhidas institucionalmente**. 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.
36. BORGES, Daniella Monteiro de Lima. **Cuidado como proteção e punição: a ambivalência do cuidado produzida em processos judiciais de “abrigamento” de crianças em contexto de violência doméstica e familiar contra suas mães**. 2023. 214 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Direito e Ciências do Estado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

37. CONRADO, Alana Araújo D'El Rei. **A religião frente a violência doméstica:** a percepção das mulheres evangélicas atendidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM em Itabuna-BA. 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
38. MARINHO, Bárbara Rodrigues. **Existo porque resisto:** A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território e expressão política das lutas feministas no espaço urbano. 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano ou Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

## APÊNDICE B

### TESES ENCONTRADAS

1. ALMEIDA, Sônia Maria Araújo Figueiredo. **Casas-abrigo para mulheres no Rio Grande do Sul**: perspectivas de enfrentamento à violência doméstica na esfera familiar. 2010. 41 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
2. OLIVEIRA, Adriana Ferreira Serafim de. **As políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher na legislação e nos depoimentos**. 2018. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.
3. OLIVEIRA, Maria Luiza. **DEAM-OESTE-RJ (2006-2016)**: feminismos, violências contra as mulheres e Lei Maria da Penha. 2018. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.
4. MENINI, Natally Chris da Rocha. **“Indesejáveis necessários”**: os ciganos degredados no Rio de Janeiro setecentista. 2021. 198 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.
5. BONFATTI, Sofia Createo. **“A menina abrigada não tem ninguém”**: encontros narrativos sobre a violência intrafamiliar. 2022. 230 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.
6. SILVA, Sara Edwrigens Barros. **Violência contra a mulher em Governador Valadares, MG**: políticas públicas e rede de enfrentamento sob a ótica de profissionais que trabalham com a questão. 2022. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
7. SILVA, Wirna Maria Alves da Silva. **A justiça restaurativa como via de tutela penal nos impasses de conjugalidade violenta em face das implicações criminais da Lei 11.340/2006**: (im)possibilidades e desafios. 2022. 6 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
8. SIMON, Carolina Russo. **Rompendo o silêncio e o anonimato**: feminicídio como fenômeno geográfico. 2023. 396 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

## APÊNDICE C

### DISSERTAÇÕES ANALISADAS DEPOIS DO TRATAMENTO DE DADOS

1. AMORIM, Elba Ravane Alves. **Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica em Pernambuco: sob a ótica das mulheres pós-abrigadas.** 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
2. DAGORD, Ana Lúcia de Leão. **Viva Maria: dez anos.** 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003
3. FERREIRA, Adeilsa Alexandre. **Feminismo, violência doméstica e Casa-abrigo Sempre Viva: um estudo de caso.** 2021. 216 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.
4. FONSECA, Ericka Evelyn Pereira Ferreira. **Mulheres em situação de abrigamento: uma abordagem a partir da inserção em uma casa-abrigo.** 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
5. GOMES, Janete Alves. **Mulheres e justiça criminal vozes (des) consideradas e experiências vivenciadas as usuárias da casa abrigo regional do ABC (2001-2004).** 2008. 235. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
6. IZUMI, Maria Nilda Conceição. **Centro de referência da mulher Casa Brasilândia: um estudo sobre o processo de abrigamento das mulheres em situação de risco de morte a cidade de São Paulo.** 2015.199f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
7. LOPES, Silvia Maria da Silva. **A percepção de mulheres em uma casa de acolhimento acerca da violência vivida.** 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2019.
8. MAGALHÃES, Sônia Maria Teixeira. **A violência doméstica e suas consequências para a saúde da mulher.** 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
9. MELLO, Flaviana Aparecida de. **A violência doméstica contra mulheres no programa casa abrigo regional ABC: questões para o serviço social.** 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

10. NASCIMENTO, Maria Rozilda Barbosa. **“Eu queria ter uma história bonita para contar...” Violência conjugal e os (des) caminhos em busca da ruptura.** 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
11. PRATES, Paula Licursi. **Violência de doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas.** 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
12. SANTOS, Kadidja Suelen de Lucena. **Pós-abrigamento de mulheres em situação de violência: uma compreensão fenomenológica.** 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
13. SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Asas da informação: protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo da Paraíba.** 2020. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
14. SUASSUNA, Mara Cristina Pacheco. **Mulheres em situação de violência conjugal: relações afetivas.** 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

## APÊNDICE D

### TESE ANALISADA DEPOIS DO TRATAMENTO DE DADOS

1. SIMON, Carolina Russo. **Rompendo o silêncio e o anonimato**: feminicídio como fenômeno geográfico. 2023. 396 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

**APÊNDICE E**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

**Inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho no município de Matão/SP: sugestões técnicas**

São Carlos

2025

## 1 INTRODUÇÃO

O produto técnico ora apresentado é uma possibilidade de fluxo de atendimento e encaminhamento de mulheres vítimas de violência para o mercado de trabalho no município de Matão, dentro da perspectiva da abordagem socioassistencial. O fluxo considera, para além da violência sofrida, formas de fomentar a independência dessas mulheres vitimadas, a reconstrução de vínculos familiares afetivos, a busca de autoestima, autonomia e pensamento coletivo; ressaltando que ele é um mecanismo sujeito a aperfeiçoamentos, inclusões e modificações que reflitam as mudanças de políticas públicas e fluxos institucionais.

### 1.1 Justificativa

A violência doméstica faz parte de uma estrutura de violências macrossociais vivenciadas por toda a sociedade. Trata-se de um fenômeno enraizado no pensamento coletivo e sustentado pelo machismo estrutural, denotando a necessidade de profundos estudos e reflexão sobre suas causas e consequências. Como traz Santos *et al.* (2024, p. 7), as violências de gênero e doméstica tem como principais vítimas as mulheres, envolvendo “práticas culturais patriarcais machistas milenares” que criam situações complexas e variadas, apesar de invariavelmente pretender o “silenciamento das mulheres ao longo da história, ao mesmo tempo em que promoveram estruturas sociais rígidas de subalternização dessa população”.

Considerando isso, o estudo e pesquisa atentos à realidade (universalidade) são essenciais para enriquecer os instrumentos de intervenção que possam de fato promover mudanças no cenário em que essas mulheres estão inseridas. O presente trabalho apresenta um fluxo de atendimento que visa, através da inserção de mulheres vitimadas no mercado de trabalho em Matão (SP), subsidiar sua saída do ambiente opressor, promover sua autonomia e independência financeira e, para além das vítimas, complementar o trabalho realizado pelo CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social); bem como estratégias de intervenção pautadas em uma relação democrática e horizontalizada com as mulheres atendidas.

## 1.2 Violência contra a mulher e Política de Assistência Social

A violência contra a mulher é um tema amplamente estudado no Brasil, impulsionado pelo movimento feminista e por iniciativas de enfrentamento à violência de gênero. Embora esse fenômeno exista há séculos, sua visibilidade e debate foram ampliados nas últimas décadas devido às lutas de resistência protagonizadas por mulheres, bem como à adesão do Governo Federal a pactos e tratados internacionais voltados para a proteção dos direitos das mulheres.

A história das mulheres tem-nos ensinado sobre resistência e estratégias postas em marcha, para ser respeitadas, conquistar direitos e forçar a implementação de políticas públicas ao longo dos séculos. As mulheres têm lutado em todas as instituições sociais, ora sozinhas em seu cotidiano, por subsistência, ora em organizações da sociedade civil, nas militâncias e academias (Santos *et al.*, 2024, p.14).

A partir da ideia de sexo frágil ou de poder limitado na escala da hierarquia social, as violências se dão em ambientes diversos: desde ruas e vielas até as residências das vítimas, local de descanso e aconchego onde, em teoria, elas deveriam estar seguras. Além disso, elas lidam com a situação contraditória entre confiar e temer, já que geralmente o agressor reside com elas e ocupa posição de autoridade ou poder simbólico que lhes atribui confiança inata por parte da vítima - cônjuge, companheiro(a), pai, mãe, irmão(ã), tio(a), avós.

Em vista disso, o Estado promoveu algumas intervenções para a defesa dessas mulheres, sendo as mais notórias a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), que altera o art. 121 do Código Penal e o art. 1º da Lei nº 8.072, categorizando o feminicídio como crime hediondo.

Se a ideia da Lei do Feminicídio é trazer justiça à memória da vítima e responsabilizar criminalmente o(s) agressor(es) que vitimaram mortalmente a mulher, por sua vez a Lei Maria da Penha promove avanços na segurança e preservação da vítima em vida. Um dos avanços foi na tipificação da natureza dessas violências, que podem ser caracterizadas por física, psicológica, sexual e patrimonial, “cantada em verso e prosa como a legislação mais interessante e completa contra a violência de gênero, além de servir de referência ao mundo” (Moreno, 2015, p. 56). Em decorrência desta lei, a informação do que significam essas violações, como

denunciar e quais procedimentos serão adotados a partir da denúncia alcançou grande parte da população brasileira; embora atualmente ainda haja tabu em relação a denúncia e muita resistência por parte de vários setores da sociedade em relação a essas situações.

Quando se fala em não aceitação da violência contra a mulher, entende-se que para além da falta de conhecimento coletivo da gravidade e do aumento significativo desta problemática, a raiz do problema pode ser o padrão heteronormativo em que o Brasil vive.

Por ordenamento patriarcal e heteronormativo da sociedade entende-se uma organização social baseada no poder masculino e na qual a norma é a heterossexualidade. A sociedade se organiza com base na dominação de homens sobre mulheres, que se sujeitam à sua autoridade, vontades e poder. Os homens detêm o poder público e o mando sobre o espaço doméstico, têm controle sobre as mulheres e seus corpos (Brasil, 2014, p.04).

O machismo, compreendido como um fenômeno estrutural e cultural, atravessa as relações sociais e afetivas, consolidando desigualdades entre homens e mulheres. Esse sistema perpetua práticas discriminatórias sustentadas por preconceito, intolerância e até mesmo ódio em relação àqueles que não se enquadram no modelo hegemônico de masculinidade. Para combater esse contexto, é imprescindível a aplicação e fiscalização de políticas públicas voltadas para o atendimento da população alvo dessas práticas.

No município de Matão, a política de assistência social é efetiva por meio de sua Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que abriga uma unidade CREAS e seis unidades CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) divididos entre as regiões municipais e que trabalham em prol da Proteção Básica, no intuito de prevenir situações de riscos sociais, individuais e vulnerabilidades a partir de ações de acompanhamento familiar, grupal e encaminhamentos.

O fluxo aqui sugerido foi idealizado para dar-se dentro do CREAS, equipamento que tem o objetivo de trabalhar famílias e indivíduos que estejam em situação de risco pessoal e social por violação de direitos; ou seja, a função do equipamento já não é mais preventiva visto que a violação aos direitos já ocorreu. A função do equipamento, nesses casos, é acolher as famílias e indivíduos em risco na perspectiva da proteção social, focando na reconstrução de vínculos familiares ou comunitários (ou em novos arranjos familiares quando houver oportunidade), orientação em relação aos seus

direitos, encaminhamento e trabalho com outras políticas sociais; todas as ações de caráter continuado.

A Política Nacional de Assistência Social prevê as intervenções a partir da garantia de segurança para o melhor desenvolvimento humano; sendo essas de sobrevivência, rendimento, autonomia, convívio familiar e acolhida. Portanto, o objetivo do fluxo em ação no CREAS é que essa mulher possa resgatar a autoestima, o protagonismo e autonomia dela e de seu núcleo (família, filhos, comunidade, indivíduos).

Em 2025, o CREAS de Matão trabalha com crianças, adolescentes, pessoas com deficiências, pessoas em situação de rua, mulheres e idosos que passam ou passaram por alguma violação de direitos. O projeto se fundamenta nessa questão para a sua concepção, visto a necessidade de que a mulher vítima de violência busque romper com a violência a qual está sendo submetida.

No que tange ao atendimento da mulher (cisgênero e transexual) vítima pelo CREAS, as demandas são encaminhadas através dos CRAS, Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Fórum, denúncias feitas através do Disque 100, ou denúncias anônimas para o serviço. Dentro da realidade da unidade, geralmente descobre-se a violência doméstica nas acolhidas e atendimentos individuais, mesmo quando a demanda não é apresentada como tal. Nesse contexto, Brasil (2006) define que as mulheres e seus dependentes devem ser encaminhados à programas e serviços de proteção da Assistência Social.

A redução de danos, ou anulação do mesmo sobre a violência sofrida, tem várias camadas que precisam ser levadas em consideração na hora do atendimento à mulher vítima de violência doméstica. Questões como saúde, saúde mental, rede de apoio e futuro, principalmente um futuro que dê autonomia às mulheres.

Há, ainda, que considerar a importância em tratar a independência econômica como elemento do processo de empoderamento das mulheres, que abrange a ampliação de acesso à informação sobre direitos, conhecimento sobre mecanismos e estratégias de acesso e acionamento dos direitos, aumento da autoestima e segurança pessoal para tomar decisões (incluindo a separação do parceiro violento) e a compreensão de que a violência não é resultado de um fracasso pessoal, mas um problema social que também afeta outras mulheres (Cerqueira *et al.*, 2019, p.27).

Sendo assim, Freitas (2015) reconhece a necessidade de se olhar para a mulher no mercado de trabalho, indicando a necessidade de medidas a serem

realizadas para que de fato elas consigam sua independência financeira já que, como traz Tanski *et al.* (2022), o ciclo da violência doméstica não é quebrado pela mulher, muitas vezes, pela falta de condições em prover o mínimo para subsistência e sobrevivência para si e para os seus.

### **1.3 Estatísticas e o município de Matão**

No âmbito nacional, o Mapa da Violência (2024) aponta que 3.423 mulheres morreram em decorrência de violência, cerca de 3,2 mulheres a cada 100 mil. Já de acordo com o Monitor de Femicídio no Brasil (2024), criado pelo Laboratório de Estudos de Femicídio (LESFEM), houve 472 casos de feminicídio e tentativa de feminicídio no Estado de São Paulo.

O município de Matão conta, de acordo com o IBGE (2022), com 79.033 habitantes; destes, o SEBRAE – Data MPE Brasil (2022) indica que 34.201 atuam formalmente no mercado de trabalho, 38.8% de mulheres e 61.2% de homens; com remuneração média de R\$ 2.754,80 e R\$ 4.106,55 respectivamente; apresentando uma diferença salarial que pode ultrapassar 1 salário-mínimo.

No contexto do atendimento à mulher vítima de violência, os órgãos que fornecem dados são o Núcleo de Violência contra a Mulher – projeto conjunto entre o Fórum da Comarca de Matão e o Centro de Atendimento Especializado de Reintegração Social (CAERS), a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) e o Hospital Carlos Fernando Malzoni.

Segundo o Núcleo de Violência contra a Mulher, no ano de 2024, 150 casos de violência foram encaminhados judicialmente no município; pertinente ao atendimento do Núcleo, as vítimas encaminhadas foram acolhidas e direcionadas de acordo com as demandas apresentadas: para a secretaria de saúde, secretaria de educação e cultura, assistência social, entre outros.

## **2 OBJETIVOS**

O fluxo sugerido busca promover a inserção de mulheres vítimas de violência, sem fonte de renda própria e atendidas/acompanhadas pelo CREAS no município de Matão (SP) no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes; possibilitando o resgate da autonomia e autoestima por essas mulheres, a fim de diminuir os danos causados pela violência sofrida e romper o ciclo de dependência financeira com o(s) agressor(es).

### **2.1 Objetivos Específicos**

- Propor um sistema de atendimento e encaminhamento de mulheres vítimas de violência a partir das demandas apresentadas de alto, médio e baixo risco de feminicídio;
- Sinalizar, através de fluxo de atendimento, o acompanhamento das mulheres vítimas de violência e dos núcleos familiares em que elas se inserem durante o processo de inserção no mercado de trabalho;
- Indicar maneiras de estabelecer diálogos, conexões e pontes entre os órgãos municipais de acompanhamento de mulheres vítimas de violência e as empresas e instituições que podem empregar ou profissionalizar essas mulheres.

### 3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi estipulado a partir das observações, experiências e vivências da autora, bem como nas publicações de Brasil (2004, 2005, 2012, 2014, 2019).

### 4 O FLUXO DE ATENDIMENTO

O fluxo aqui sugerido estipula um padrão geral de atendimento que pode ser adaptado ou diversificado de acordo com a natureza do caso/atendimento realizado na prática; ficando a cargo da unidade e do(a) profissional responsável pelo mesmo a decisão e fiscalização quanto ao uso do fluxo.

Sendo assim, as etapas do fluxo compreendem.

- Recebimento do caso- demanda;
- Acolhida- atendimento inicial;
- Estudo social do caso: o estudo tem o objetivo de conhecer a conjuntura familiar e aspectos socioeconômicos que possam colaborar com a situação de risco social apresentada, situações que podem levar a violência, além do levantamento das demandas a serem trabalhadas;
  - Encaminhamento para o Núcleo de Prevenção a Violência: sempre que constatada a violação sugere-se o atendimento psicológico, sensibilização da vítima para tal situação e, quando necessário, encaminhamento também de outros membros da família para outro equipamento que trata de saúde mental;
  - Reconhecimento da adesão de encaminhamentos feitos pelo Núcleo de Violência Contra a Mulher nas políticas públicas sociais: saúde, educação, previdência social, esporte;
  - Orientações para cadastro/atualização em programas de transferência de renda;
  - Acompanhamento familiar: com um trabalho socioeducativo e de orientação na perspectiva de que essa família consiga reconhecer seus direitos, entender onde há vulnerabilidade e consiga perceber seus limites e

suas possibilidades de mudança; que a mulher vítima de violência consiga se entender como vítima e rompa esse ciclo;

- Traçar todo o planejamento familiar em conjunto com a vítima e suas famílias, possibilitando que elas enxerguem caminhos a seguir e ações a realizar, sempre respeitando seu tempo e espaço, suas limitações e, principalmente, apontando suas possibilidades e potências.

Uma vez que a mulher e sua família estejam assistidas pela Política de Assistência Social e demais políticas públicas, e identificado a necessidade de encaminhamento para o mercado de trabalho ou cursos profissionalizantes, é que o CREAS acionará a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico através do Posto de Atendimento ao Trabalho (PAT).

O CREAS, portanto, indicará mulheres interessadas em trabalhar de acordo com uma triagem feita pelo serviço. A partir daí, será feita a avaliação e fiscalização a partir do andamento do projeto, os resultados alcançados e também as possibilidades de mudanças.

#### **4.1 Função Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico**

Desenvolver parcerias com empresas que se tornarão empresas coletivas (termo usado para determinar trabalhos em conjunto) que colaborem para o desenvolvimento e autonomia dessas mulheres. O PAT de Matão tem parceiras com o Senac e outras instituições que disponibilizam cursos profissionalizantes que podem ser ofertados para essas mulheres; a ideia é que se disponibilizem vagas afirmativas para que elas possam também estudar e se profissionalizar nos cursos ofertados.

Além do desenvolvimento de parcerias informar à Secretaria de Assistência Social, quais as empresas parceiras já existentes que disponibilizarão vagas.

## **4.2 Recursos Humanos**

O trabalho será desenvolvido pela equipe técnica do CREAS (psicólogos, advogados e assistente social), junto à coordenação na perspectiva de encaminhamento para o PAT. Portanto haverá colaboração na triagem e apontamentos, para que assim o encaminhamento seja efetivado. A equipe técnica do PAT fará contato com as empresas de Matão e empresas/instituições com cursos profissionalizantes.

Além dos encaminhamentos, o CREAS ficará com a incumbência de acompanhar bimestralmente os avanços, desafios e retrocessos da mulher encaminhada.

## **4.3 Monitoramento e avaliação**

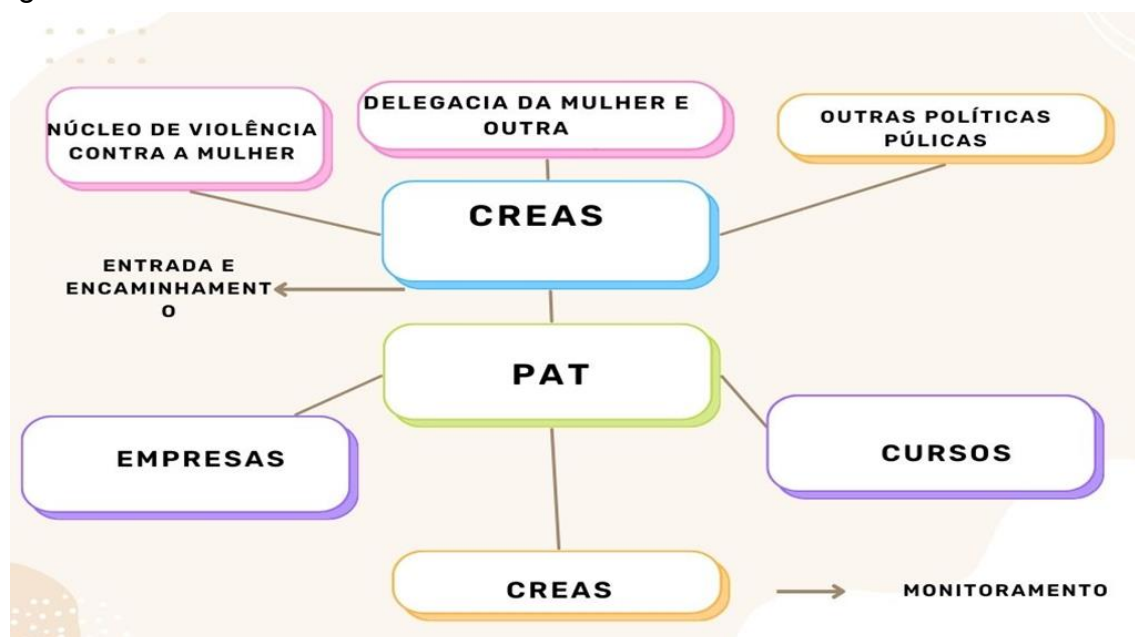
O Monitoramento será feito pela equipe técnica do CREAS e da equipe do PAT, através de instrumentos, ferramentas e recursos próprios além de reuniões de equipe.

Além, sugerem-se três instrumentos de avaliação: um para que a mulher possa escrever seus desejos de futuro e cursos; outro indicando dados quantitativos de entrada e saída do mercado de trabalho; e o terceiro indicando dados qualitativos na perspectiva de como a mulher tem se observado dentro do mercado de trabalho.

Os instrumentais sugeridos podem colaborar para a possibilidade de autonomia e construção coletiva deste fluxo, uma vez que as mulheres terão a possibilidade de escolher as vagas e os cursos disponíveis, inclusive todos também servem de indicadores para somar a avaliação da condução do produto e não serve para avaliação de desempenho, função da empresa contratante.

Os instrumentais são sugestões para a empresa IDS Social, que é responsável pelo sistema implantado para condução das atividades sociais e entidades sociais do Município de Matão, funcionando como uma ficha de atendimento virtual com a finalidade de registro e construção de indicadores sociais.

Figura 3 - Fluxo de encaminhamento ao mercado de trabalho



Fonte: elaborado pela autora.

## 5 REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **Sejamos todas Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AUGUSTO, O. Média mensal de casos sobre violência contra a mulher cresce 24% em um ano, **Diário de Pernambuco**, Recife, fev.2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2019/02/media-mensal-de-casos-de-violencia-contr-a-mulher-cresce-24-em-um-an.html>.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre PAIF: trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social, 2012.

BRASIL. **SIPS – Sistema de indicadores de percepção social: tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.

BRASIL. **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social; Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de; IZUMINO, W. P. **Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

DATA MPE BRASIL. São Paulo: SEBRAE, 2022. 1 plataforma interativa de dados públicos.

FREITAS, P. de. **Perspectivas das mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórica-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAPA NACIONAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. 1 plataforma interativa de dados públicos oficiais.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social**: identidade e alienação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1991.

MONITOR DE FEMINICÍDIOS NO BRASIL. Londrina, PR: Laboratório de Estudos de Femicídio – LESFEM, 2024. 1 plataforma interativa de dados públicos.

MOREIRA, C. **O trabalho com grupos em serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MORENO, R. **A imagem da mulher na mídia**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017

PORTAL CIDADES. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2022. 1 plataforma interativa de dados públicos oficiais.

SANTOS, S. B. A relevância social e política da história das mulheres no Brasil. **Caderno CEDES**, Campinas, n. 44, v. 122, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC271171>

TANSKI, D.; NEUBAUER, V. S.; SILVA, L. H. S. da; FERNANDES, A. S. Uma discussão acerca da influência do aspecto econômico na desvinculação da mulher em situação. **Revista Ilustração**, Cruz Alta, v. 3, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v3i1.96>

**ANEXO A – INSTRUMENTAL INTENÇÃO DE CARREIRA****Nome:****Nome Social:****Endereço:****Telefone:****Idade:****Perspectiva de Futuro:**

---

---

---

---

**Formação:**

Ensino Fundamental ( )

Ensino Médio ( )

Graduação ( )

Pós- Graduação ( )

**Cursos desejados**

---

---

---

---

**Empresas desejadas**

---

---

---

---

---

**ANEXO B - INSTRUMENTAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Quantidade de atendimento.

Mês: \_\_\_\_\_

Quantidade de encaminhamento: \_\_\_\_\_

Quantidade de efetivação:

Quantidade de desligamento:

Cursos: \_\_\_\_\_

Empresas: \_\_\_\_\_

Quais Cursos?

Quais empresas?

